

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

**A racialização nas entrelinhas da imprensa negra:
o caso *O Exemplo* e *A Alvorada* – 1920-1935**

Ângela Pereira Oliveira

Pelotas, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História



Dissertação

A racialização nas entrelinhas da imprensa negra:
o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935.

Ângela Pereira Oliveira

Pelotas, 2017.

ÂNGELA PEREIRA OLIVEIRA

**A RACIALIZAÇÃO NAS ENTRELINHAS DA IMPRENSA NEGRA: O CASO O
EXEMPLO E A ALVORADA – 1920-1935**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Beatriz Ana Loner.

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Clarice Gontarski Speranza.

Pelotas, 2017.

Data da defesa: 29 de maio de 2017.

Banca examinadora:

Profª. Drª. Clarice Gontarski Speranza (co-orientadora)
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Profª. Drª. Giane Vargas Escobar
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Profª. Drª. Lorena Almeida Gill
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Dedico esta dissertação a
minha orientadora Beatriz Ana
Loner pela sua dedicação.

Dedico-a, também, a todos
aqueles (as) que lutaram e
ainda lutam por liberdade.

AGRADECIMENTOS

Ao Felipe Balladares, por me ajudar a realizar os meus sonhos, me dando apoio nos meus objetivos, só tenho a agradecer pelo seu companheirismo.

À minha irmã Alessandra, meu grande amor e parceira, da qual desde a sua existência encheu a minha vida de felicidade. E para a qual me motivo todos os dias a buscar um mundo melhor.

Aos meus familiares e amigos por acreditarem na minha capacidade e por sentirem minha falta em tantos momentos de ausência. E mesmo a aqueles que não compreendem a minha dedicação. Aos meus pais Izabel e Cláudio pelo apoio.

À minha mãe, por tudo que representa a mim, pelo seu incentivo, amizade e acolhimento.

Ao Mário e a Janaína pela sua amizade e, por nos receber em Porto Alegre.

À querida professora Beatriz Loner pelos ensinamentos, dedicação, carinho, paciência e cuidados comigo.

Aos parceiros do GT Emancipações e pós-abolição Liane Müller, Jane Mattos, Sarah Amaral, Rodrigo Weimer, Melina Perussatto, Felipe Bohrer e a Fernanda Oliveira, pelas discussões teóricas, pelas trocas e, em especial, por todo o carinho recebido de todos em momentos de dificuldades.

À Fernanda Oliveira, por ter me aberto muitas portas em Porto Alegre e por ter contribuído muito para as delimitações dessa pesquisa.

Ao Ponto de Cultura e Espaço Escola *Africanamente*, em especial a Nina Fola, pelo empréstimo de preciosos livros.

Ao professor Alexandre Karsburg pelas lições de micro história e por ter aberto meus horizontes em relação a minha escrita.

Aos funcionários da Bibliotheca Pública Pelotense, sempre muito atenciosos.

À Carolina Monteiro pela ajuda com as transcrições e a pesquisa na *A Alvorada*.

Ao Lúcio Xavier pelo compartilhamento de algumas crônicas escritas pelo Rodolpho Xavier.

Aos meus colegas de profissão que fizeram parte da minha trajetória e para os quais torço para que tenham sucesso.

Ao José Antônio dos Santos por ter participado da minha qualificação e contribuído para essa pesquisa.

À professora Clarice G. Speranza por ter me acompanhado e auxiliado nessa jornada. E, por corrigir o meu trabalho atentamente.

À professora Lorena Gill por fazer parte do meu crescimento e por ter aceitado novamente o convite para contribuir nas correções da minha pesquisa.

À professora Giane Escobar e ao professor Paulo Moreira pelo aceite do convite em compor a minha banca e, por dividirem comigo seus conhecimentos.

Ao professor Aristeu Lopes por ter me apresentado *A Alvorada* durante minha graduação.

Ao Rodolpho Xavier, pela sua existência.

À CAPES, pela bolsa.

Enfim, a todos os mencionados, a minha mais sincera gratidão.

Morte!

Há dias em que se me perguntassem o que eu queria ser eu responderia: Morte!
Morte, oh! Morte, porque não desfechas o teu sublime golpe sobre mim, já sinto quase morto o coração quanto mais vejo os dias passarem, mais revoltada fico contra a sociedade atual, reconheço que não posso suportar esses sarcasmos de uns, indiferenças de outros, sinto meu sentimento nobre abandonar-me para dar lugar ao sentimento de revolta, perante tanta ignomínia desta sociedade falsaria, orgulhosa e sem moral.

Tenho o coração serrado a todas as palpitações desta vida, o espírito sempre em luta e a alma envolta no negro e esfarrapado mato da descrença de ver as infâmias, as baixezas, as desigualdades dessas sociedades, as perseguições dos grandes contra os pequenos, os preconceitos de raça e somente ter valor e todas as honrarias o corrupto, o devasso, o vilão, que tem a bolsa cheia de ouro e que traja corretamente.

Ah sociedade, vais te afundando no lodaçal das tuas misérias...
Morte oh! Morte, porque não despejas o teu sublime golpe sobre mim.

Alzira Rosa (*A Alvorada*, 19/06/1932, p.03).

RESUMO

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso *O Exemplo* e *A Alvorada* – 1920-1935. 2017. 149p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Essa dissertação tem por base a imprensa negra que circulou nas cidades de Porto Alegre e de Pelotas, no século XX, respectivamente, *O Exemplo* e *A Alvorada*. A partir da leitura e análise dos dois periódicos, o problema central da pesquisa era perceber como se dava, mesmo que de modo sutil, a racialização nas relações sociais e profissionais estabelecidas entre os (as) negros (as) e com os (as) brancos (as). Dividida em quatro capítulos, a dissertação apresenta uma perspectiva sociocultural. Através desse estudo é possível observar a atuação de negros na desconstrução de estereótipos sobre si, assim como algumas das estratégias de organização e resistência por eles adotadas. Seguindo os passos dos estudos de emancipações e pós-abolição, a pesquisa aponta alguns elementos que interferiram na consolidação plena da cidadania negra. Entre eles foca, principalmente, na crença em raças. Estes autores alcançaram influência intelectual com sua escrita. A fonte possibilita, enquanto um relato organizado e elaborado por negros, a compreensão de sua atuação na história de seu contexto. Com uma breve colocação sobre a história da imprensa negra, e dos periódicos escolhidos, a dissertação continua com a atuação dos jornais na sociabilidade negra e nos espaços destinados as relações de trabalho. Os lugares sociais por eles ocupados e aqueles que lhes eram impostos também estão presentes no texto. A dissertação se encerra debatendo sobre a racialização, aspecto central desse estudo.

Palavras-chave: imprensa negra, pós-abolição, raça, racialização, trabalhador negro.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso *O Exemplo* e *A Alvorada* – 1920-1935. 2017. 149p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

This dissertation is based on the black press that circulated in the cities of Porto Alegre and Pelotas, in the twentieth century, respectively, *O Exemplo* (The Example) and *A Alvorada* (The Dawn). From the reading and analysis of the two journals, the central problem of the research was to perceive how racialization in the social and professional relations established between the blacks and the whites. Divided into four chapters, the dissertation presents a sociocultural perspective. Through this study it is possible to observe the performance of blacks in the deconstruction of stereotypes about themselves, as well as some of the strategies of organization and resistance adopted by them. Following the steps of the studies of emancipations and post-abolition, the research points out some elements that interfered in the full consolidation of black citizenship. Among them, it focuses mainly on belief in races. These authors achieved intellectual influence with their writing. The source makes possible, as an organized and elaborated account by blacks, the understanding of its performance in the history of its context. With a brief introduction on the history of the black press, and of the chosen periodicals, the dissertation continues with the work of the newspapers in the black sociability and spaces destined the labor relations. The social places they occupied and those that were imposed on them are also present in the text. The dissertation concludes debating racialization, the central aspect of this study.

Key-words: Black press, post abolition, race, racialization, Black worker.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
1 IMPRENSA NEGRA: TRANSPONDO O SOCIAL E O CULTURAL.....	20
1.1 A inserção da imprensa negra na história do jornalismo brasileiro.....	20
1.2 Primeiros passos de uma grande estreia: a fundação do <i>O Exemplo</i> em Porto Alegre.....	28
1.3 A negra voz da Princesa do Sul se fez ouvir: a consolidação do jornal <i>A Alvorada</i>	33
1.4 <i>O Exemplo</i> x <i>A Alvorada</i> : política, economia, semelhanças e diferenças.....	37
1.5 Gente d' <i>O Exemplo</i> e d' <i>A Alvorada</i>	46
2 O PAPEL DA IMPRENSA NA SOCIABILIDADE NEGRA.....	55
2.1 Colunas sociais e fofocas: proferindo normas e orientações.....	56
2.2 Comportamentos controlados em todas as frentes.....	62
2.3 (Re)construindo uma outra maneira de ver a mulher negra.....	68
3 ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS E IDEIAS PARA UMA CLASSE.....	76
3.1 Sindicalismo, sindicatos e política nos escritos da imprensa negra.....	77
3.2 Carência e carestia, eis a situação operária.....	85
3.3 Eleições classistas.....	89
3.4 Educai vossos filhos: a atuação da <i>Frente Negra Pelotense</i>	92
4 VOCABULÁRIO E QUESTÕES RACIAIS.....	97
4.1 Diálogos em torno da categoria raça.....	98
4.2 A cor no vocabulário racial.....	111
4.3 Debatendo sobre o racismo.....	115
4.4 Autodenominações.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
ANEXOS.....	129
LISTA DE FONTES.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135

LISTA DE SIGLAS

BPP: Bibliotheca Pública Pelotense.

COP: Círculo Operário Pelotense.

CC: Clube Cultural.

E.T.C.: Está Tudo Certo.

FNB: Frente Negra Brasileira.

FNP: Frente Negra Pelotense.

FSP: Frente Sindicalista Pelotense.

HDBN: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

IHGRS: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

MTIC: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

OIT: Organização Internacional do Trabalho.

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

USEP: União Sindical dos Empregados Pelotenses.

INTRODUÇÃO

A história social é uma perspectiva analítica de estudo na qual se inserem diferentes níveis de abordagem (que de certa maneira se interligam). Por exemplo, da cultura, do trabalho, da escravidão, do racismo, do negro... Demarcar uma pesquisa como de história social é uma maneira de indicar que não se trata de outra concepção histórica (CASTRO, 1997). Desde os *Annales* (1929), a História social vem sendo aplicada. No entanto, em meados de 1960, questionamentos ao campo levaram a um novo modo de perceber os sujeitos e as estruturas. Thompson (1987; 2012) e Hobsbawm (2013) contribuíram nesse processo, repensando o conceito de classe na interação com o sujeito, não mais como uma coisa dada. Além disso, Thompson (1987) agrega a *experiência* na compreensão das ações dos indivíduos.

Os dois historiadores pensaram uma história social dos “de baixo”, ou seja, passaram a conferir protagonismo a indivíduos antes marginalizados nas pesquisas históricas, usando suas vidas no entendimento de um todo (HOBSBAWM, 2013; THOMPSON, 2012).

Uma das maiores preocupações da história social era conseguir realizar uma história dos de baixo. Lara (1998) apresentou uma grande inquietação em relação à história social do trabalho, que Nascimento (2016) demonstra ainda não estar superada. Trata-se da invisibilização do protagonismo da população de cor escura em espaços como o mercado de trabalho. Em relação à história social do negro (a), o processo de passagem de escravizado (a) a liberto (a) ainda é pouco abordado pela historiografia. Durante muito tempo esse foi um *não lugar* historiográfico, pois os estudos de escravidão e do trabalho não davam conta das especificidades do tema. Negro e Gomes (2009) ao escrever sobre os desafios da história social apontam maneiras de conectar experiências do trabalhador escravizado com outras formas de trabalho. Nesse artigo, eles também ressaltam alguns estudos bem sucedidos, que servem de exemplos como possibilidades de concretização dessa perspectiva.

A história social do trabalho em diálogo com a da escravidão vem avançando, em especial, pelo enlace com a história social da cultura (ainda assim é preciso avançar

ainda mais). Os estudos, cada vez menos estruturalista-deterministas demonstraram uma infinidade de temáticas a serem exploradas (CHALHOUB; SILVA, 2009).

Dito isso, o problema a ser respondido por esta pesquisa consiste em compreender a maneira como a racialização atuava nas relações sociais e profissionais através dos relatos publicados pelos próprios negros em jornais dedicados a sua classe. Esse questionamento fez parte de um processo de amadurecimento (ao longo do mestrado), na medida em que me apropriava da bibliografia, participava de eventos e debatia com colegas. Desde as primeiras leituras de *A Alvorada* (ainda na graduação) notei que a questão racial era extremamente importante na compreensão do universo da imprensa negra. Ainda não sabia exatamente de que forma poderia abordar a raça, mas ela esteve presente desde o primeiro projeto elaborado (na ocasião, para a seleção de mestrado).

No que se refere ao recorte temporal, de 1920 a 1935, parto da premissa que, nestes anos, já havia se tornado evidente que o racismo e os casos de preconceito racial não eram apenas "vestígios da escravidão que logo desapareceriam", como era entendido no início do período republicano pelas lideranças operárias, negras e brancas. O racismo é "uma forma bastante específica de 'naturalizar' a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais" (GUIMARÃES, 1999, p.11). Nesse momento, também o movimento operário e a organização sindical já haviam avançado no sentido de se constituírem isoladamente dos patrões, em entidades sindicais e não apenas beneficentes como anteriormente. Quanto à organização negra, ela estava agora mais focada em associações recreativas (carnavalescas, clubes sociais e esportivos) do que anteriormente, algumas delas com um recorte exclusivo para a raça negra (LONER, 1999). Estes dados, mais a disponibilidade das fontes para o período, fazem com que seja possível tentar analisar concomitantemente os dois periódicos escolhidos.

Um dos conceitos centrais desta dissertação é raça. Não se trata de uma categoria biológica de fato, mas isso não significa que raça não exista. Ela existe como uma categoria sociológica que cria desigualdades baseada numa pressuposição da diferença biológica, que não existe. Consiste em "um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-

somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais” (GUIMARÃES, 1999, p.11). Nesse sentido, a raça limita-se a uma construção social. A partir do momento que se pressupõe a existência de diferenças, se criam hierarquias sociais que operam na sociedade, o que gera injustiças, ambiguidades e divisões. A raça “por meio da biologização e da naturalização da diferença, leva a intolerância e à discriminação” (WEIMER, 2008, p.43). Raça é uma categoria discursiva que deve ser entendida dentro do seu contexto.

As teorias das diferenças raciais se expandem no Brasil, no final do século XIX (SCHWARCZ, 1993), num contexto de decadência da escravidão e reorganização da sociedade. Através da raça é possível pensar as relações entre as características da convivência social. No caso do cenário brasileiro, por exemplo, é nas relações cotidianas que o racismo se mostra das formas mais sutis e ele desagrega a sociedade. Apesar do meu lugar de fala ser privilegiado por conta da minha branquitude, enquanto pesquisadora, formadora de opinião e mesmo como ser humano, não consigo ser e nem serei indiferente ao racismo.

A sociedade se hierarquiza/estrutura entre sujeitos com poderes desiguais e as relações sociais podem ser mais complexas do que as relações de poder. Assim como a classe é estrutural, o gênero e a raça também o são. Tanto o gênero como a raça são eixos de subordinação, no entanto, eles não atuam com a mesma intencionalidade.

No decorrer do século XIX, a documentação pública passou a silenciar sobre as cores dos brasileiros livres, gerando uma invisibilidade da cor e desses sujeitos (Mattos, 2013). Para Mattos (2013) mais do que indicar matizes de pigmentação ou níveis de mestiçagem a cor também era uma maneira de definir lugares sociais.

Na dissertação ao me referir à população de cor escura, emprego o termo negro (a), sabendo que ele pode causar certa homogeneidade, que de fato não existe. Essa escolha é influenciada por uma questão política, já que o vocabulário racial possui um significado para além das designações de cor. Nesse caso, a palavra “negro quando empregada para caracterizar organização humana, não isenta o racismo” (CUTI, 2010). No Brasil, o preconceito racial é pautado, principalmente, pela cor da pele, diferente dos Estados Unidos, por exemplo, em que é levada em consideração a origem (NOGUEIRA, 2006). Nesse caso, utilizar o termo afrodescendente, que remete a uma origem, para

referir-se a população de cor escura, acaba suavizando uma série de significados conferidos ao termo negro (a). No intuito de não impor e nem modificar a voz dos meus interlocutores, optei por manter suas palavras, nesse caso, eles se identificando enquanto negros (as) é desse jeito que eu os (as) compreendo. Quando eles decidem assumir um vocabulário que antes era usado como uma maneira de lhes ofender, eles acabam delegando outro sentido a ele, positivando-o (CUTI, 2010).

Durante a escravidão transatlântica, africanos e africanas foram alcunhados com nomes que eles mesmos não utilizavam. Negro (a) foi um desses termos. Enquanto juridicamente a escravidão existiu, eram chamados de negros (as) os cativos fujões e desobedientes (MÜLLER, 2013; CHALHOUB, 2012). No século XX, em diversos países do Atlântico negro, houve o empoderamento de vocábulos usados para referir-se a aqueles que tiveram a sua história marcada pela escravidão.

Nesse sentido, podemos inferir que ninguém nasce negro (a), mas pode se tornar (SOUZA, 1983), na medida em que busca construir uma identidade fundamentada em uma origem comum e explicar as diferenças pautadas pela questão cultural e pela escravidão (GUIMARÃES, 2012). O (a) negro (a) é uma construção histórica presente nas relações sociais que busca explicar-se através de uma raiz comum, centrada no processo diaspórico transatlântico. Negro (a) passou a ser uma construção identitária.

Outro conceito importante para a pesquisa é o de classe, que foi apropriado das obras de Thompson (1987; 2012), Hobsbawm (2008) e Negro (2012). De acordo com Thompson, trata-se de “uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista” (2012, p.260). Nesse sentido, classe não é uma categoria estática e apresenta uma formação tanto econômica quanto cultural. Por exemplo, entre os periódicos estudados era comum encontrar referências a “classe dos homens de cor”.

A imprensa é uma produção narrativa com diferentes significados. Ela apresenta alguns fragmentos de fatos entrelaçados à interferência de um autor, isto é, propaga ideias, dita regras e posturas, mas também manipula a informação e o comportamento. No período republicano, entre os órgãos jornalísticos, algumas ideias encontraram solo fértil, por exemplo, as teorias raciais, o liberalismo e o positivismo. Alguns veículos de

comunicação se aliaram a partidos políticos defendendo o interesse dos mesmos. Enquanto fonte, essas características apresentadas pelos impressos acabaram lhes delegando um papel secundário até meados dos anos 1970, tendo custado a cair no gosto dos pesquisadores, pois “pareciam pouco adequadas para a recuperação do passado” (LUCA, 2006, p.112).

Nas primeiras décadas do século XX, a aparição de negros (as) nos jornais de grande circulação não era comum, exceto em casos policiais nos quais intencionalmente se destacava a cor da pele reforçando concepções racistas (do negro criminoso, desocupado, vadio e malandro). Os negros não eram representados (as negras menos ainda) apesar de estar, em diversos casos, entre os trabalhadores das tipografias, das gráficas e das redações. Mais um ponto que demonstra como as relações raciais no Brasil não são amenas.

O confronto com essa realidade se deu com a consciência de que o combate ao racismo era interesse da população de cor (PINTO, 2010), o que culminou na criação de jornais que dessem conta de responder as injúrias, maldades e difamações diárias recebidas pela população negra. A escrita lhes garantiu um papel de autor de suas histórias. Não foi preciso que ninguém falasse por eles, eles se posicionaram e organizaram sua defesa. Por isso é que eles são os protagonistas dessa breve história que traz um pouco de suas palavras.

“Imprensa negra” foi uma expressão cunhada pelo pesquisador francês Roger Bastide (1983). Ele também foi o primeiro a utilizar esse tipo de impresso enquanto fonte de pesquisa (SANTOS, 2011). No Brasil, esses periódicos iniciam no século XIX, mas é no século XX que atingiram um grande número de exemplares em circulação. Mesmo depois da “descoberta” da fonte, ela ainda foi pouco explorada. No caso do Rio Grande do Sul, Cardoso (1962) foi o primeiro a apontar a existência desse tipo de comunicação no Estado, mas não a empregou em seu estudo. Entre as pesquisas, que a utilizam como fonte estão, por exemplo, Guimarães (2003), Santos (2003) e (2011), Pinto (2006); Tavares (2007), Domingues (2008); Carvalho (2009), Silva (2011), Müller (2013), Rosa (2014), Godoi (2014) e Böhrer (2014).

Alguns pontos comuns dos periódicos: discutiam a marginalização social do (a) negro (a), combatiam o racismo, fortaleciam as comunidades formadas pela população

de cor, tinham como principal público leitor e eram escritos por pessoas negras. Aqueles que sabiam ler divulgavam as informações dos jornais entre aqueles que não conheciam as letras. As escritas contidas nos impressos negros eram diferentes, assim como seus posicionamentos, influências, ideias, pensamentos e atitudes. Mesmo com características semelhantes, não há uma homogeneidade entre os impressos, uma vez que eles refletem as experiências dos envolvidos na sua elaboração, que é fruto dos diferentes contextos e situações vivenciadas.

Essa dissertação foi construída baseada em dois semanários negros elaborados no Rio Grande do Sul, *O Exemplo* e *A Alvorada*. Com circulação semanal, o cenário transita entre a capital, Porto Alegre, e uma cidade da região sul, Pelotas. O estudo abarca os anos de 1920 a 1935, mas muitas reflexões apresentadas ainda condizem com as situações vivenciadas até os dias de hoje.

O Exemplo foi o primeiro caderno negro a circular no Estado. *A Alvorada* foi o mais longo que circulou na América Latina, por quase 58 anos. Entre as possibilidades da fonte, contidas no texto estão: valores e costumes, condições de vida, lazer, trabalho, diferenças de gênero e racismo. A circulação, o preço, a periodicidade, os temas, as divergências e semelhanças são apontadas ao longo da dissertação.

Os exemplares pesquisados de *O Exemplo* fazem parte do acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), localizado no centro de Porto Alegre. No início dessa pesquisa os jornais estavam em processo de digitalização, com isso, grande parte do jornal pôde ser lida na plataforma online do IHGRS. De 1920 a 1930 foram 365 edições estudadas.

A Alvorada retomou sua periodicidade, após anos sem circular, em novembro de 1931, por isso, nesse ano há apenas nove edições do semanário. Em outros anos, foram produzidos cerca de cinquenta exemplares diferentes. De 1931 a 1935, *A Alvorada* esta na Bibliotheca Pública Pelotense (além das décadas de 40 e 50), localizada no centro da cidade de Pelotas. Ao total cerca de duzentos exemplares do semanário foram lidos nessa pesquisa.

Somando a quantidade dos dois jornais, apenas os exemplares que debatiam os assuntos de interesse da pesquisa foram selecionados, nesse caso, mais cadernos da *A Alvorada* do que de *O Exemplo*.

Em relação à organização do texto, ele está dividido em quatro capítulos. O primeiro trata da imprensa negra, dos dois jornais escolhidos e de seus integrantes. O capítulo inicia com a reivindicação de um espaço de reconhecimento desses impressos na história do jornalismo brasileiro. O texto apresenta as fontes ao leitor; primeiro *O Exemplo* e depois *A Alvorada*. Em seguida, procuro situar o contexto e demonstrar ao leitor de que forma eles se assemelhavam e divergiam. Apesar de ser um estudo focado na imprensa negra, nessa parte destaco os membros dos periódicos, pois sem as suas ideias esse empreendimento não teria se concretizado.

O capítulo seguinte foca na relação dos impressos com a sociabilidade da população negra. Primeiramente, com as colunas sociais e o seu papel de ditar normas e controlar o comportamento. A seguir, em diálogo com o contexto percebo que o controle sobre o comportamento das pessoas negras era uma estratégia de sobrevivência aos estereótipos atribuídos a eles e, com base nisso, tento problematizar esse aspecto. O capítulo encerra com a mulher negra e, nesse caso, optei por utilizar apenas intelectuais negras, por julgar mais apropriado. A mulher negra que aparece no capítulo é pensada pela figura masculina.

O terceiro capítulo foca em outra identidade assumida pelos redatores dos periódicos, que é a de trabalhador. Esse capítulo tem por objetivo apresentar uma classe que é operária e ao mesmo tempo formada por homens negros (duas identidades assumidas que não tem porque serem vistas separadas). São pessoas negras, geralmente homens, se posicionando sobre trabalho, política e dificuldades da vida, sem ficar lembrando o tempo todo a sua raça. No entanto, eles acionavam a sua raça quando descontentes com o trabalhador branco (conforme demonstrado no item 3.2). O capítulo começa pelos escritos em relação à política e ao sindicalismo. Em seguida, expõe as denúncias em relação às precárias condições de vida. Depois, a representatividade política a partir dos sindicatos. E, por fim, o capítulo encerra com a *Frente Negra Pelotense* e seu projeto pela educação.

O último capítulo, não menos importante, se detém a analisar a racialização. Encerro essa dissertação apresentando as discussões elaboradas pelos redatores dos jornais em torno da raça e de que forma a cor aparecia nos escritos. Também trago algumas das muitas denúncias de racismo veiculadas. E, encerrando todo o vocabulário

racial destacado durante a pesquisa, finalizo meu estudo observando o diálogo com o leitor e como eles se autodenominavam.

Boa leitura!

CAPÍTULO 1

IMPrensa NEGRA: TRANSPONDO O SOCIAL E O CULTURAL

A imprensa negra atuou como um espaço de resistência no pós-abolição, por fazer frente a estigmas e estereótipos negativos construídos em relação à população de cor escura e auxiliar na formação de uma nova percepção dos próprios indivíduos. Ao se deparar com o racismo da sociedade, os integrantes desta imprensa buscaram meios de se unir para enfrentá-lo. Esse capítulo inicia com alguns apontamentos sobre a organização de impressos de cunho racial no Brasil. Em seguida, o leitor passa a conhecer o universo das fontes utilizadas na pesquisa. Nesse caso, os jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*. A escrita a respeito desses semanários contempla desde os seus lançamentos até especificidades que cada um possuía.

Por entender a história como um processo do seu contexto, as mudanças que propiciam esse cenário de articulação de solidariedades negras também estão contempladas nesse capítulo. Os personagens que compuseram estes periódicos têm algumas linhas dedicadas a tratar de suas atuações. Tendo por cenário Porto Alegre e Pelotas, as histórias dessas cidades se mesclam com a de nossos personagens.

1.1 A inserção da imprensa negra na história do jornalismo brasileiro

O *Correio Braziliense*, idealizado por Hipólito José da Costa, foi lançado em 01 de junho de 1808. Por ter sido produzido em Londres, outro pasquim disputou com este o posto de precursor da imprensa brasileira¹, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, lançada no Brasil em 10 de setembro de 1808. Levando em consideração o foco crítico do jornal e não o local de sua elaboração, o *Correio Braziliense* teve o reconhecimento pelo seu

¹ Entre alguns dos estudos clássicos a respeito da imprensa brasileira estão Sodré (1999), Barbosa

pioneirismo. Depois da instalação das primeiras tipografias particulares em solo brasileiro, o número de impressos aumentou.

Já os impressos de cunho racial tiveram início no Brasil em 14 de setembro de 1833, com o pasquim *O Homem de cor² ou O Mulato*. Ele circulou na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa de Francisco de Paula Brito³. Francisco de Paula Brito (1809-1861) foi impressor e editor que atuou no Rio de Janeiro de 1831 e 1861. Ele era filho e neto de libertos. A trajetória de Paula Brito foi bastante complexa. No entanto, nesta pesquisa apenas um aspecto será enfatizado. Trata-se da sua atuação enquanto tipógrafo.

Paula Brito foi aprendiz da *Tipografia Nacional*. E, em 1831 quando possuía 22 anos, ele adquiriu, de um parente seu, um pequeno estabelecimento que outrora funcionava como papelaria. Paula Brito transformou este espaço em tipografia, com a realização da compra de maquinários. O estabelecimento foi batizado de *Typographia Fluminense*.

Paula Brito começou a editar *O Homem de Cor* (1833) num contexto de “incertezas e de reafirmação da cidadania brasileira” (PINTO, 2010, p.24). Através deste pasquim, ele questionava a precariedade da liberdade e o descaso com a cidadania dos negros no Brasil oitocentista para os diferentes status jurídicos que conviviam juntos. Segundo Chalhoub (2012)⁴ até 1860 todos que tivessem a pele escura e fossem detidos pela polícia, julgando serem escravizados, mesmo que liberto ou livre, permaneciam como escravizados até que conseguissem comprovar o contrário.

Já em seu primeiro número, o jornal trouxe na capa uma discussão racial. Paula Brito empregava palavras como “monstruoso” e “revoltante” para se referir à proposta do presidente da província de Pernambuco, Manuel Zeferino dos Santos. A proposta dele defendia que houvesse “uma distribuição diferenciada e hierarquizada de cargos públicos entre os cidadãos de acordo com a tonalidade da pele” (*O Homem de Cor*, 14/09/1833, p.01). Assim, seria possível “controlar quem poderia ocupar as altas

² A grafia original foi atualizada, assim como as demais transcrições realizadas dos jornais, tanto por ser uma grafia em desuso como para tornar a leitura mais agradável ao leitor.

³ A sua biografia foi tema da tese de Godoi (2014).

⁴ Ver principalmente o Capítulo 9. *Liberdade precária*, pp.227-276.

posições da Guarda Nacional⁵” (PINTO, 2010, p.25). Manuel Z. dos Santos é apenas um exemplo daqueles que se opunham à ascensão social dos negros nos espaços de trabalho, delegando a eles um lugar de subalternidade. Ao ver o (a) negro (a) como uma ameaça, critérios de seleção que remetessem à cor⁶ de pele e à nacionalidade, por exemplo, passaram a ser acionados (ROSA, 2014).

As teorias sobre a diversidade humana, elaboradas pela ciência moderna, colocavam a humanidade em diferentes grupos, nos quais, o (a) negro (a) ocuparia uma posição inferior em relação ao branco, tanto cultural quanto biológica. Mesmo sem fazer menção à ideia de raça, ficava implícita a sua noção. O discurso proferido pelo político demonstrou o desejo da manutenção de hierarquias sociais baseadas em classificações fenotípicas. Além disso, imperava entre os administradores públicos e a elite política o medo de uma “*africanização*” e “*haitianização*”⁷ do Brasil.

O funcionalismo público era um dos meios pelos quais os libertos poderiam se colocar em posições de destaque. Ter negros (as) ocupando espaços sociais que lhes garantissem prestígio era visto com maus olhos, por conta da racialização. Ainda assim eles estavam inseridos nesses ambientes. No entanto, as autoridades imbuídas da crença na branquitude⁸ passaram a demonstrar a sua predileção pelos trabalhadores brancos.

O pasquim de Paula Brito confirma que parte da população negra estava ciente dos debates promovidos em torno de políticas que se embasavam em práticas raciais. Após o nascimento desse jornal, surgiram outros. A imprensa foi apropriada por eles para uso em prol de seus interesses políticos e raciais (ROSA, 2014). Com a criação de periódicos raciais ficou o registro de uma série de informações da cotidianidade dos

⁵ A Guarda Nacional, criada em 1831, tinha por intuito manter a ordem social, conter as revoltas populares e propiciar a sustentação do aparelho estatal. A respeito da Guarda Nacional, ver Fertig (2015).

⁶ “A diferença de percepção das ‘cores’ é social e não epidérmica” (WEIMER, 2008, p.306). Para Mattos (2013) elas delegavam lugares sociais.

⁷ O Haiti foi a primeira nação negra pós-colonial a se tornar independente (1791-1804). Tendo feito uma revolução contra os brancos expulsando muitos do país, os negros protagonizaram um movimento social. Os demais países da América temiam que seus escravizados tomassem o Haiti como um exemplo e iniciassem uma revolução. Já a africanização seria a aquisição de hábitos africanos e o africano era visto como um agente de corrupção de costumes. A respeito do medo de uma haitianização e africanização do Brasil, ver Rodrigues (2000).

⁸ A branquitude ou branquidade é entendida como uma construção sócio-histórica que produz a ideia de superioridade racial branca e que resulta no racismo. Trata-se de uma categoria relacional cujos significados variam de acordo com o local. Sobre o tema, ver Ware (2004) e Schucman (2012).

indivíduos nos quais dialogavam. Através desses impressos é possível perceber que parte da população negra (não se pode generalizar) não estava alheia ao contexto que colocava em cheque as suas capacidades. Mesmo não tendo sido consultados politicamente, eles apresentaram suas opiniões e posicionamentos.

Diante de todos os problemas vivenciados no pós-abolição⁹, a imprensa negra foi mais uma estratégia de luta¹⁰. O enfrentamento ao sistema que lhes oprimia não era feito somente pelo uso de força física. A capacidade de organização e de atuação desses articulistas nesse veículo de comunicação pode ser vista como uma oposição à concepção de que eles viviam em uma anomia social¹¹. Os escritos deixados nesses semanários permitem muitas considerações sobre o comportamento, as ideias, os valores e os princípios, além de registrar a atuação de diversos personagens que buscavam uma melhor condição de vida para a população de tez escura.

O Homem de cor circulou somente em 1833. A curta duração era comum entre pasquins do gênero. E, normalmente esteve “vinculada a questões econômicas” (BASTIDE, 1983, p.129). Por visarem às camadas mais baixas da população, o apoio financeiro era difícil. Não era incomum que os redatores aplicassem dinheiro de seus bolsos, proveniente de outro tipo de renda, uma vez que a maioria desempenhava outras atividades profissionais.

Durante o século XIX, a dificuldade de manter um jornal não se limitava aos produzidos pela população negra.

⁹ Por conta de uma abolição malfeita que manteve, no período posteriormente, uma busca por direitos que lhes eram impossibilitados e a manutenção de continuidades de ideias em relação ao (a) negro (a), eles conviviam com estes obstáculos. A respeito dos problemas por eles vivenciados, ver Rios, Mattos (2005).

¹⁰ Nem toda a luta se faz através da resistência armada, as formas de resistir podem ser as mais sutis possíveis e, isso não torna os sujeitos acomodados ou submissos. Isso é o que os estudos do campo de emancipações e pós-abolição vem tentando demonstrar em suas reflexões, buscando desconstruir concepções historiográficas estereotipadas e racistas.

¹¹ O conceito de anomia foi emprestado de Durkheim. Florestan Fernandes utilizou-o, no seu livro, *A integração do negro na sociedade de classes*, de 1964, que teve várias reedições (FERNANDES, 2008). A ideia de anomia criou uma visão brutalizante e pessimista em relação ao negro (a), já que o conceito está vinculado ao estado de desorganização social, de uma incapacidade de organização e de atuação. O autor buscava denunciar que a crueldade do sistema escravista havia deixado os (as) negros (as) numa desorganização social em oposição à imagem de democracia racial que se vendia para outros países sobre as relações raciais no Brasil. Apesar de se tratar de um trabalho de sociologia, ele marcou historiograficamente uma nova forma de perceber o (a) negro (a). Em trabalhos posteriores, o autor acabou reconhecendo que essa ideia por ele defendida para denunciar o racismo acabou reproduzindo muitos preconceitos sobre em relação à população de cor escura.

A montagem de uma tipografia e o lançamento de um periódico não era tarefa difícil, mas o custo de manutenção das publicações era relativamente alto. As despesas com papel, matéria-prima importada, mão de obra (composta por trabalhadores assalariados e especializados) e o porte de circulação gravoso prejudicavam a sustentação dos jornais (RÜDIGER, 2003, p.38).

No entanto, no século XX, com o desenvolvimento do processo de impressão, o que levou a uma industrialização da imprensa, essa situação mudou. O jornalismo, visando aumentar a sua circulação, investiu em tecnologia gráfica, pois era um empreendimento capitalista que buscava o lucro (RÜDIGER, 2003). No Rio Grande do Sul, o *Correio do Povo* (1895), de Porto Alegre, foi o primeiro a se inserir naquilo que o autor considera Jornalismo Informativo Moderno, passando a se comportar como uma empresa. A compreensão da profissão de jornalista também sofreu alterações: antes entendido como diretores e proprietários, depois passou a englobar os responsáveis pelas notícias (RÜDIGER, 2003). *O Exemplo* (1892) surgiu antes desse momento, enquanto *A Alvorada* (1907), durante sua afirmação.

A imprensa rio-grandense, antes da sua modernização, teve vários vieses¹². Entre eles estava uma tendência política partidária, na qual os veículos de comunicação expressavam a opinião dos partidos para a sociedade, com caráter opinativo, tornando esse meio uma forma de atingir carreira política. O jornalismo também assumiu outras feições, como, por exemplo, a literária, que se consolidou devido às necessidades culturais que surgiam na época. Mesmo com uma nova forma de se conceber a comunicação, antigas práticas se conservaram, inclusive, em periódicos de cunho racial.

Algumas obras historiográficas que tratam a respeito da história do jornalismo no Brasil, tais como Sodré (1966), Barbosa (2007) Martins e Luca (2008), ou mesmo, no Rio Grande do Sul, como é o caso de Rüdiger (2003) e Hohlfeldt (2006) sequer citam a existência de impressos de cunho racial, demonstrando que os desconhecem. Nesse sentido, o título desse tópico faz referência ao reconhecimento dessa produção cultural negra como parte do jornalismo brasileiro. A concepção a respeito da cultura, aqui, é compreendida como uma “multiplicidade de significados circulando como objeto de

¹² Não há um consenso sobre a periodização e as fases da comunicação na historiografia que trata do Rio Grande do Sul. Para Rüdiger (2003) houve o predomínio de dois grandes regimes, mas ao mesmo tempo o autor aponta para cinco momentos diferentes. Enquanto isso Hohlfeldt (2006) que contesta suas colocações traz outra periodização para o estudo da imprensa. No entanto, essa oposição entre os dois autores, apesar de destacada, não interfere nas colocações desse trabalho.

disputas e tensões, apropriações e ressignificações, repressão e sedução dentro de um contexto cultural” (CUNHA, 2002, p.18).

Se a imprensa negra nasce no século XIX, ela somente atingiu seu auge no século XX. Várias são as possibilidades para justificar esse aumento de impressos. Uma delas é o próprio contexto. Desde a crise do escravismo às discussões sobre a diversidade humana, que delegavam superioridade a algumas etnias em detrimento de outras, vinham sendo importadas para o Brasil. Nesse sentido, os projetos políticos de imigração também atuavam como uma maneira de branquear a população. Com o fim da escravidão, as teorias raciais estavam em alta no Brasil¹³. Sua influência sobre áreas como a ciência e o direito, por exemplo, acarretaram na criação de novas hierarquias, para o sistema jurídico e policial. No momento em que o (a) negro (a) conseguiria de fato a sua cidadania, o sistema jurídico e policial comprava a ideia de que ele (a) se encontrava mais próximo ao estado da selvageria humana. A ciência passou a influenciar no processo de inclusão e exclusão dos grupos sociais e por isso a imprensa negra põe em questionamento a cidadania da população cuja cor de pele seja escura (ROSSI, 2011).

Para o Rio Grande do Sul, por exemplo, uma motivação para a expansão desses escritos pode ter sido a vontade de não se calar frente à invisibilidade construída sobre eles. O negro foi deixado de lado nas memórias do estado (e a importância da mulher negra foi ainda mais invisibilizada), tendo suas histórias simplificadas, primeiro, para dar lugar à construção de uma escravidão amena diferente do restante do país e, em segundo, para a elaboração do mito de uma sociedade branca de origens europeias. Os jornais negros eram uma resposta imediata às experiências que esses indivíduos estavam vivenciando. Entre os pontos comuns existentes nessas produções estavam:

Primeiro, os periódicos eram fundados, escritos e mantidos por pessoas que se autodenominavam como negras ou que se colocavam como muito próximas deste meio; Segundo, tinham como leitores e alvos prioritários das publicações, embora muitas vezes não fossem os únicos, a população negra; Terceiro, os jornais divulgavam assuntos de interesses dos negros e eram reconhecidos

¹³ Ver Schwarcz (1993); Skidmore (2012); Azevedo (2004) que analisam as teorias raciais em relação aos “de cima” (através de institutos, instituições e da própria concepção da elite). E, ver também Rosa (2014), que analisa aqueles que foram ausentados nesse debate, os “de baixo” (com foco nos maiores interessados, a população negra).

pelos leitores como defensores das suas questões; Quarto, alguns redatores dos jornais mantinham contatos próximos entre si, trocavam exemplares e autorreferenciavam-se como “coirmãos” que “colima[vam] o mesmo ideal pelo qual nos batemos”; Quinto, todos esses aspectos eram, de forma recorrente, divulgados pelos jornais de maior circulação. As publicações negras e os seus principais responsáveis eram representados na “grande imprensa”, quando dos lançamentos ou pela passagem das datas comemorativas das fundações, como pertencentes àquela parcela populacional (SANTOS, 2011a, p.108).

No que se referem às preocupações apresentadas, os jornais continham denúncias de casos de preconceitos sofridos pelos (as) negros (as), o combate aos estereótipos cunhados em relação a eles (as), o registro de suas vivências e o confronto com a invisibilidade histórica que lhes estava sendo forjada. De acordo com Domingues (2008), esses impressos contribuíram para que o (a) negro (a) lutasse em prol dos seus direitos de cidadão.

Em diversas cidades e estados, a imprensa negra circulou, sobretudo em locais que contavam com significativa presença negra. No caso do Rio Grande do Sul, alguns exemplos são Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre e Bagé. No entanto, nem todos os periódicos eram compostos somente por negros no seu corpo editorial, alguns contavam com a presença de brancos entre os seus colaboradores (o que demonstra a força do privilégio dos brancos, pois mesmo em jornais negros, eles estariam inseridos). Isso ocorre porque entre as suas preocupações estavam temas de comum interesse para as classes sociais mais baixas, como, por exemplo, moradias, empregos, educação, alimentação e trabalho.

Os impressos negros buscavam fortalecer os *seus*. Nesse sentido, defendiam a educação como meio de combater a marginalização do (a) negro (a), superar os preconceitos e ser tratado com igualdade. Além de promover a “superação dos complexos e estereótipos que os inferiorizavam na busca da mobilidade social” (SANTOS, 2006, p.157).

Por não se sentirem representados pelos veículos de comunicação de grande circulação, uma vez que esses também contribuíam para o processo de estereotipação do (a) negro (a), seus jornais se tornaram uma forma alternativa de comunicação (SANTOS, 2011). Assim, foi necessário criar um reconhecimento com a comunidade e construir uma identidade de grupo tanto no sentido cultural quanto social (SILVA, 2014).

A imprensa negra permite entender as lógicas culturais, sociais e políticas conferidas por estes indivíduos. Além da cotidianidade de cerceamentos que acarretavam nas dificuldades e barreiras sociais, que gerava diferentes maneiras de enfrentamentos, inclusive as mais sutis. A elaboração desses jornais foi resultado de uma forma de articulação, atuante na constituição de uma identidade¹⁴ de pertencimento de grupo e de valorização dele. No entanto, pertencer a um grupo não conferia a esses sujeitos uma homogeneidade de pensamento e ações.

O *Exemplo* e *A Alvorada* serão apresentados respectivamente, no item 1.2 e 1.3. O cenário de formação desses periódicos, em Porto Alegre e em Pelotas, foi marcado pelo processo de industrialização, em especial um crescimento industrial, em Porto Alegre, enquanto que, em Pelotas, um crescimento comercial, acompanhado pelo aumento da população urbana que expandiu as duas cidades, assunto do subcapítulo 1.4. A elaboração desses semanários tem sua história marcada pela propagação de interesses do capitalismo nos meios de comunicação e pelas transformações nas relações sociais de solidariedade nesses espaços.

No século XX, manter um jornal em circulação era uma tarefa diferente de outrora. O *Exemplo* e *A Alvorada* nascem em contextos diferenciados e apresentam características comuns e particulares. Compartilham entre si a ênfase nas denúncias de racismo e a divulgação de sociabilidades negras. Ambos tinham objetivos de organização política e de formas de mobilização, porém obtiveram encaminhamentos e resultados diversos nessas cidades. Já as estratégias de ascensão social e de reconhecimento público os diferenciam.

¹⁴ Esse conceito é bastante complexo, e exige alguns cuidados, ver Hobsbawm (2013). A identidade se forma através de processos construídos cultural e socialmente. Ela não é fixa, imutável ou única, os indivíduos podem se identificar ao mesmo tempo com uma diversidade de elementos, fatores ou situações. Ela se pauta no contraste com o outro, com o diferente. Sobre o conceito de identidade ver também Silva (2014), Hall (2003) e (2014).

1.2 Primeiros passos de uma grande estreia: a fundação do *O Exemplo* em Porto Alegre

No “dia 11 de dezembro de 1892”, na cidade de Porto Alegre, estreou *O Exemplo* (*O Exemplo*, 04/01/1925, p.01), mais um título de imprensa negra do Brasil, porém o primeiro do Rio Grande do Sul. Segundo o próprio jornal, ele teria sido o precursor desse tipo de comunicação “nos pampas” (*O Exemplo*, 02/01/1928, p.01)¹⁵. A sua circulação começava quatro anos depois da Abolição.

O cabeçalho da primeira edição aponta ser o jornal “propriedade de uma associação” (*O Exemplo*, 01/01/1893, p.01). Já em edições posteriores, consta a indicação de sociedade anônima (*O Exemplo*, 03/10/1920, p.01), não remetendo a nomes de um único dono. Em seu subtítulo, constava a inscrição: *Jornal do Povo*. No primeiro número, o editorial do periódico expunha sua proposta: “o nosso programa é simples e podemos exará-lo em duas palavras: a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos” (*O Exemplo*, 11/12/1892, p.01). Entre os objetivos do *O Exemplo* estava o de “fortalecer a gente negra local e defender seus interesses” (PINTO, 2010, p.140).

Müller (1999; 2013) se dedicou a pesquisar um grupo, em Porto Alegre, composto por pessoas negras, em sua maioria, homens, entendidos por “uma espécie de ‘elite’¹⁶ intelectual e econômica” (2013, p.18). Retrocedendo no tempo, ela se debruçou sobre a *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário*¹⁷, fundada em 1786. Müller demonstrou que a

¹⁵ Esta expressão foi empregada pelo próprio jornal, no referido caderno, ao tratar de sua iniciativa de atuar no Rio Grande do Sul.

¹⁶ Santos (2013) ao tratar deste grupo refere-se à certa “elite negra letrada” (p.02). Para o autor esse grupo “grosso modo, uma classe média, que se utilizou das influências pessoais e políticas que a maioria dos membros de sua comunidade de origem étnica estava excluída” (SANTOS, 2011a, p.20). Segundo Santos (2011a), eles teriam “condições sociais, materiais e capital cultural para circular por toda a sociedade” (p.20). Müller (1999; 2013) justifica que o uso do termo entre aspas se deve as especificidades do processo histórico brasileiro, no qual não seria possível entender os (as) negros (as) da mesma forma que o conceito de elite utilizado na historiografia e na ciência política, já que não se tratavam de um grupo que detinha privilégios em todos os sentidos, especialmente, no cenário político. No entanto, esses homens ocupavam um espaço que os diferenciava da grande maioria da população negra. Para Müller (1999; 2013), seria necessária a criação de uma categoria de análise que fosse própria à realidade brasileira. Ao adotar o termo “elite” entre aspas partilho da opinião de que o conceito tradicional de elite não se encaixa em sua plenitude para referenciar ao grupo, mas ainda assim, manteve a opção por utilizá-lo.

¹⁷ A *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário*, instituída em 1786, funcionava junto a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Madre de Deus, da qual foram afastados pelo vigário José Inácio dos Santos Pereira. A

partir das práticas adquiridas na Irmandade¹⁸, os (as) negros (as) porto-alegrenses iniciaram a organização de estratégias para ampliar e também preservar seus direitos. Essa associação era composta por negros e negras, nos diferentes *status* vigentes (livres, escravizados, libertos). Como coloca a autora, “transformaram esse espaço de controle num espaço de ação” (MÜLLER, 2013, p.19). A partir deste estudo, percebe-se toda uma rede de relações formadas pelos negros e negras, no Estado, ainda durante a escravidão.

A *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário* (1786-1915) foi significativa no processo de aglutinar experiências¹⁹, a partir das organizações voltadas para a discussão de interesses comuns, colaborando para a ascensão de negros (as) empobrecidos (as). A fundação de uma série de associações de cunho diferenciados como bailantes, beneficentes e literárias seria uma forma de consolidar este objetivo (MÜLLER, 2013).

Originalmente, a devoção a Nossa Senhora do Rosário era um modo utilizado por clérigos na pregação do ensino religioso de ordem católica para escravizados. A maioria dos integrantes do *O Exemplo* participava dessa Irmandade. O grupo que compunha este jornal apresentava uma grande circularidade entre as organizações existentes em Porto Alegre, formadas e frequentadas por negros e negras. Eles atuavam em diferentes espaços de uma ampla rede social que incluía “associações culturais, religiosas, musicais, esportivas, dramáticas e carnavalescas” (ZUBARAN, 2016, p.216).

A fundação de escolas étnicas, de clubes sociais e esportivos, associações culturais e beneficentes, a comemoração das datas e festividades cívicas e a publicação de jornais voltados aos grupos negros, constituíram um amplo processo de inserção social para a busca e a garantia de direitos (SANTOS, 2013, p.02).

Irmandade se empenharia na construção de sua própria igreja, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, erguida entre 1817 e 1827 (FRANCO, 2006). Posteriormente, ela foi demolida sob a alegação de que era pequena para o culto dando lugar a uma nova.

¹⁸ Essa Irmandade não era a única que congregava os negros devotos em Porto Alegre, havia na capital também a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, que era frequentada por pardos, além da presença de indivíduos e de suas famílias de cor escura em outras agremiações. A respeito do tema, ver Tavares (2007a).

¹⁹ A experiência significa a intervenção humana sobre sua situação determinada, a partir do processamento cultural de necessidades, interesses e antagonismos com que este se depara. Trata-se de um conceito baseado em Thompson (1981).

A *Barbearia Calisto*, localizada no centro de Porto Alegre, na Rua dos Andradas, no número 247 (PINTO, 2010), foi o local de criação do *O Exemplo*. Os donos do estabelecimento, os irmãos Calisto, compunham a gama de integrantes da formação inicial do jornal. Posteriormente, a redação e a oficina passariam para outros espaços da cidade, desde lugares centrais a periféricos. O semanário que circulava aos domingos podia ser adquirido na sua sede, através de assinaturas ou mesmo com os próprios editores.

Uma das características do *O Exemplo* era o fato de ter sido criado exclusivamente por negros, mas ainda assim, aceitar a contribuição de brancos. O que se dava em função de seu caráter democrático, de se colocar aberto ao diálogo, como o próprio jornal expunha (*O Exemplo*, 06/01/1921). O periódico teve vários colaboradores brancos, principalmente, quando passa a tratar de interesses da classe operária. Sovik (2009) debate sobre a ligação entre o branco e o negro no cotidiano apontando que na grande imprensa o branco é quem é valorizado.

Entre os integrantes do grupo inicial do *O Exemplo* estavam: Arthur Andrade, Arthur Gama, Marcílio F. da Costa Freitas, Aurélio de Bittencourt Júnior, Sérgio de Bittencourt Júnior, Camillo Tristão Laurindo, Leovegildo Silva, Felipe Baptista da Silva, Alfredo Candido de Souza e Esperidião Calisto.

Durante a existência do *O Exemplo*, o grupo se modificou, alguns o deixaram enquanto outros se vincularam a ele. Entre seus redatores, aqueles que mais se destacaram foram Arthur de Andrade, Espiridião Calisto, Tácito Pires e Alcibíades dos Santos. Pelos seus pares, os “redatores eram identificados como ‘corajosos’, ‘esforçados batalhadores’, ‘arautos de um ideal’, movidos pela necessidade de ‘levantamento moral e intelectual das classes desprotegidas’” (XAVIER, 2014, p.133)²⁰.

Ao longo de sua circulação, *O Exemplo* incentivou jovens autores, publicando textos de Reynaldo Moura, Dante de Laytano, Augusto Meyer, Walter Spalding e Breno Pinto Ribeiro. Laytano, em 1937, foi um dos colaboradores do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. Era o momento em que o Brasil foi considerado um dos países de maior sobrevivência de traços da cultura africana, e que Laytano publicava Os

²⁰ Essa foi uma colocação que *O Exemplo* apresentou em 07/07/1904, assinado por J.Cotta.

africanismos do dialeto gaúcho (1936) entre outras obras²¹. Já Moura, Meyer e Spalding fizeram carreira, posteriormente, no jornalismo tradicional, ambos no *Correio do Povo*, a quem *O Exemplo* apresentou muitas críticas.

Os diretores do *O Exemplo* foram Arthur Andrade (o primeiro de todos), Marcílio Freitas, Baptista Júnior e Dário de Bittencourt. “A maioria dos diretores e redatores do *O Exemplo* tinha como principal fonte de renda o emprego público federal” (ZUBARAN, 2016, p.216). Entre eles havia também um grupo que era composto por profissionais liberais.

As atividades do semanário foram finalizadas no ano de 1930 “em virtude de complicações financeiras” (PINTO, 2006, p.157). Durante sua produção, ele atuou como meio de comunicação tanto para a população negra quanto para os operários porto-alegrenses. Entre 1908 e 1911, *O Exemplo* incorporou a causa operária as suas pautas, defendendo os trabalhadores em geral, o movimento operário e o sindicalismo.

Sua circularidade não foi ininterrupta. Ao longo de seus 37 anos, ele se ausentou da imprensa gaúcha por diversos momentos, devido a problemas econômicos. Por apresentar modos diferentes na sua concepção, *O Exemplo* é classificado em quatro fases: a primeira de 1892 a 1895, a segunda de 1902 a 1905, a terceira de 1910 a 1911 e a última de 1916 a 1930 (MÜLLER, 2013; ZUBARAN, 2008 e 2016; SANTOS, 2011).

A motivação para a criação do periódico no Rio Grande do Sul ficou registrada em uma de suas edições. Sob o título “O aparecimento d’*O Exemplo*”, o caderno do dia 2 de janeiro de 1928 apresentou a discriminação sofrida por Justino Coelho da Silva Júnior. Este fato teria sido o estopim para a organização de um jornal racial a fim de que fossem denunciadas as arbitrariedades contra os (as) negros (as) em Porto Alegre. O caso de Justino teria ocorrido ainda durante o império, sendo que *O Exemplo* só se concretizaria anos mais tarde. Justino havia sido aprovado, em primeiro lugar, num concurso a fim de ocupar um cargo público estadual, ainda durante o império. No entanto, a mando de Gaspar da Silveira Martins²², o concurso foi anulado, porque apesar de o aprovado ter

²¹ Para saber mais informações sobre o autor, ver Silva (2010) e (2012), autora na qual as informações sobre Laytano foram extraídas.

²² Gaspar da Silveira Martins nasceu em 05/08/1835 e faleceu em 23/07/1901. Foi deputado provincial (1862), deputado geral (1872), ministro da fazenda (1873), senador (1880), conselheiro de estado e presidente de província no Rio Grande do Sul. Integrante do Partido Federalista fazia oposição ao PRR.

revelado notórias aptidões, teria o “grande ‘defeito’ de não ter branca a cor da sua epiderme” (*O Exemplo*, 02/01/1928, p.01). *O Exemplo* trouxe à tona, ainda no século XIX, a denúncia contra o preconceito, se manifestando contra “as hierarquias baseadas na cor da pele” (ZUBARAN, 2008, p.167). Esse acontecimento permite compreender o tipo de liberdade e cidadania condicionada as pessoas negras do período. Leia-se que ser um cidadão negro não implicava em ter os mesmos direitos que um branco, mantendo-se uma hierarquia entre os cidadãos por conta da sua tonalidade da pele.

Em suas páginas, *O Exemplo* publicava textos contemplando pessoas negras de destaque. O próprio nome do jornal, provavelmente, estava ligado a essa estratégia de construção de “modelos de conduta que serviriam de referência para a comunidade negra” (ZUBARAN, 2008, p.177). Essa prática também pode ser vista em outros materiais de imprensa negra (DOMINGUES, 2008). Assim, eles poderiam se ver representados, de forma a insuflar o seu orgulho de pertencer ao grupo.

O Exemplo, assim como outros jornais, permite pensar a cidadania, no contexto do Rio Grande do Sul e, estudar a “memória das populações afrodescendentes no pós-abolição” (ZUBARAN, 2008, p.166). As denúncias de segregação e a organização de formas de resistência apontam para uma maneira diferente de vivenciar a cidadania pelos (as) negros (as) em relação à da população branca. Independente da distância existente entre os integrantes do impresso e a escravidão, o estigma do racismo acompanhou suas vidas. Cooper, Holt e Scott (2005), em sua obra, apresentam a cidadania como um dos problemas do pós-abolição. De acordo com os autores, o conceito possui significados mutáveis. Por exemplo, para a Europa, a afirmação de direitos do cidadão poderia ser um movimento libertador enquanto que para as colônias, limitador (COOPER; HOLT; SCOTT, 2005).

O capítulo continua, abordando a seguir outro impresso: *A Alvorada*, de Pelotas.

Era monarquista. Também foi líder da Revolução Federalista, 1893-1895. Gaspar gozava de poderio político durante o Império, mas acaba o perdendo com a proclamação da República (1889). A respeito do político, ver Padoin; Rossato, (2013) e, também Kühn (2011).

1.3 A negra voz da Princesa do Sul²³ se fez ouvir: a consolidação do jornal *A Alvorada*

Após a primeira iniciativa de imprensa negra, em Porto Alegre, com *O Exemplo* (1892-1930), o Rio Grande do Sul assistiu o nascimento de outros periódicos do gênero. Dentre estes, recebe a atenção nessa pesquisa o semanário *A Alvorada*²⁴, surgido no dia 5 de maio de 1907, na cidade de Pelotas, 15 anos depois do início da circulação de *O Exemplo*.

A Alvorada era propriedade dos irmãos Penny. No entanto, Durval Moreira Penny logo se afastou de sua preparação para cuidar de assuntos profissionais, e apenas Juvenal Moreira Penny seguiu no comando da *A Alvorada*. Além dos Penny, outros dois homens idealizaram este projeto, trata-se de Rodolpho Ignácio Xavier e seu irmão Antônio Baobad (OLIVEIRA, 2016). Antônio Baobad acabou falecendo antes de acompanhar o lançamento de *A Alvorada* (LONER, 2005).

No ano de 1946, Juvenal M. Penny vendeu *A Alvorada*, que passou a ser “propriedade de um grupo liderado por Rubens Lima, além de Carlos Torres e Armando Vargas” (PERES, 2002, p.128). *A Alvorada* encerrou suas atividades no ano de 1965. Durante seus 58 anos, o semanário passou por momentos de dificuldades financeiras que se refletiram em interrupções na sua circulação. O periódico é tido por um dos mais longos exemplares de imprensa negra do Brasil (SANTOS, 2003).

Várias campanhas foram lançadas para que a comunidade mantivesse em dia suas mensalidades. Por exemplo, em 1933 um apelo advertiu: “Orgulhas-te de teres o teu jornal? Então paga pontualmente para que ele progrida! Ele faltando não tens aonde expandir tuas ideias. Amparai-o” (*A Alvorada*, 08/01/1933, p.07). Em outro momento foi publicado:

²³ A cidade de Pelotas ganhou este apelido no final do século XIX, quando possuía uma vida cultural sofisticada e nutria uma intensa relação com a Europa. Os filhos da elite pelotense viajavam para lá a fim de estudar e voltavam com as novas tendências da moda (vestuário, arquitetura, artes cênicas e política), da riqueza de elementos arquitetônicos na qual possui (AL-ALAM, 2007 e 2008). O epíteto da cidade de Pelotas encontra-se também no brasão oficial da cidade (MAGALHÃES, 2010, p.206). Um caso do reconhecimento do adjetivo pelas demais cidades pode ser observado no *O Exemplo* (1929, p.05), que ao comparar o atual *Colégio Pelotense* (na época, *Ginásio Pelotense*) ao *Colégio D. Pedro II*, se refere à cidade pelo apelido.

²⁴ *A Alvorada* teve entre as suas sedes, a Rua Paysandu 678, hoje atual Barão de Santa Tecla.

Estamos mantendo [o jornal] por julgarmos que o nosso meio necessita ter o seu arauto, aonde possa dizer o que sente, o que pensa e procurar engrandecer a nossa raça, mas senão nos auxiliarem com o pagamento pontual das assinaturas, com que fizemos face as nossas despesas, nos veremos na contingência de desistirmos, porque não temos verba para prosseguir (*A Alvorada*, 13/10/1932, p.01).

Entre os redatores da *A Alvorada* estavam Dario Nunes, Humberto de Freitas, Ivo Porto e Miguel Barros. O semanário “era dominical e poderia ser adquirido de duas formas: compra em bancas de jornal, barbearias e no Mercado central, ou assinatura” (SILVA, 2011, p.139).

Além de Pelotas, a venda do impresso se dava em outras cidades da metade sul do Estado. Entre elas: Jaguarão, Pedras Altas, Cacimbinhas (atual Pinheiro Machado), Cerrito, Rio Grande, Capão do Leão e Bagé. Assim como Canguçu e Alegrete (SANTOS, 2003). O periódico possuía correspondentes que viajavam para estes municípios a fim de retornarem com novos informes.

Entre 1931 e 1935, por exemplo, eram muitas as notícias trazidas da cidade de Jaguarão. Tanto que *A Alvorada* passou a ter um anexo, sob o título de *O Jaguareense*. Era uma espécie de caderno dentro da *A Alvorada*, exclusivamente sobre essa cidade. Os assuntos destacados relacionavam-se a concursos de beleza para mulheres negras, além de programações culturais como eventos e bailes. O semanário também apresentava uma seção para tratar a respeito da cidade de Bagé, intitulada *Correio Elegante*. Entre os assuntos estavam informações sobre a região e a sociedade local.

O valor cobrado pela assinatura mensal de *A Alvorada*, em Pelotas, era o mesmo cobrado pelo *O Exemplo*, na capital, Rs1\$000 (1 mil réis). Tavares (2007) constatou que para o ano de 1932, em Pelotas, o preço do quilo da carne era de Rs\$500 (quinhentos réis), portanto o jornal não era barato. *A Alvorada* se defendia argumentando que a entrada em bailes, cinemas e teatros representava um custo maior que o impresso e, mesmo assim, as pessoas continuavam a frequentar esses espaços.

Para Tavares, *A Alvorada* “além de um órgão de caráter político foi significativa também para a afirmação da autoestima da etnia”, isto porque no periódico, negros e negras “eram representados através de fotos, homenagens, tributos, o que não acontecia nos demais jornais diários” (2007, p.07-08). Somado a isso, *A Alvorada* adotava uma escrita que defendia e orientava a população negra, além de

posicionamentos em favor da raça, o que evidencia “a procura e defesa de uma identidade racial positiva para si” (SILVA, 2011, p.136).

No cabeçalho do impresso, estava estampado o seu foco: lutar contra a discriminação racial e se posicionar em defesa do operariado pelotense. Nesse sentido, obedeciam a um programa que pregava “a defesa da raça, através da denúncia de atos discriminatórios” (SILVA, 2011, p.138). Entre seus propósitos, estava o de “servir como veículo de informação agindo em prol da defesa de seus irmãos de cor” (SILVA, 2011, p.138). Os conteúdos da *A Alvorada* abrangiam “poesia, teatro, música, conselhos e fofocas que tinham o objetivo de indicar regras morais e de comportamento para os leitores, bem como juízos afirmativos de uma identidade negra” (SANTOS, 2009, p.184).

A Alvorada era parte de uma prática associativa de negros e negras, na cidade de Pelotas. Esse associativismo se formou ainda no século XIX e com o pós-abolição acabou se ampliando. Por conta dele foram fundadas diversas organizações atuantes na formação e valorização de uma identidade negra (SILVA, 2011). São exemplos: os clubes sociais, alguns com origem em cordões carnavalescos (ESCOBAR, 2010). As finalidades desses eram múltiplas. Entre eles estavam o *Depois da Chuva* (1916), *Fica Ahí Pra Ir Dizendo* (1921), *Chove e não molha* (1921), *Quem ri de nós tem Paixão* (1921) e *Está tudo certo* (1931)²⁵ (LONER; 2010).

Durante o período do carnaval, o jornal divulgava as marchas e informes dos bailes. *A Alvorada* contribuiu com os concursos de beleza realizados nos clubes, informando e divulgando as moças escolhidas. Muitos dos membros da *A Alvorada* eram integrantes da diretoria desses clubes. No entanto, nem todos partilhavam da mesma opinião a respeito desses espaços. Um dos membros da *A Alvorada*, Rodolpho Xavier, não era muito simpático a eles, porque acreditava que esses locais desviavam o foco que deveria ser a elevação moral dos (as) negros (as).

Não tardou para que o semanário veiculasse os informativos do *Fica ahí pra Ir Dizendo* como reuniões, eventos e tudo mais que dissesse respeito ao clube. Vários membros da *A Alvorada* também participavam da diretoria do *Fica ahí*. O comportamento da comunidade nesses espaços era vigiado pelas colunas de fofocas da

²⁵ Para saber mais sobre os clubes culturais e carnavalescos negros da cidade de Pelotas, ver Silva (2011).

A Alvorada, principalmente pela coluna *Pesquei*. As mulheres temiam ter suas iniciais publicadas relacionando-as a um comportamento visto como moralmente condenável. A vigilância sobre o comportamento era uma forma de contradizer o caráter negativo atribuído à população negra e suas práticas e, por “fim aos preconceitos de cor” (SILVA, 2011, p.135).

Além da vida social e cultural, o trabalho era uma de suas preocupações contínuas. “O trânsito entre o jornal *A Alvorada*, cordões e associações operárias foi muito intenso” (SILVA, 2011, p.129). O semanário trazia chamadas para reuniões, atas e informativos de sindicatos. Ele promoveu o debate a respeito da precariedade dos salários e denunciou as exaustivas rotinas de trabalho. *A Alvorada* denunciou problemas do cotidiano²⁶ dos (as) trabalhadores (as), negros (as) ou brancos (as), como, por exemplo, alto custo das moradias e da alimentação.

Nos anos 1930, *A Alvorada* se tornou porta-voz da *Frente Negra Pelotense*²⁷ e desde então uma campanha muito engajada pela educação da população negra foi sendo gestada. O jornal acreditava e defendia que somente a educação seria capaz de extinguir e combater os preconceitos. Além de se preocupar com o disciplinamento moral da etnia, *A Alvorada* “também se pronunciava contra as propostas de ‘embranquecimento’” (LONER, 2005, p.07).

A Alvorada era um periódico crítico, literário, noticioso e, posteriormente, também, esportivo. Seus cadernos abordavam assuntos locais, nacionais e internacionais. Eles se manifestavam em relação ao social, ao cultural e ao político. Trataram sobre formas de atuação do governo, eleições sindicais, sindicalização e crise econômica. Em 1931, Rodolpho Xavier publicou na *A Alvorada* um artigo afirmando que “quanto mais se intensificam as produções e abarrotam-se os mercados exportadores, cresce na mesma regra de proporção a miséria e os sofrimentos humanos” (*A Alvorada*, 29/11/1931, p.01).

Os integrantes de *A Alvorada* eram conscientes da importância e necessidade de um veículo de comunicação para a comunidade negra. No ano de 1931, ao retomar as atividades depois de alguns anos sem circular, eles registraram:

²⁶ Sendo o cotidiano um conceito histórico, o entendimento existente a respeito dele provém da leitura dos seguintes autores: Heller (1989); Petersen (1994) e (1995); De Certeau (1998).

²⁷ A *Frente Negra Pelotense* foi uma das organizações negras, fundada em 1933, na cidade de Pelotas. Mais informações sobre esta organização podem ser acompanhadas no Capítulo 3 dessa dissertação.

Era necessário que, novamente nos encontrássemos a postos, para preencher uma lacuna, não pequena, porque não temos, atualmente, um periódico circulando no centro da nossa comunhão social, servindo ao mesmo tempo de defesa e recreio a nossa raça. (*A Alvorada*, 01/11/1931, p.01)

A Alvorada serviu para alertar, orientar e aconselhar seus leitores. Almejava-se que com ele seria possível tornar os (as) negros (as) conscientes do preconceito fortemente mascarado na sociedade.

A seguir, o texto promove um diálogo entre as duas fontes, permitindo ao leitor conhecer um pouco sobre o contexto de surgimento dos dois jornais apontados.

1.4 O Exemplo x A Alvorada: política, economia, semelhanças e divergências

Os jornais estudados atuaram no combate ao estereótipo do popular como perigoso. Ao mesmo tempo, eles difundiram entre os *seus* a apologia ao trabalho e a condenação ao ócio. O final do século XIX e início do século XX, momentos de constituição desses impressos, foi um período de crescente industrialização e urbanização no Estado. Logo, diversas demandas se mostraram pendentes, tais como:

A habitação popular, a racional utilização dos recursos naturais, a educação e o lazer, os efeitos da tecnologia sobre o trabalho industrial, a necessidade de organizar o mercado de trabalho, a definição de regras e instituições de controle social, a satisfação das necessidades de abastecimento, o enfrentamento das greves, etc. (PESAVENTO, 1990, p.33)

O Exemplo e *A Alvorada* não estavam alheios a essas questões e debateram diversas delas ao longo de suas edições. Mesmo com abordagens e inserções diferentes, ambos se manifestavam em relação aos problemas sociais de suas respectivas cidades.

Basta lembrar, por exemplo, o contexto político. Durante toda a Primeira República, quando *O Exemplo* (1892-1930) circulou, o governo do Estado do Rio Grande do Sul esteve sob domínio do Partido Republicano Rio-Grandense²⁸ (PRR). Pesavento denominou esse momento de “autoritarismo ilustrado” (1990, p.17). Os setores agrários e a burguesia que se estruturava formaram uma aliança. O PRR

²⁸ O mais longo dos governos foi o de Borges de Medeiros, que ficou de 1898 a 1908 e, depois de 1913 a 1928 (KÜHN, 2011).

apoiava-se nas ideias positivistas de Auguste Comte, entre elas, o progresso e a evolução. Segundo os princípios dessa filosofia, “o progresso seria dado pelo desenvolvimento industrial, pelo primado da ciência, pela educação e pela moral. A ciência e a indústria assegurariam o progresso, enquanto que a moral e a educação manteriam a ordem” (PESAVENTO, 1990, p.17).

As ideias de progresso difundidas pelo PRR também estavam presentes entre os operários. No entanto, as camadas populares “se apropriavam dos signos culturais impostos, mas os adaptando de acordo com suas leituras de mundo, suas perspectivas, suas experiências de vida” (AL-ALAM, 2008, p.41). A ordenação burguesa “realizava a apologia do trabalho e a condenação da ociosidade ao mesmo tempo em que identificava as classes trabalhadoras como perigosas” (PESAVENTO, 1990, p.56).

No que se refere ao povoamento das cidades, em Pelotas teria se iniciado “na segunda metade do século XVIII” (BEM, 2010, p.195). O primeiro censo sobre a população da então freguesia foi feito em 1814. No ano de 1900, os censos apontaram para uma população de 44.881 habitantes (BEM, 2010). Para 1920, as informações sobre a população informam que “45.000 pessoas viviam na zona urbana e cerca de 37.000 viviam na zona rural; e que 40.710 pessoas eram analfabetas, ou seja, quase a metade da população” (BEM, 2010).

A população recenseada em Porto Alegre no ano de 1890 era de 52.421 habitantes. Já os censos referentes a 1900 demonstram que a população estava em 73.674 habitantes (PESAVENTO, 1990, p.34). Mesmo que os censos levantados correspondam a momentos distintos, é possível perceber que a concentração populacional em Porto Alegre era, como esperado, maior do que a existente na cidade de Pelotas. E com a avançar dos anos essa diferença foi ficando cada vez maior, haja vista que a procura por maiores oportunidades levou novos moradores para a capital.

A progressiva urbanização do estado interferiu no processo de consolidação de uma imprensa focada em questões raciais, uma vez que aumentando os moradores das cidades permitiu a formação de um público consumidor e, nesse caso, propiciou a expansão da população negra urbana.

Quanto ao desenvolvimento industrial, em Porto Alegre, foi tardio (FRANCO, 2006). Para Pesavento (1990), uma das causas seria o baixo capital disponível e um

baixo contingente de mão de obra livre, bem menor quando comparado a outros locais do país. No início do século XIX, já existiam alguns moinhos de beneficiamento de trigo para produção e consumo local (FRANCO, 2006). Aos poucos a cidade teve a sua paisagem se modificando com a construção de fábricas, armazéns, oficinas e prédios públicos. Todos erguidos “para o desempenho de diferentes funções e para corresponderem às necessidades de uma cidade em expansão” (PESAVENTO, 1990). Nas regiões consideradas nobres, os terrenos se valorizaram e “a especulação imobiliária havia se revelado uma nova forma de acumulação capitalista” (PESAVENTO, 1990, p.39).

O ramo da metalurgia²⁹ e das cervejarias³⁰ se constituiu em Porto Alegre, ainda no século XIX. Várias foram as sociedades anônimas iniciadas, porém de vida curta³¹. Enquanto isso algumas empresas individuais prosperavam³². “Em 1893, havia sido concedidas licenças para a construção de 300 casas térreas, 10 trapiches, 2 oficinas, 5 fábricas e 18 armazéns” (PESAVENTO, 1990, p.35). No começo do século XX, Porto Alegre passou a contar com mais indústrias³³.

Por outro lado, durante o século XIX, junto a cidade de Rio Grande, Pelotas se sobressaiu como um centro econômico (LONER, 1999), sendo o principal polo industrial do Rio Grande do Sul. De 1860 a 1890, a cidade viveu seu auge econômico, muito antes da capital, Porto Alegre, que contava com centralização administrativa, mas não com poderio financeiro (MAGALHÃES, 1993). O enriquecimento da cidade se deu em função da atividade charqueadora³⁴. “O desenvolvimento das charqueadas propiciou uma concentração de capitais em escala suficiente para demandar outras aplicações”,

²⁹ Por exemplo, a Metalúrgica Becker (1857) e a E. Berta (1873). E. Berta teve Alberto Bins como sócio e titular, desenvolvendo-a até meados do século XX (FRANCO, 2006).

³⁰ Por exemplo, a empresa artesanal do sacal Kauffmann (1857), o estabelecimento de Frederico Christoffel (1864) e de Guilherme Becker (1878).

³¹ Franco (2006) aponta que a formação de sociedades anônimas se deu pelo surto industrial existente no momento. Entre os exemplos dessas sociedades estavam Cia. Industrial Manufatora (produtora de acessórios), a Cia Indústria e Calçado, a Cia. Progresso Industrial, sendo esta a que durou um pouco mais, até 1905.

³² Por exemplo, como a fábrica de doces Neugebauer (1891), a Indústria Rio-grandense de Chapéus S/A e a Carpintaria Porto Alegrense (FRANCO, 2006).

³³ Por exemplo, a metalúrgica Wallig (1904), Uhr & Cia (1908), Cia. Geral de Indústrias (1914).

³⁴ A respeito das charqueadas pelotenses ver Gutierrez (2011) e Vargas (2016).

iniciando-se o desenvolvimento de manufaturas e oficinas artesanais (LONER; AQUINI, 2010, p.101).

“Em pouco tempo sua economia diversificou-se de forma a abranger um forte comércio, com muitas firmas atacadistas, de importação e exportação; uma agricultura desenvolvida e uma indústria precoce, alicerçada no capital oriundo da indústria saladeril” (LONER; AQUINI, 2010, p.100). Muitas das oficinas e manufaturas se transformaram em fábricas. O dinheiro acumulado das charqueadas permitiu que surgissem “indústrias complementares, como curtumes e fábricas de sabão e velas” (MAGALHÃES, 1993, p.79).

No entanto, todo esse desenvolvimento econômico e industrial da cidade seria freado no começo da República devido à crise que as charqueadas enfrentaram com o final da escravatura, a falta de uma política de proteção industrial e, a concorrência com o contrabando vindo das regiões de fronteira. Nesse momento de crise para a região sul, o polo de Porto Alegre passa a se firmar como principal região industrialista do Estado (LONER; AQUINI, 2010). A falência do Banco Pelotense³⁵, com a crise de 1929, fez diminuir a diversidade e o número de empresas industriais e comerciais em Pelotas (MAGALHÃES, 2010). E a industrialização da cidade foi sendo direcionada para produtos de transformação da agropecuária, tais como a indústria de conservas, o beneficiamento do arroz, lã e carne bovina (LONER; AQUINI, 2010).

Ao expor, brevemente, a economia dessas duas cidades nos primórdios do século XX, uma em pleno processo de crescimento (Porto Alegre) e a outra já mais estagnada (Pelotas), busca-se informar ao leitor a respeito das circunstâncias em que os jornais foram criados. Nas duas cidades, ambas marcadas pelo racismo, a atuação de negros e negras na imprensa de cunho racial era pautada por interesses comuns aos *seus*, mas

³⁵ O *Exemplo* trouxe um balancete sobre o *Banco Pelotense*. Por se tratar de uma edição comemorativa, ao aniversário da folha, o caderno contava com 15 laudas sendo uma dedicada a tratar desse banco. São palavras do jornal: “Entre os mais importantes estabelecimentos bancários que honram o nosso futuroso Estado, avulta, em evidente destaque, o *Banco Pelotense* que, de muitos anos, vem prestando os mais assinalados serviços econômicos à vida do Rio Grande, do qual é um aparelho de promissora atividade. Fundado no ano de 1906, em Pelotas, a graciosa cidade que emerge altaneira da margem do São Gonçalo ai tem ele a sua Matriz, confortavelmente instalado num alteroso prédio da Rua Marechal Floriano” (O *Exemplo*, 02/01/1929, p.05).

por especificidades particulares a cada grupo (ainda que dentro dos grupos houvesse também as suas divergências).

Em relação à política adotada pelo *O Exemplo*, suas estratégias de atuação foram constituídas pelas inserções nas estruturas do PRR. Nesse sentido, eles não afrontaram diretamente a sociedade racista, mas tangenciaram e negociaram determinadas demandas. Eles também se articulavam por meio de irmandades religiosas e de grupos literários. As simpatias políticas de *A Alvorada* variavam entre anarquistas, comunistas e socialistas. Neste sentido, consideramos que *A Alvorada* era bem mais combativa do que *O Exemplo* nas denúncias e costumava partir para o enfrentamento.

O Exemplo também era composto por um grupo de homens negros com prestígio social elevado em comparação com a grande maioria da população negra. No entanto, mesmo que se destacassem, econômica e intelectualmente (e por isso, anteriormente chamei-os de certa “elite”, ainda que eles não partilhassem de todos os privilégios que a elite branca possui), eles encontravam limites a sua ascensão social por conta da cor de sua pele.

As propagandas publicadas nos anos finais do periódico apontam para um mercado consumidor elitista. Entre os anunciantes havia: salão de bilhares, salões de festas de luxo, clubes, lojas de automóveis e acessórios, joalherias, lojas de tecidos, modistas, restaurantes, armazéns de especialidades (por exemplo, em vinho do porto) e de secos e molhados, cervejarias, hotéis de luxo. Nem todos os anúncios eram de empreendimentos vinculados à população negra (SANTOS, 2003). Nos anos pesquisados, a venda de anúncios era uma maneira de arrecadar dinheiro para a manutenção dos jornais. Enquanto em *O Exemplo* eram publicados anúncios comerciais para uma classe econômica elevada, em *A Alvorada*, isso não acontecia. O espaço dos classificados nesses jornais era pequeno. A redação de *A Alvorada* era composta por operários, que além de se inserirem nesse meio nele permaneceram.

Os integrantes do *O Exemplo* se colocavam enquanto católicos (SANTOS, 2013; ZUBARAN, 2016). Mas eles publicavam propagandas de casas especializadas na venda de artigos religiosos para a prática da religiosidade de matrizes africanas. Para Rosa (2014), não era incomum que os mesmos indivíduos se dissessem praticantes de mais de uma religião, principalmente, quando entre elas, uma era de matriz africana, fato que

constatou em seu estudo sobre os moradores da antiga colônia africana, em Porto Alegre. Dário de Bittencourt, editor do periódico, alegava ser católico e defendia a liberdade de culto. Durante a existência do semanário, eles defenderam a extinção do ensino religioso nas escolas.

Ambos os jornais faziam muitas críticas à igreja, porém, não a Deus, ou seja, assumiam posturas anticlericais, mas não antirreligiosas. Como referido no primeiro capítulo da dissertação, muitos dos integrantes desses jornais eram membros assíduos de irmandades religiosas. No dia 15 de novembro de 1931, foi publicado: “Camaradagem com gente de batina preta é coisa que não se deve ter. Eles não são amigos de ninguém. Eles toda a vida foram inimigos da raça preta” (*A Alvorada*, 15/11/1931, p.01). A revolta dos articulistas foi explicada, no exemplar do dia 01 de novembro de 1931, com o título de “Isto não se estranha! Negro não é filho de Deus?”, tendo ocorrido na cidade de Rio Grande, na qual, padres estariam fazendo “seleção de raças”. Já *O Exemplo*, em artigo a respeito do racismo, expressou: “percorra-se o interior do Estado, e notar-se-á logo, a distinção existente, começando-se pelos próprios templos católicos (triste verdade!), onde há lugares estabelecidos para a gente de cor preta” (*O Exemplo*, 10/12/1928, p.01).

Apesar de abordagens heterogêneas, as histórias desses periódicos têm muitos elementos comuns. A manutenção não era tarefa fácil, devido aos altos custos e pouco retorno financeiro. Quando era preciso tirar dinheiro de seus bolsos para que a circulação dos impressos tivesse continuidade, os articulistas assim o faziam, demonstrando o seu grau de engajamento pela causa.

O foco desse tipo de jornal estava na formação de uma coletividade negra que conseguisse fazer frente ao racismo (DOMINGUES, 2008). Entre os intuitos, estava o de garantir a mobilização e a organização política, mesmo que os encaminhamentos e os resultados obtidos para as duas cidades fossem bem diferentes.

O Exemplo e *A Alvorada* serviram de meio de divulgação de sociabilidades negras. Os dois deram muita importância aos aspectos culturais. Para isso se envolveram na promoção de concursos de beleza, vistos tanto como forma de combater o racismo como para aumentar a autoestima do grupo, questionando o branco como padrão estético.

Os homens por trás dessa imprensa atuavam em diversas frentes, seja no mercado de trabalho, na manutenção de redes de relacionamentos, em outros mecanismos de luta (como sindicatos e associações). Ambos trataram de questões de interesse das classes trabalhadoras: baixos salários e longas jornadas de trabalho, por exemplo.

O Exemplo surgiu não com o único escopo de dar combate ao preconceito de cores, mas colimando um fim ainda mais grandioso, que envolve o máximo interesse da comunhão brasileira: o combate ao analfabetismo, pregando aos nossos símiles a necessidade primordial de fazerem da instrução seu lábaro sagrado, a companheira inseparável da sua existência, porque a conquistando estará conquistando o nivelamento indispensável para que todos, identificados nos mesmos superiores ideais de grandeza da Pátria, trabalhem de mãos dadas e sem tolas preocupações de cores, pela consecução desses sublimes e formosos ideais! (*O Exemplo*, 02/01/1928, p.01)

Como constatamos na citação acima, *O Exemplo* desde o início se mostrou preocupado com os rumos da educação da população negra. De fato, no ano de 1902, os membros do jornal criaram a Escola *O Exemplo*, que funcionava à noite, e lecionava o ensino primário, com exceção do ensino religioso, pois defendiam a liberdade de culto³⁶ (*O Exemplo*, 02/12/1902, p.01). Diversos professores dessa escola eram membros desse semanário. Essa também foi uma preocupação de *A Alvorada*. Na década de 1930, o jornal, unido à *Frente Negra Pelotense*, promoveu uma campanha pela educação da população negra, com muitas edições para tratar do assunto. A educação foi uma preocupação e uma demanda para as pessoas negras.

A poesia era uma forma de expressão constante nos dois periódicos. A origem dos poemas era diversa: podiam ser de leitores, do grupo mantenedor ou mesmo de poetas consagrados. Em *O Exemplo*, vários poemas tinham como personagens elementos da natureza e a mulher, centrando na figura de uma jovem dama enamorada ou da mãe. Conforme Nascimento, a figura materna é muito importante na história desses indivíduos pelo caráter de resistência que representa. Ela teria “o foco a atrair em torno de si os membros familiares, procurando reunir todos os esforços com vistas a não permitir que os laços se afrouxem” (2008, p.54). Uma dessas poesias descreveu:

³⁶ “O PRR defendia a liberdade espiritual e individual” (GILL; GIL, 2010, p.113), sendo muitos membros do jornal defensores das ideias do partido essa pode ser a influência de seu posicionamento.

DOCE MÃE

Tremendo, quando o filho ela abençoa;
 Cheia de unção, com maternal ternura,
 Traças uma cruz... em célica de doçura,
 Uma prece de amor dos lábios voa,
 Voa... e sua alma canta em formosura,
 Do meigo olhar a flor, serena e boa,
 Uma após outra a pérola se ecoa,
 Na expressiva nudez dessa ventura,
 Lágrima em gozo ou lágrima sentida,
 Sempre em amor, adormecida e calma,
 Sempre em virtude a joia mais querida,
 Ergue-se um canto e a natureza pasma:
 - É para o filho, a Mãe – a própria vida,
 - É para a mãe, o filho – a própria alma!
 Antonio Gonzaga (*O Exemplo*, 17/04/1921, p.02)

O poema é muito sutil no uso das palavras para se referir à mãe. Por outro lado, as colunas sociais e de fofocas também tinham seus espaços reservados nos jornais de cunho racial. Em relação ao período estudado, elas se faziam presentes mais em *A Alvorada* do que em *O Exemplo*, onde eram quase inexistentes. Esses jornais realizavam a troca de correspondências com outros periódicos (não necessariamente negros) e, recebiam visitas de correspondentes de colegas da imprensa.

O Exemplo e *A Alvorada* tiveram a simultaneidade de suas edições em alguns anos. Quando se aproximava da data do aniversário do *A Alvorada*, *O Exemplo* costumava publicar uma nota parabenizando o coirmão. O jornal de Porto Alegre também noticiava vários fatos da cidade de Pelotas. Por exemplo, em 1927, o semanário dedicou várias edições para tratar do impedimento de negros e negras frequentarem o Theatro Sete de Abril³⁷. O estopim para o caso teria sido a proibição de um engenheiro, formado na Alemanha e residente no Rio de Janeiro, de conhecer o espaço, deixando explícito que ele era mais respeitado no exterior do que em seu próprio país. Apontou o jornal que o dono do Theatro, um comerciante estrangeiro, estava agindo em prol do que lhe fosse mais vantajoso.

Sendo o público do Theatro Sete de Abril majoritariamente branco, eles não queriam sentar-se ao lado de negros (as) e, por isso a entrada destes era barrada. Um

³⁷ Entre os exemplares que tratam a respeito do assunto estão: *O Exemplo* de 10/06/1927, p.01; 24/07/1927, p.01; 14/08/927, p.01. E, na edição de 03/07/1927, p.02, por conta da apresentação do grupo “Companhia Negra de Revistas” os negros foram liberados de frequentar o teatro, porém só no segundo balcão.

dos questionamentos do *O Exemplo* incidiu sobre a conduta da polícia que sabendo desse tipo de prática, ainda, era acionada para retirar os (as) negros (as) que ousassem causar tumultos na porta do estabelecimento tentando forçar a sua entrada. O jornal fez uma comparação no tratamento da população negra nas capitais e nas cidades do interior. Este caso (que será abordado mais detidamente no capítulo 4) não foi um tratamento condicionado a questão econômica, não se tratava de preconceito social, e sim racial, sendo um exemplo das denúncias do racismo contido na sociedade.

Entre os temas comuns por eles discutidos, além do já exposto, estavam, por exemplo, a situação enfrentada pelos (as) negros (as) nos Estados Unidos da América. A década de 1930 foi um momento de muita luta pelos direitos civis para a população negra dos Estados Unidos, e os jornais estudados estavam por dentro desses acontecimentos. A violência enfrentada pelos (as) negros (as) em represália as lutas pelos seus direitos foram apontadas por esses jornais³⁸. Além disso, também debateram sobre a importância da caridade e a emancipação da mulher³⁹.

NEGRA!

Pouco ou nada sabes a respeito, do estado de evolução da mulher moderna. Nos centros adiantados, ela já está ombreada com o homem. É preciso que quando se fale em mocidade, juventude, em educação, em evolução, tu compreendas que fazes parte desta mocidade, que a ti interessa também a educação, que também tens que evoluir. Tu deves educar-te, instruir-te, ler outras coisas além dos romances fúteis... banais... Deves libertar-te do jugo que tens sobre ti. A vida atual está a exigir o máximo de cada pessoa. Daqui para diante cada qual valerá pelo que sabe, pelo seu próprio valor. É preciso que estejas com a mentalidade temperada, forte, para resistires aos embates da vida atual. Deves estar na luta junto ao homem. A mulher não é inferior ao homem, ela pode tanto quanto ele. O estado aqui da educação da mulher é o culpado do pouco desenvolvimento desta. Equipare daí instrução a mulher e verei o seu valor também. Tratando-se como aqui se trata do incentivo da educação, não poderia deixar de dizer algo à mulher, esta que se acha em miserável abandono. Mulher educa-te e terás tua emancipação.
Creoulo Leugim. (A Alvorada, 02/04/1933, p.02)

Ao que tudo indica, o texto foi escrito por uma figura masculina que estava dialogando com a mulher negra. Em certo momento ele a coloca em igualdade com os homens, e mais, aponta que ela deve estar envolvida nas lutas junto com eles. Além

³⁸ Por exemplo, “O linchamento de um negro nos EUA” (*A Alvorada*, 10/12/1933), “O preconceito de cor na América do Norte” (*O Exemplo*, 20/11/1927, p.01).

³⁹ Davis (2016) dedicou um capítulo de seu livro para tratar da importância da emancipação para as mulheres.

disso, para o articulista, a mulher deveria buscar a educação como forma de educar-se para a sua emancipação. O texto serve como um conselho para as mulheres que futuramente poderiam se encontrar em uma melhor condição de vida se seguissem o caminho da instrução.

Esses jornais apresentavam uma visão semelhante sobre a maneira na qual viam as suas mulheres. Geralmente, tinham o aparente intuito de desconstruir os estereótipos cunhados sobre as negras e seus corpos. Nesse sentido, aplicavam sobre elas as mesmas posturas idealizadas para o comportamento das mulheres brancas.

Por fim, *O Exemplo* passou a apresentar uma série de informativos da prefeitura municipal de Porto Alegre, enquanto *A Alvorada* se deteve apenas a espaços negros ou voltados para as classes trabalhadoras. Os dois semanários eram diferentes nas suas abordagens e posicionamentos, mas se interessavam por pautas comuns. Muitos foram os membros que circularam nesses periódicos, com visões e experiências diferentes e, é sobre eles que o próximo item se detém.

1.5 Gente d’O Exemplo e d’A Alvorada

O intertítulo desse tópico tem inspiração na obra *História social do Jazz*, de Hobsbawm (1990). O historiador dividiu seu livro em quatro capítulos que tratam da história, da música, dos negócios e, por último, da gente, ou seja, dos músicos e do público. Incluir aqueles que interagem com a música, seja elaborando-a ou ouvindo-a também faz parte da compreensão de seu objeto. Por partilhar dessa mesma perspectiva, a compreensão sobre quem eram os sujeitos envolvidos na elaboração desses periódicos, ou mesmo aqueles se dedicavam a lê-los, permite que a pesquisa consiga estabelecer algumas reflexões em relação a este universo.

Um ponto em comum entre os homens que compunham a imprensa negra foi o fato de atuarem em diversos espaços. As possibilidades, as dificuldades e as oportunidades vivenciadas por esses personagens, nesse momento de reformulação de hierarquias sociais, foram delineando as suas estratégias de sobrevivência. A tomada de certos posicionamentos dos periódicos pode se tornar mais compreensível quando se conhece o lugar social de pertencimento de seus autores.

O *Exemplo* era composto por homens que se diferenciavam da grande maioria da população negra, eram uma classe média negra emergente e letrada. Já *A Alvorada* se formou por pequenos proprietários, os irmãos Penny, e estava repleto de operários. A história de ambos os jornais foi marcada pela formação de uma rede de relacionamentos nessas cidades⁴⁰.

O primeiro nome indicado não compõe o quadro de integrantes do *O Exemplo*, mas sua existência tangencia-o. Trata-se de Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919), nascido livre, em 1849, na cidade de Jaguarão, “funcionário público de carreira” (MOREIRA et.all., 2007, p.169, *grifo do autor*). Aurélio de Bittencourt alcançou “espaços de destaque na vida cultural e política de Porto Alegre e até mesmo do Rio Grande do Sul” (PINTO, 2010, p.138). Ele “militou pelo abolicionismo e ingressou no serviço público como amanuense” (MOREIRA et.all., 2007, p.170). Aurélio de Bittencourt atuou como político, escritor, foi um dos fundadores e membro de destaque do Parthenon Literário⁴¹, de Porto Alegre e colaborador de sua revista. Ele trabalhou em vários veículos da imprensa local e dirigiu o *Jornal do Comércio* entre 1903 e 1911.

Além disso, Aurélio de Bittencourt foi secretário particular de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros (BARRERAS, 1998). Aurélio de Bittencourt fez parte de diversas associações religiosas, entre elas, a do Rosário, da Conceição⁴², do Santíssimo Sacramento, Divino Espírito Santo e Nossa Senhora Das Dores (MÜLLER, 2013). O *Exemplo* publicou diversos textos apresentando Aurélio de Bittencourt como um exemplo a ser seguido pela comunidade negra.

Os irmãos Aurélio de Bittencourt Júnior e Sérgio Bittencourt eram filhos de Aurélio de Bittencourt. Ambos foram redatores do *O Exemplo*. Aurélio Viríssimo de Bittencourt

⁴⁰ Em Porto Alegre, Müller (2013) demonstra que essa rede foi formada quando ainda era vigente a escravidão, destacando a importância da *Irmandade do Rosário* para a aquisição de experiências e a ligação dessa associação com outros espaços negros, como *O Exemplo*. Para Pelotas, Silva (2011) comprova que desde a vigência da escravidão se formou um associativismo negro na cidade. *A Alvorada* fazia parte dessa rede por ter seus membros envolvidos nesse associativismo, como apresentou a autora na sua dissertação.

⁴¹ Essa associação foi fundada em 1868 e considerada uma das mais importantes agremiações culturais do Rio Grande do Sul, durante o século XIX. Nesse espaço propagavam ideais da abolição da escravatura e da República. A sociedade se dissolveu em 1899 (FRANCO, 2006, p.307).

⁴² Composta quase toda de gente parda, em 1847, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição iniciou o requerimento para a sua própria igreja, tendo iniciado suas obras em 1851, a igreja ficou pronta sete anos depois, em 1858 (FRANCO, 2006).

Júnior escreveu poesias, não apenas nesse jornal, como em outros que circularam na cidade (SANTOS, 2008). Em *O Exemplo* também desempenhou a função de diretor. Aurélio Júnior (1874-1910) nasceu na capital gaúcha, era diplomado em Direito na Faculdade de São Paulo (SANTOS, 2009). Quando morreu, ocupava o cargo de juiz distrital da Vara de Órfãos de Porto Alegre (SANTOS, 2008). Foi estudante interno do *Ginásio Nossa Senhora da Conceição*⁴³, na cidade de São Leopoldo. Já as informações sobre Sérgio de Bittencourt, contidas no jornal, não permitem conhecer mais de sua história.

Além dos filhos de Aurélio de Bittencourt, seu neto Dário de Bittencourt também se envolveu numa carreira ligada ao “mundo das letras e da política” (PINTO, 2010, p.139). Dário de Bittencourt (1901-1974), filho de Aurélio Júnior, foi criado pelo avô Aurélio de Bittencourt, após o falecimento do pai. Dário frequentou o *Ginásio Nossa Senhora da Conceição* por influência do avô. Quando iniciou em *O Exemplo* era acadêmico do curso de Direito da *Escola de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*⁴⁴ (ZUBARAN, 2016). Com o falecimento de Baptista Junior, em 1920, Dário de Bittencourt assumiu o lugar de diretor do *O Exemplo* permanecendo até o encerramento do periódico, em 1930.

No jornal, ele atuou como editor. Dário de Bittencourt trabalhou nos foros cíveis, trabalhistas, militares e criminais (SANTOS, 2008). Ele foi advogado da *Associação Comercial dos Varejistas de Porto Alegre*⁴⁵ e membro do *Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil* (SANTOS, 2008). Ele “se tornou professor de Direito Social da mesma instituição em que se formou” (FRANCO, 2006, p.73) e ocupou a “*chefia provincial* dos integralistas no Estado” (SANTOS, 2009, p.03).

⁴³ Essa escola foi fundada por padres jesuítas em 1870, na cidade de São Leopoldo (SANTOS, 2008). No ano de 1901, a instituição passou a ser *Ginásio* e, “preparava os filhos da elite para o ingresso nos cursos superiores” (SANTOS, 2009, p.03). “Aquele era um lugar de formação da elite intelectual e econômica do estado” (SANTOS, 2008, p.05).

⁴⁴ A Faculdade de Direito, em Porto Alegre foi fundada em 1900, com o nome de Faculdade Livre de Direito. Em 1907, o diretor da Faculdade, o desembargador Manoel André da Rocha resolveu construir um prédio próprio, o edifício foi inaugurado em 1910. Em 1934, a Faculdade passou a integrar a Universidade de Porto Alegre e somente em 1950 seria criada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Lei n.1.254) (FRANCO, 2006).

⁴⁵ A *Associação Comercial de Porto Alegre* foi fundada em 1858 (FRANCO, 2006).

No que se refere aos espaços culturais, “fez parte dos quadros sociais do clube *Floresta Aurora*⁴⁶, circulou em terreiros de batuque” (SANTOS, 2008, p.01). Dário participou do “Conselho Superior da *Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense*⁴⁷” e, foi “sócio da *Sociedade Satélite Porto-Alegrense*⁴⁸” (SANTOS, 2008, p.08). Além disso, Dário fez “parte do *Grêmio Náutico Marcílio Dias*⁴⁹” (SANTOS, 2009, p.06). “Apesar de ser católico militante, defendeu ativamente a liberdade dos cultos afro-brasileiros, numa época em que eram duramente perseguidos” (FRANCO, 2006, p.73).

Baptista Junior exercia a função de diretor de *O Exemplo* quando faleceu, em 28 de outubro de 1920, aos 29 anos (*O Exemplo*, 31/10/1920, p.01). Ele cursava Direito, falecendo⁵⁰ um ano antes de se formar. No *O Exemplo* ele escreveu crônicas teatrais. Trabalhou no foro de Porto Alegre ao lado de notáveis advogados, se tornando auxiliar deles. Seu irmão Felipe Baptista da Silva era integrante de *O Exemplo*. Já o seu pai, major João Baptista da Silva, foi editor e membro do grupo mantenedor do jornal.

Arthur Ferreira de Andrade foi o primeiro diretor e, atuou de editor para *O Exemplo*. Além de se dedicar ao semanário, ele exerceu a advocacia. Marcílio F. da Costa Freitas desempenhava a função de presidente do grupo mantenedor (*O Exemplo*, 06/01/1921), além de diretor e editor gerente. A ele cabia “o cuidado especial com o fechamento e a cobrança das assinaturas” (PINTO, 2010, p.142). Ele fazia parte da *Irmadade do Rosário* (MÜLLER, 2013).

Esperidião Calisto nasceu em 1864, filho de Calixto Felizardo de Araújo, membro da *Irmadade do Rosário*. Esperidião Calisto colaborava com alguns jornais da cidade, entre eles *A Federação* (PINTO, 2010, p.142), órgão oficial do PRR. Barbeiro de

⁴⁶ A *Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora*, fundada, em 1872, por Polydoro Antonio de Oliveira, que também era membro da *Irmadade de Nossa Senhora do Rosário* (MÜLLER, 2013). “A Floresta Aurora, não foi, entretanto, uma sociedade com preocupações apenas recreativas e beneficentes. Dando provas de seu empenho no sentido de contribuir para a elevação social do negro” (MÜLLER, 2013).

⁴⁷ A *Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense* ficou conhecida popularmente como *Liga da Canela Preta*. Tendo sido formada na década de 1910 ela só teria o seu reconhecimento na década de 1920 (JESUS, 1999).

⁴⁸ A *Sociedade Satélite Porto-Alegrense* surgiu em 1902, como um espaço de lazer para a comunidade negra.

⁴⁹ Segundo Santos (2009) o do *Grêmio Náutico Marcílio Dias* era o único clube de remo voltado para os negros que existia em Porto Alegre.

⁵⁰ O jornal não deixa transparecer o que se tratava sua “moléstia”, apenas apresenta que Baptista Junior contraiu uma febre alta, vindo a falecer em poucos dias (*O Exemplo*, 31/10/1920, p.01). A partir de 1918, Porto Alegre vivenciou uma epidemia de gripe espanhola que teve repercussões tão fortes que o governo do Estado censurava a imprensa (FRANCO, 2006).

profissão, sua barbearia foi a primeira sede de *O Exemplo*. Esperidião foi redator e lecionou na escola noturna fundada pela equipe editorial do *O Exemplo*. O seu irmão Florêncio Calisto também era integrante do periódico.

José da Silva Dias era colaborador e mantenedor do *O Exemplo*. Além disso, foi “acadêmico da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, em Brasília” (ZUBARAN, 2016, p.226). Em *O Exemplo*, Felipe Eustachio (1891-1898) atuou como administrador. Ele foi “secretário da Irmandade do Rosário, São Domingos e São Benedito e secretário da Sociedade Dramática Olympia Peres” (MÜLLER, 2013, p.198).

Arnaldo Dutra, ator, músico e médico, foi redator-chefe de *O Exemplo* a partir de 1927 (ZUBARAN, 2016). Alfredo Cândido de Souza deu nome ao semanário. Antonio Gonzaga era um cronista esportivo e colaborador assíduo. Alcides Feijó das Chagas Carvalho era médico e desempenhou a função de diretor de *O Exemplo* (1916 e 1918) (ZUBARAN, 2016).

Uma das maneiras de saber sobre a intencionalidade de um impresso é conhecendo os seus proprietários e jornalistas. A imprensa aqui estudada trata-se de uma produção cultural negra que sofre as influências das experiências (THOMPSON, 1981) dos sujeitos envolvidos. Portanto, delinear um pouco de suas vivências através de suas atuações permite conhecer o universo do grupo, logo, o do próprio jornal. As histórias de vida desses personagens influenciam suas ideias, seus pensamentos, suas lutas e seus posicionamentos, todos, registrados ao longo das páginas desses periódicos.

“A circulação de indivíduos por diferentes tipos de organizações era uma característica comum no associativismo dos trabalhadores” (SIQUEIRA, 2009, p.304) e entre os grupos negros também. Os homens mencionados são negros, letrados e comprometidos em combater a segregação da população negra na sociedade.

Em relação *A Alvorada*, um nome frequentemente associado a ele é o de Antônio Baobad. Ele “apareceu em várias atividades importantes da Pelotas operária de fins do século XIX e início do novo século” (LONER, 2005, p.01). Baobad havia sido escravizado e fora liberto “exatamente ao início da luta abolicionista na cidade” (LONER, 2005, p.02). De ideais socialistas, Antônio acaba “dando ênfase a sua condição étnica e

reivindicando suas origens africanas” (LONER, 2005, p.02). Um exemplo encontra-se na troca de seu sobrenome, adotando *Baobad* em detrimento do anterior, “de Oliveira”⁵¹.

Antônio foi associado da *Sociedade Beneficente Feliz Esperança*⁵² (SILVA, 2011). Após ter alcançado a condição de liberto, quando tinha por volta dos seus 25 anos, Baobad ingressou nas aulas primárias noturnas da Bibliotheca Pública Pelotense⁵³ (PERES, 2002).

Rodolpho Xavier, que se declarava um dos maiores seguidores das ideias de seu irmão Antônio Baobad, nasceu na condição de ingênuo. Ele foi beneficiado pela Lei de 1871 (Ventre Livre). No entanto, mesmo ingênuo ele ainda conviveu com o regime escravista. Rodolpho Xavier passou a frequentar o curso noturno da Bibliotheca Pública Pelotense um ano após seu irmão, em 1883, quando tinha 10 anos de idade. Em 1888, aos 14 anos, ele havia sido iniciado no ofício de pedreiro. Xavier constituiu-se em um dos principais articulistas de *A Alvorada* (SILVA, 2011). Entre os assuntos por ele discutidos estava tanto a organização quanto a exploração operária (ALVES, 2005). Ele

⁵¹ “Os sobrenomes expressam relações sociais que podem ser de dominação, podem ser de parentesco e podem ser de outros tipos também” (WEIMER, 2008, p.270). O sobrenome *de Oliveira* lembrava a Antonio a sua condição de escravizado, haja vista que foi adquirido de seu ex-senhor. Não era comum que os escravizados fossem registrados como os sobrenomes dos senhores, geralmente eles eram reconhecidos pelo primeiro nome (sem o uso de sobrenomes). A adoção de sobrenomes pelos escravizados ocorria após conseguirem a alforria, passando a libertos se “inventava” uma genealogia, de certa forma se apropriando do capital social nominal de seus ex-senhores, como forma de fortalecimento de um lugar social. O que não quer dizer que não usassem dupla nomenclatura, uma pública (de papel) e outra comunitária.

⁵² Em 1878, com o nome de *Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança*, essa associação “compartilhada por negros, escravos e libertos” buscava conseguir fundos para a libertação de escravizados. Posteriormente passou a chamar-se *Sociedade Beneficente Feliz Esperança* (1880-1917) (SILVA, 2011).

⁵³ Os cursos de alfabetização noturna foram iniciados no período imperial. Com a mudança do governo para o regime republicano, o decreto acaba não se mantendo (PERUSSATTO, 2015). No entanto, a cidade de Pelotas, que iniciou em 1878 essa prática, continuaria por mais tempo (LONER; GIL; MAGALHÃES, 2010). As aulas noturnas eram voltadas para “a população trabalhadora e os futuros trabalhadores, ou seja, meninos, rapazes e homens das classes populares” (PERES, 2002, p.80). A burguesia baseada nas suas premissas positivistas de progresso cogitava que “o pobre só deixava de ser perigoso pelo trabalho continuado, ordeiro e honesto, caso contrário, a sua pobreza o levaria ao crime, à contravenção e à vagabundagem” (PESAVENTO, 1990, p.56). Nesse sentido, a sociedade delegava para si o papel de impedir que isso ocorresse. Assim, criavam mecanismos de controle social. As aulas noturnas, de certa forma, foram um dos modos encontrados pela elite local de doutrinar e controlar o modelo de vida que julgavam ser o mais correto para as classes baixas. Esse modelo se pautava na atuação dos populares enquanto trabalhadores obedientes (COOPER; HOLT; SCOTT, 2005). O disciplinamento do trabalhador para o mercado também era baseado na crença de que os brasileiros não partilhavam da mesma ótica liberal burguesa de trabalho que era praticada na Europa.

foi um importante líder sindical atuando diretamente em algumas associações classistas, sendo pedreiro por profissão (SILVA, 2011).

Entre os alunos do curso noturno da Biblioteca Pública Pelotense (BPP) também estava Juvenal Moreno Penny e Durval Moreno Penny, tendo iniciado seus estudos na instituição em 1899. Ao que tudo indica, foi a partir de seu contato nesse espaço que Antonio, Rodolpho, Juvenal e Durval passaram a dialogar a respeito da elaboração de um jornal. Infelizmente, Antônio Baobad só conseguiria acompanhar o semanário durante os primeiros meses de sua circulação, pois faleceu em seguida, “aos 48 ou 49 anos” (LONER, 2005, p.03).

Portanto, a passagem pela BPP⁵⁴ foi extremamente significativa para esse grupo por estar ligada ao processo de alfabetização dos mesmos, todos de origem humilde.

“A história do jornal *A Alvorada* se confunde com a própria trajetória dos irmãos Penny e de Xavier” (PERES, 2002, p.128). Juvenal Penny foi o proprietário de *A Alvorada* desde a sua fundação, em 1907, até o ano de 1946, quando o vendeu. Era “comerciante, dono da fábrica de fogos ‘São Veríssimo’” (PERES, 2002, p.129). Durval, que foi diretor de *A Alvorada*, se afastou do periódico para estudar medicina, formando-se “pelo Instituto Nacional de Ciência em 30/04/1914” (PERES, 2002, p.129). Em 1934, ele foi presidente honorário da *Frente Negra Pelotense* (SILVA, 2011). Além disso, Durval tornou-se proprietário de uma farmácia “onde ‘dava consultas’ e foi chamado de ‘médico dos pobres’” (PERES, 2002, p.129)⁵⁵.

“A partir de 1946, o semanário passou a ser de propriedade de um grupo liderado por Rubens Lima, além de Carlos Torres e Armando Vargas” (PERES, 2002, p.128). *A Alvorada* encerrou suas atividades em 1965. Armando Vargas auxiliou na sua fundação e o dirigiu nas décadas de 1930 e 1940 (SILVA, 2011). Além disso, foi membro consultivo da *Frente Negra Pelotense* e sócio do *Clube Fica Ahí* (SILVA, 2011). Carlos

⁵⁴ Esse espaço foi fundado em 1875, tendo sido inaugurada em 1876. Em 1878, se inicia um projeto de construção de um prédio próprio ao lado da Prefeitura (localização atual dessa Biblioteca), com um pavimento. No ano de 1911 começam as obras de ampliação da construção em torno de um segundo piso. Nesse prédio também se “realizavam bailes e concertos, reuniões de partidos políticos ou eventos de interesse da comunidade” (LONER, 2010, p.33). “Em seu edifício houve reuniões históricas, como a que tratou da primeira associação abolicionista da cidade e da festa da *emancipação* dos escravos do município, em 1884” (LONER, 2010, p.33, *grifo do autor*).

⁵⁵ Outro integrante desta família, de nome José Moreno Penny, “era proprietário do Hotel Penny”, inaugurado “em fevereiro de 1882” (MÜLLER, 2010, p.140).

Torres foi fundador de *A Alvorada* e da *Frente Negra Pelotense*, onde desempenhou a atividade de tesoureiro. No *Clube Fica Ahí* ele estava na diretoria (1938-1943). “Muitos negros (as) estavam atuando em ambas as frentes, recreativa, étnica e operária” (SILVA, 2011, p.130).

A Alvorada igualmente contou com Humberto de Freitas, redator do periódico na década de 1930. Ele auxiliou na fundação da *Frente Negra Pelotense*, sendo parte do conselho consultivo e secretário geral (1933-1934). Humberto de Freitas atuou na diretoria do *Clube Chove e Não Molha* e foi associado do *Clube Fica Ahí* (SILVA, 2011).

A organização da linha editorial desses jornais são reflexos da forma como pensavam e agiam seus membros, em termos de atuação política. O grupo vinculado *A Alvorada* se manteve muito próximo das camadas populares, eles se inseriam em clubes culturais e sindicatos, o que lhe conferiu um caráter mais combativo. Enquanto *O Exemplo* no qual seus homens ocupavam espaços como irmandades religiosas e grupos literários e se inseriram no PRR, optaram por negociar certas demandas.

Em resumo, os anos 1920 e 1930 foram palco de uma série de mudanças, no que se refere ao desenvolvimento das cidades, da indústria capitalista, entre elas da própria imprensa. Porto Alegre e Pelotas passaram por transformações que propiciaram a difusão de impressos negros. Os dois jornais no qual a pesquisa se debruça são parte da experiência de organizações de resistência e luta negra no cenário do pós-abolição. Ela se formou por conta de militantes e também de intelectuais que registraram aspectos de seu cotidiano que permitem uma diversidade de abordagens. A história desses indivíduos possibilita perceber que a dimensão política de suas identidades são múltiplas, eles atuaram em espaços raciais, operários e mesmo políticos.

Em relação à comunicação escrita, souberam se apropriar e fazer uso dela. O reconhecimento dos impressos negros nas novas produções historiográficas sobre o jornalismo brasileiro é uma das formas de conter a invisibilização da população negra e de suas produções culturais. Além disso, ao registrar uma breve trajetória dos integrantes desses semanários compartilho entre eles e suas obras o papel de protagonistas dessa dissertação.

A partir dessas reflexões iniciais desencadeadas pelo exame dos dois periódicos estudados, dedico o capítulo seguinte à presença exacerbada da moralidade na

imprensa negra. Alguns elementos que dizem respeito à sociabilidade podem ser compreendidos por conta dos relatos nos espaços de lazer. Além das influências que levaram a um rígido controle do comportamento da população de tez escura, em especial das mulheres.

CAPÍTULO 2

O PAPEL DA IMPRENSA NA SOCIABILIDADE NEGRA

Para Thompson (1998) existem duas concepções sobre a moral. A primeira, entendida como oficial, seria estabelecida por um grupo melhor colocado socialmente. Já a segunda, denominada de popular, por estar presente entre os populares. Nesse caso, a concepção de moral dos populares não necessariamente se iguala a das camadas mais abastadas da sociedade. De acordo com o autor, essas duas concepções estariam em conflito.

No entanto, a ideia de uma simultaneidade entre as duas identidades sociais assumidas talvez seja mais apropriada para tratar daqueles que são considerados subalternos, ao invés de colocá-los enquanto “uma consciência contraditória” (THOMPSON, 1998, p.20). E a dinâmica cultural pode ser vista como uma maneira de resistência (CUNHA, 2002, p.18).

O presente capítulo traz uma reflexão sobre o controle moral desempenhado pelos jornais de cunho racial, principalmente, em locais de sociabilidade. No pós-abolição, a população negra era alvo de muitos olhares atentos por isso entre eles se estabeleceu a exigência de uma moralidade negra que desafiasse a falsa retórica da supremacia branca (XAVIER, 2013). Nesse caso, os periódicos negros alertavam aos seus leitores sobre a tomada de atitudes e sobre suas posturas, exercendo um papel de vigia da moral. Essa também poderia ser mais uma das maneiras encontradas de se opor a imagem do homem negro como “preguiçoso” e “perigoso”. Com a naturalização das ideias raciais, os membros da imprensa negra intensificaram o controle sobre o comportamento dos seus, cobrando posturas que se voltariam para a defesa de suas imagens.

O primeiro item desse capítulo se detém às colunas de fofocas. Nos anos estudados elas não aparecem em *O Exemplo*, mas em compensação, em *A Alvorada* são numerosos os relatos. Essas colunas demonstravam condutas consideradas

inapropriadas, ao mesmo tempo em que elogiavam condutas vistas como corretas. Através delas é possível entender o tipo de moralidade por eles defendida. O segundo item, além das colunas de fofocas, voltadas para a sociabilidade, se detêm sobre artigos que tratam de regras de conduta. As ideias positivistas, de modernidade e progresso, de grande propagação no Estado, por exemplo, contribuíram para o entendimento da vadiagem e dos vícios como mau comportamento dos populares e, entre eles, da população negra. É a respeito da apropriação dessas ideias por parte dos homens negros que trata o subcapítulo. Por fim, o capítulo se encerra fazendo alguns apontamentos em relação à mulher negra e as posturas esperadas e cobradas para elas.

2.1 Colunas sociais e fofocas: proferindo normas e orientações

As estratégias de combate a gama de estereótipos negativos cunhados aos (as) negros (as) não se limitaram à elaboração de uma imprensa específica. Certamente ela teve um papel muito importante no processo de reconhecimento desses indivíduos, em parceria com as organizações fundadas por eles. “A raça unificava os indivíduos de cor, as variações de pele criavam fronteiras entre eles” (ROSA, 2014, p.281).

A tez da pele escura era um critério que os diferenciava dos brancos e, ela se tornou um elemento aglutinador a ser levado em conta. Em função da noção racial que colocava os (as) negros (as) em pé de igualdade, se construiu uma visão de homogeneidade entre eles (as). No entanto, cada indivíduo possui as suas especificidades. Os semanários apontam que nem todos partilhavam da mesma opinião. Diante de práticas sociais que excluía os (as) negros (as), desde a vigência da escravidão, eles (as) se organizaram para a formação de ambientes que pudessem atender as suas necessidades sociais e culturais, mas também jurídicas e políticas, por exemplo. No pós-abolição, ampliaram-se as organizações elaboradas pelos (as) e para os (as) negros (as).

Vários aspectos da vida cultural de indivíduos da comunidade negra estão registrados na fonte estudada, e permitem a compreensão de questões referentes à sociabilidade e ao lazer. A imprensa, os clubes sociais, culturais, beneficentes, as

associações fundadas para emancipação apresentavam em comum a marcação de ser um espaço racializado, suas formações eram pautadas por uma exclusão gerada pela crença de que os africanos e seus descendentes pertenciam a outra raça, diferente da raça branca e, que essa raça era inferior.

A forma de abordagem dos dois jornais sobre esses aspectos possuía pontos comuns e outros bem divergentes⁵⁶. Por exemplo, em ambos havia convites para algumas das festividades promovidas em clubes negros. Além disso, também divulgavam a programação de peças de teatro e de atividades esportivas. O *Exemplo* efetuava convites para missas e festejos religiosos, em especial, quando estes eram realizados em igrejas frequentadas pelos seus integrantes. Os dois faziam referências a comemorações de aniversários, de nascimentos, de noivados e de matrimônios.

De todos os festejos por eles abordados, esteve presente nos dois semanários o carnaval. A *Alvorada* fazia uma cobertura completa, trazia as marchas e informações diversas. As colocações de *O Exemplo* eram mais modestas, geralmente, artigos discutindo a festividade.

Da mesma forma que promoviam a vida cultural do grupo, os jornais também controlavam o seu comportamento através de colunas de fofocas. Nas edições analisadas, *O Exemplo*, nos cadernos referentes a 1920 e 1930, e *A Alvorada*, nas edições de 1931 a 1935, foram quase inexistentes essas colunas em *O Exemplo*, que as apresentava, porém, em outras fases. Por outro lado, em *A Alvorada*, as colunas eram constantes, procuradas, lidas e temidas (TAVARES, 2007)⁵⁷.

Uma das mais populares e procuradas colunas de fofocas de *A Alvorada* era denominada *Pesquei*. Ela era escrita pelo dono do semanário, Juvenal Penny, mas ele não a assinava, utilizando o pseudônimo de *Dr. Pescadinha* (*A Alvorada*, 01/11/1931). Nessa coluna, é possível se deparar com o relato de uma série de comportamentos

⁵⁶ Nesse caso, está se enfatizando o momento em que a pesquisa se debruça, no caso do *O Exemplo*, última década de circulação do periódico e, da *A Alvorada*, os anos de 1931 a 1935.

⁵⁷ Durante a realização dessa dissertação pude presenciar, em alguns dos locais em que realizei apresentações da pesquisa, o relato de memórias familiares em relação ao *A Alvorada*. Geralmente a lembrança do jornal esteve ligada a coluna do *Dr. Pescadinha*, e, essas memórias eram expressas por mulheres que apontaram histórias narradas pelas suas mães sobre o temor de terem o seu nome divulgado pelo semanário na coluna deste personagem. Em alguns casos, as pessoas não sabiam maiores informações sobre *A Alvorada*, mas conheciam a fundo o personagem.

assumidos em público por homens e mulheres da comunidade. Além de vigiar para que os (as) negros (as) tivessem um comportamento que fosse considerado exemplar, o *Dr. Pescadinha* dava conselhos. O principal alvo de sua vigilância era as mulheres (TAVARES, 2007), aspecto que será retomado mais adiante. Por enquanto se destaca que a coluna *Pesquei* buscava contribuir para uma autoafirmação das pessoas enquanto *negras*, como demonstra o exemplo a seguir:

Pesquei certos mocinhos, que lhes correm pelas veias o sangue africano ficarem zangados quando lhes chamam de negro. Ora, mocinhos, **isso não é ofensa**, porque **ser preto não é defeito**, pior seria se lhes chamassem de branco não sendo, isso acontece com quem quer negar **sua raça**, aliás, gloriosa e mesmo devem saber que escapando de branco, negros são, quem esse comentário faz, se orgulha de ter a pele da cor do carvão nacional (*A Alvorada*, 16/10/1932, p.05, *grifo meu*).

No trecho o autor promove uma autoafirmação racial ao mesmo tempo em que dialoga com o nacionalismo, critério bastante empregado pela imprensa como maneira de reivindicar a cidadania do negro brasileiro. A proximidade de ideias nacionalistas levou muitas personalidades negras a se atraírem pela ideologia integralista (ROSSI, 2011), entre elas, por exemplo, o próprio Dário de Bittencourt, diretor do *O Exemplo*.

Apesar dos movimentos sociais negros (principalmente na década de 1970) terem se empenhado na posituação de categorias que eram consideradas ofensivas por conta de seu sentido racial (DOMINGUES, 2007), é possível notar que a imprensa negra estava caminhando na mesma direção muito antes. O próprio campo de estudos do pós-abolição vem demonstrando essa perspectiva. Um exemplo é o estudo de Silva (2011). Até então, predominava o entendimento de que o termo *negro (a)* estava diretamente ligado à condição de escravizado ou ex-escravo (MATTOS, 2013). O fato de ficar zangado por ser chamado de negro (a) tem relação com essa concepção, somado, ao desejo de não ser vinculado a um grupo estigmatizado como racialmente inferior. A utilização desses vocábulos seria um meio para se denunciar o racismo, tanto nos jornais como nos movimentos sociais. Disse o escritor “preto não é defeito”, fazendo uso, novamente, de outra denominação que lhes era cunhada para desconstruir sua carga negativa. Afirmar o orgulho que sente “em ter a pele da cor do carvão” era bastante significativo para o contexto. O texto reflete sobre o uso de vocábulos como *negro* ou *preto* como uma forma de ofender a alguém e afirma que ser assim chamado não é

motivo para se zangar. Outro periódico, *A voz da Raça*⁵⁸, em 1934, também realizava um apelo: “Negro, não te envergonhes de ser negro!” (15/12/1934, p.01).

Em outra edição, o colunista trouxe: “Pesquei o jovem Francisco Dutra dizer para uma mocinha, que brigou com sua deusa, porque **não ia casar com mulatinha**. Ué seu Dutra, será que você também está sofrendo da mania de desconhecer a sua cor?” (*A Alvorada*, 10/04/1932, p.04, *grifo meu*). Essa passagem permite perceber a cor como uma demarcação no limite das relações pessoais. A mulher negra sub-representada assumiu um papel ainda mais subalterno nas hierarquias sociais do que aquele assumido pelo homem negro. Para o “seu Dutra”, por mais que ele mantivesse um relacionamento com uma mulher negra, ela não lhe servia ao papel de esposa. Muitas podem ser as hipóteses sobre as influências que o levariam a pensar e agir assim, certamente, grande parte delas se resume ao poder do racismo.

Para Moutinho (2004) há uma racionalidade nos relacionamentos afetivos sendo que categorias como: cor, classe social, gênero e mesmo o desejo atuam sobre essa. Em sua obra Moutinho analisa diferentes autores que tratam a respeito da mestiçagem demonstrando as suas interpretações em relação aos relacionamentos inter-raciais.

Em diversos casos, o jornal pelotense se manifestou favorável ou contrário ao relacionamento de certos casais. Geralmente fazia votos de que o relacionamento prosseguisse quando a moça era dona de muitos encantos e respeitável socialmente. O *Dr. Pescadinha* estava de olho nos casais formados entre brancos e negras e, vice-versa. Em alguns, alertava as mulheres negras sobre as intenções e o mau caráter de alguns homens brancos que assediavam as mulheres negras por conta de uma erotização exacerbada construída em relação a elas (SCHUCMAN, 2012).

Pesquei uma mocinha, que era empregada no armazém Turnes Passos, estar dizendo para uma amiguinha sua que brigou com o seu eleito, porque seu pai o achou muito claro. Faz bem menina, é melhor procurar um “escurito”, porque esses *dandys*⁵⁹ claros são perigosos e mesmo para você senta mais. (*A Alvorada*, 11/12/1932, p.04)

⁵⁸ Esse jornal circulou de 1933 a 1937, e foi porta voz da *Frente Negra Brasileira* (1931 a 1937). Sobre a organização da *Frente Negra Brasileira*, ver o Capítulo 3 dessa dissertação.

⁵⁹ O termo vem do inglês e se refere a um homem que se veste com extremo apuro, muito ligado ao esteticismo, ou seja, um “almofadinha” (FERREIRA, 2010, p.636).

Nesse caso, parece que ele preferia o relacionamento entre pessoas de mesma cor de pele. Os elogios à miscigenação e a uma identidade mestiça do brasileiro, exaltados na obra de Gilberto Freyre, *Casa-grande e Senzala*, em 1933, não parecem ser compartilhados pelos idealizadores da imprensa negra.

O *Dr. Pescadinha* não deixava passar preconceitos e estereótipos cunhados aos seus, denunciava-os e rebatia-os na sua coluna. Ao assumir uma identidade de negro (a) a pessoa era rotulada com estigmas negativos que foram sendo naturalizados. Assumir uma identidade negra era atrair para si todos esses rótulos e estigmas, alguns (como os membros desses jornais) estavam dispostos a enfrentá-los e para isso buscaram estratégias de superação, no entanto, nem todos pensavam da mesma maneira. Declarou o *Dr. Pescadinha* com muito humor: “Pesquei ainda na mesma vila [barros], numa animada brincadeira, o Saturno dizer que para negros não se dava confiança. Seu Saturno será que você nunca viu seu frontispício num espelho?” (*A Alvorada*, 13/03/1932, p.04). Até em pequenos momentos de descontração, a alcunha negativa que o (a) negro (a) representava não era esquecida.

A inferência ao negro enquanto uma raça era constante. Eles mesmos passam a se intitular de raça negra, se apropriando de um vocabulário estabelecido em relação a eles. O uso de raça era mais comum para se referir a negros (as) e não aos brancos. No entanto, ao tratar dos brancos, essa imprensa enfatiza que eles também eram uma raça. Houve uma apropriação cultural por parte dos interlocutores desses jornais. Além da ênfase ao pertencimento a uma raça, outro exemplo, era a proibição da entrada de brancos em clubes negros, já que vice-versa também ocorria. Por ser um jornal mais combativo, *A Alvorada* defendia que os espaços negros não eram lugares para ser frequentados por brancos. Certamente, há outros motivos para essa defesa, que não apenas a apropriação cultural, como, por exemplo, “preservar a honra” das mulheres negras e a manutenção de relações pessoais dentro de uma determinada comunidade.

Pesquei algumas jovens que se dizem do melhor escol etiópico, pretenderem no baile levado a efeito na Liga Operária pelo “Ao som do Jazz” namorar alguns **elementos da raça branca, que acho, por descuido andavam lá pelo salão**. Olhem, meninas, precisamos é de educação e compreensão dos nossos deveres na sociedade, e não fazer seleção entre os nossos semelhantes. Se continuarem, irei publicar os nomes para mostrar aos nossos irmãos de raça, que a educação das futuras mães de nossos homens, de amanhã está abaixo da crítica (*A Alvorada*, 24/12/1933, p.04, *grifo meu*).

A *Alvorada* criticava a postura daqueles que se afastavam dos seus semelhantes. “Pesquei a pretensão do Julio Rubira, depois que passou a jogar em clube de misturados, se esquecer de seus camaradas. Deixe disso, seu Rubira, quando é amanhã levas o tombo e vens correndo em procura dos que tu pertence” (*A Alvorada*, 29/05/1932, p.05). O jornal buscava demonstrar para os mulatos que eles estavam mais próximos dos negros do que dos brancos e que a promoção de divergências entre eles não fazia o menor sentido. Num relato feito por Humberto de Freitas, redator de *A Alvorada*, a respeito de um fato ocorrido num grupo bailante da cidade, ele destacou:

Ora, coibir a entrada de negro (crioulo) em recintos de negros (mulatos), demonstra tanta ignorância que, os próprios “brancos” que por “boemia” forem recrearem-se com as aristocráticas “mulatinhas” perceberão o grau diminutivo cultural, daqueles que lhes abriram as portas de par a par e fecharam-na aos seus irmãos de raça (*A Alvorada*, 14/02/1932, p.03).

Mesmo que a raça seja capaz de unificar as pessoas de cor, as variações de suas peles criam entre elas muitas fronteiras, demonstrando que a identidade racial era e ainda é permeada de tensões (ROSA, 2014).

As colunas de fofocas do *Dr. Pescadinha* apresentavam humor e ironia. Seus locais de vigilância preferidos eram aqueles de lazer da comunidade negra, no entanto, ele também estava nos bairros e nas ruas. Não apenas as pessoas negras estavam sujeitas a serem comentadas na sua coluna de fofocas, pela leitura das colunas, foi possível perceber que em geral, todos poderiam ser alvos do colunista. O motivo para tal é que a comunidade negra não era isolada, ela convivia e se relacionava com outras pessoas e em outros espaços. Essa não era a única coluna de fofoca do *A Alvorada*, também havia, por exemplo, a coluna *Os espiões*.

Através das colocações feitas pelas colunas de fofocas é possível conhecer práticas, comportamentos e costumes dessa comunidade. Tanto que a aparição delas se faz presente em todos os itens desse capítulo. Para as vítimas do *Dr. Pescadinha*, ele dava orientações sobre o que era certo ou errado. A maneira como as fofocas eram publicadas, apontando as iniciais dos nomes, ou mesmo sobrenomes, às vezes, com o endereço das pessoas, facilitava a identificação dos envolvidos. Essas fofocas estavam repletas de normas sobre o comportamento.

Ainda são muitos os elementos de sociabilidade e do comportamento que podem ser percebidos através desses jornais, nesse sentido, o próximo subcapítulo segue tratando a respeito desse tema.

2.2 Comportamentos controlados em todas as frentes

Entre meados e final do século XIX se buscou o branqueamento⁶⁰ do Brasil através das políticas imigrantistas, e do enquadramento das “massas racialmente heterogêneas e miscigenadas nos modernos padrões eurocêntricos de civilização e desenvolvimento, tidos como ‘universais’” (ROSA, 2015, p.03). Já no começo do século XX, partindo do Rio de Janeiro e depois se alastrando para outras cidades do país, teve início um projeto de modernização dos espaços urbanos⁶¹, que estavam se expandindo. Essa reforma feita durante o mandato do presidente Rodrigues Alves e, no Rio de Janeiro do prefeito Pereira Passos, também ocorreu no Rio Grande do Sul.

Tendo início no centro das grandes cidades, depois passando para os bairros. Algumas habitações populares, também conhecidas por cortiços, foram demolidas dando lugar a novas construções, como se deu, por exemplo, em Porto Alegre. Com esses lugares reestruturados, a população que lá habitava foi obrigada a se deslocar para regiões periféricas. No entanto, esse processo de higienização não se limitava ao espaço físico, tendo sido elaborada uma campanha pela moralização dos costumes dos populares, em especial, da comunidade negra (ZUBARAN, 2016). Nessa campanha promovida pelas elites políticas estava a condenação ao ócio, ao alcoolismo, a doenças como a sífilis, a apologia ao trabalho e incentivos à educação, por exemplo.

Algumas dessas ideias, tais como o combate ao alcoolismo, a apologia ao trabalho e a promoção da educação também estavam presentes nos jornais negros. Por

⁶⁰ O branqueamento “é uma categoria analítica que vem sendo usada com mais de um sentido. Ora ele é visto como a interiorização dos modelos culturais brancos pelo segmento negro, implicando a perda do seu ethos de matriz africana; ora é definido como o processo de ‘clareamento’ concreto da cor da pele da população brasileira, registrado, sobretudo, pelos censos oficiais e previsões estatísticas do final do século XIX e início do XX” (DOMINGUES, 2004, p.253).

⁶¹ A respeito dos projetos de reurbanização das cidades no início da República, ver Chalhoub (1996) que foca na relação das moradias populares com as doenças, Rosa (2014) que aborda as mudanças urbanas de Porto Alegre, tratando também da demolição dos cortiços e também, Engel (2014) que debate sobre as ideias que circulavam no momento e que levam a pensar na sanitização desses espaços.

ser uma imprensa bastante heterogênea, as suas formas de abordagem nem sempre eram semelhantes. Na nossa interpretação, o fato dos impressos tratarem desses temas não os coloca enquanto propagadores de estereótipos sobre a população negra. Eles não estavam alheios aos debates promovidos no seu contexto, ainda mais quando eles estavam envolvidos nas temáticas, independente de serem ou não consultados.

O alcoolismo, por exemplo, era um impasse social, que não apenas atingia ao (a) negro (a). A imprensa negra, ao debater esse dilema, não estava afirmando a perspectiva que atribuía a doença à população negra. Pelo contrário, estava rebatendo tal concepção, respondendo aos outros, ou seja, aos brancos, e alertando aos *seus* sobre os estereótipos. Caso um fizesse algo considerado socialmente como “errado” poderia estar contribuindo para rotular aos demais. Dai é que o conservadorismo se construiu como uma defesa e uma cobrança para os membros da comunidade na qual os jornais dialogavam. A ideia era demonstrar que poderiam ser muito melhores que os brancos. Nesse sentido, o moralismo extremado foi uma estratégia adotada, pois acreditavam que uma vez que controlando o modo de agir da população negra, contribuiriam para desconstruir imagens negativas em relação a eles.

Sobre a apologia ao trabalho, presente em um dos cadernos desses impressos, consta:

O TRABALHO

O maior culto é o do trabalho. Sempre pensamos em produzir alguma coisa, fazer algo, porque o estacionar é a morte. No produzir, no trabalhar, se resume a vida, dos que vivem. Por isso o trabalho é o Deus do trabalho. Quando começamos a trabalhar, pensamos no trabalho perfeito, para fazermos o nosso com a máxima perfeição. Quando pensamos no trabalho perfeito, pensamos na produção, nos frutos do trabalho, com todos os seus benefícios, com toda a sua utilidade, pois só o trabalho nos é útil, só o trabalho nos permite viver. Do trabalho vivemos. Para o trabalho viveremos. Por isso o trabalho é o maior culto. Por isso Deus é o trabalho. *Creoulo Leugim (A Alvorada, 15/10/1933, p.08).*

O enaltecimento exacerbado do texto em relação ao trabalho consiste em representá-lo como uma parte essencial da vida. Se o sujeito não trabalha, ele não é útil e também não vive, já que quem não trabalha encontraria a morte. Além disso, o trabalho é tão importante e fundamental que ele chega a ser comparado a Deus.

A população negra atingiria a moral e a ordem quando estivesse longe de rótulos de mau comportamento. O entendimento sobre o que era ter um mau comportamento não tinha a mesma lógica para homens e mulheres, demonstrando um recorte de gênero

que enfatizava um maior controle sobre elas. Para a elite política branca, o padrão do bom comportamento era: ser trabalhador, não ter passagem pela polícia ou processo-crime, não ter vícios, não ser boêmio, ser católico. Já aqueles impostos pela imprensa negra eram bem mais rígidos, em relação aos costumes, controlavam o comportamento social, a boemia, os vícios, a educação, o vestuário, tudo era comentado por eles.

Apenas *A Alvorada* apresentou comentários contrários às práticas de origem africanas, conforme demonstra o trecho:

Pesquei a M. ir, certo dia da semana, **defumar** a sede de um cordão carnavalesco ao meio dia em ponto. Será que a senhora pensa estar alguém querendo fazer mal a uma sociedade sem proveito algum para os associados? Ora, deixe, procure um livro instrutivo, um professor para lhe ensinar algumas cousitas, e verá como está bancando a palhaça com tal procedimento. (*A Alvorada*, 10/02/1935, p.01).

Pesquei a mesma ter tanto cuidado com o que não deve e descuidar da ordem em seu lar. Cuide do ambiente doméstico, minha santa, deixa deste **negócio de macumba**, porque no mais das vezes o “feitiço vira contra o feiticeiro”. *Dr. Pescadinha* (*A Alvorada*, 10/02/1935, p.01).

As práticas culturais e religiosas que remetessem à cultura africana eram muito estigmatizadas. Para o jornal, talvez a condenação destas fosse uma forma de alertar para o fato de que elas poderiam prejudicar a imagem da população negra frente aos outros, associando-a a práticas desvalorizadas socialmente. Controlar as posturas da comunidade parece, assim, uma forma de tentar preservar seus membros.

Também a condenação aos vícios gerou campanhas de combate nas duas fontes. *A Alvorada* se dedicou mais ao alcoolismo. Todos os tipos de drogas eram repudiados. Os textos expunham tragédias ocasionadas pelo consumo de bebidas, os malefícios delas e ainda os danos causados pelo seu uso também para a família do viciado. Sobre isso, vale ler texto publicado em *O Exemplo*:

O ALCOOLISMO É A FORÇA MOTORA DE MUITAS DESGRAÇAS

(...) Ontem, estando fora de casa Octavio, os seus vizinhos convidaram sua esposa para assistir a uma batalha carnavalesca, que se efetuava nas proximidades. Após a batalha a esposa dirigiu-se a casa do seu sogro, onde palestrava com este e seu cunhado Manoel, rodeada de pessoas vizinhas. Momentos após, chegou o seu marido, completamente bêbado. Os vizinhos retiraram-se, enquanto Octavio, avançando para a sua esposa, tentava maltratá-la. Manoel procurou defendê-la da fúria do seu marido, mas Octavio, sacando um revólver alvejou seu irmão, que caiu ferido gravemente, com quatro balaços. O velho Manoel, diante da violência e estupidez da cena, atacado de um colapso morreu. O criminoso fugiu, apresentando-se, porém, mais tarde, a polícia,

dizendo: “caí e o revólver disparou ferindo o meu irmão. Agora, continuou Octavio, deixem-me dormir, pois estou que não me aguento”. O criminoso que estava embriagado amanheceu dormindo na maior tranquilidade. Manoel, o ferido, recolhido a casa de saúde Pedro Ernesto, continua em estado grave. (*O Exemplo*, 04/03/1929, p.04)

A matéria publicada no *O Exemplo* conta a desgraça de uma família por conta da bebedeira de um de seus membros. Após relatar toda a história, o jornal incentivava para que os que gostassem de beber lessem atentamente o ocorrido de modo que essa história poderia servindo-lhes de alerta.

No ano de 1929, *O Exemplo* trouxe em sua capa a epidemia das drogas, que não pode ser remetido com exclusividade para a comunidade negra. Tratava-se de um problema social que envolvia a todos, independentemente dos mais afetados. Entre elas estavam, por exemplo, a cocaína (*O Exemplo*, 22/04/1929) e a morfina (*O Exemplo*, 29/04/1929). Segundo o jornal, “Porto Alegre vem sendo, de tempos a esta parte, impressionada vivamente, e com frequência, pelos escândalos ocasionados pelos chamados **vícios elegantes** e que, desgraçadamente, se expandem entre nós” (*O Exemplo*, 22/04/29, p.01, *grifo meu*). O alcoolismo e o uso de outras drogas eram vistos como mau comportamento, mas além desses, outras posturas eram controladas e condenadas.

A este respeito posicionou-se também *A Alvorada*:

INDIVÍDUO E SOCIEDADE

Abstém dos excessos, eles são que nos trazem os piores resultados. Cultiva os esportes, mas não deixes de cultivar teu espírito, por meio da leitura. Aprende e estuda: só assim preencheras o teu lugar como indivíduo na sociedade. Por mais que te julgues perfeito, seja modesto. Olha a simplicidade da violeta e verás que dela evoca o mais suave perfume. Não pratiques atos que maculem teu nome, deles é que dependem o teu merecimento. Afasta-te da má companhia que te corrompe na prática de maus vícios. Tenhas por divisa a – temperança – fugindo do álcool, como o diabo da cruz, pois além de intoxicar teu organismo, embrutece teu espírito. Os espartanos embebedavam seus escravos, para que seus filhos tivessem horror às bebidas. Evita as mesas de jogo porque além de perverter o indivíduo contribui para a desmoralização do lar, despejando, mulher e filhos, na miséria e prostituição. O jogo faz de um lar feliz o inferno de desgostos, o pandemônio de necessidades. Thales de Mileto (*A Alvorada*, 13/08/1933, p.01).

O artigo aconselha aos leitores sobre os perigos de se adquirir vícios, entre eles, a bebida e o jogo. Ele também fez um alerta em relação às más companhias, ou seja,

para os (as) negros (as) não andarem com aqueles que não apresentavam uma postura social exemplar.

Já entre as recomendações, eles incentivavam o esporte, a leitura, o estudo. De acordo com os jornais negros, a solução para as suas mazelas seria a instrução. Somente ela poria fim ao mau comportamento e aos preconceitos. A educação seria uma arma na luta do (a) negro (a) por respeito na sociedade.

NEGRO

Manda teus filhos à escola, em vez de o deixares ir a bailes.

– Não há nada mais triste, mais digno de dó, de piedade do que a ignorância. Não digas aos outros que se eduquem, procura educar-te, aproveita a tua boa vontade e a energia, para aplicá-la a ti próprio.

– Se eu procurasse dizer-te o que é e o que vales, teria de dizer muito, palavras muito pequenas.

– Sai de teu atraso, indo pelo caminho da educação. *Creoulo Leugim (A Alvorada, 09/07/1933, p.02).*

Alguns membros da *A Alvorada* condenavam os espaços sociais que tinham por objetivo somente a dedicação a encontros dançantes. O principal crítico dessa prática era Rodolpho Xavier. De acordo com suas concepções, esses locais deveriam incluir nos seus cronogramas atividades que visassem à instrução dos afiliados ou mesmo que discutissem aspectos sociais e raciais da sociedade.

Nos anos analisados do semanário *O Exemplo* não foi possível observar tais divergências, no entanto, Rosa (2014), que o pesquisou em anos anteriores (1902-1911), destacou que o mesmo também ocorria.

O jornal *O Exemplo*, desde o seu lançamento, apresentou a educação como uma de suas principais bandeiras. Já *A Alvorada*, logo após a fundação da *Frente Negra Pelotense*, em 1933, quando passou a ser porta-voz desta, fez uma campanha pela educação da população negra. A partir de então os articulistas se dedicaram constantemente a tratar do assunto. A educação estava em todas as páginas da *A Alvorada*, da capa até as colunas de fofocas:

Pesquei certo “ignorante” soldado do 9º R.I. dizer que não gosta de negro. Preto para ele, nem os próprios colegas de farda. Será porque o nosso “fantoche” namora a Deozina? Ora deixa, ela de branca só tem os dentes, pois é “sarárá” e das puras. Amigo Tita, com estas palavras sobre os pretos, atesta quão mínimo é o seu grau de cultura, e garanto como qualquer pessoa branca que conheça alguma coisa terá mais prazer em gostar de pretos instruídos do que de “brancos” possuidores de educação tão rudimentar, aliás, primitiva, como a sua (*A Alvorada, 02/07/1933, p.02*).

Nesse caso, o soldado apresentado não era necessariamente negro, mas, ainda assim, os articulistas sustentavam o quanto a educação poderia, inclusive, fazer com que brancos aceitassem melhor aos (as) negros (as). O jornal buscava conscientizar os seus leitores e usava da educação como um meio para alcançar melhores condições sociais para a população negra. A educação era vista como uma etapa que precisavam atingir a fim de serem vistos como evoluídos e distantes da condição de inferioridade que lhes era atribuída.

MOCIDADE

Compreendei bem!

Vós sois a evolução.

Evoluí, portanto.

Já que a evolução é o vosso carácter dominante.

Na Frente Negra é que é o vosso lugar.

Não isolados, pois a isolação gera a incompreensão.

Debaixo do estandarte frente negrina é que devemos lutar pela nossa gloriosa ascensão. *Creoulo Leugim (A Alvorada, 10/12/1933, p.01).*

Por fim, a condenação à ociosidade fazia parte desse contexto presente na imprensa. Essa prática era um produto do pós-abolição: já que não era mais possível obrigar os (as) negros (as) a trabalhar, se reprimia a vadiagem. Weimer lembra que “na segunda metade do século XIX houve o reforço do estigma de ex-escravo como vadios e ociosos” (2008, p.162). Manter uma vigilância sobre o tempo vago seria uma maneira de contribuir para a manutenção da ordem do sistema.

Em especial, essa vigilância era feita por parte das colunas de fofocas. Por exemplo, “Pesquei a senhora Maria Borba de fato não ter o que fazer preocupando-se com a vida dos demais. É melhor procurar o que fazer não se meta tirar camotim sem ponche” (*A Alvorada, 13/03/1932, p.02*). Em outros momentos, o personagem orientou sobre o que fazer nesses momentos de desocupação.

O entendimento em relação à moral e à ordem propagada nesses jornais tem muita relação com a mentalidade e as cobranças do contexto social e cultural no qual esses sujeitos estavam inseridos. Se a sociedade ditava normas e regras sobre o que era ser um bom comportamento, a comunidade negra vigiava uns aos outros em dobro, para que assim pudessem confrontar a inferioridade que lhes foi delegada. Por mais que essa imprensa se direcionasse para um público leitor negro, é preciso levar em conta que se tratava de um veículo de comunicação e informação, portanto tratar de algumas

mazelas sociais não significa que elas estariam limitadas ao grupo. Ainda dando continuidade a moralidade e ao forte controle, o próximo trecho foca nas mulheres negras.

2.3 (Re)construindo uma outra maneira de ver a mulher negra

A mulher também compunha o público leitor dos jornais negros, em especial, do *O Exemplo* e da *A Alvorada*. As páginas desses impressos continham anúncios voltados aos interesses dessas jovens e senhoras. Alguns artigos, igualmente, eram escritos a fim de doutrinar *com*, e, *para* elas. Por exemplo, quando reprimiam posturas e comportamentos femininos ou mesmo quando orientavam e “aconselhavam-nas”. Entre os assuntos destinados ao público feminino, estavam: a emancipação feminina, discussões morais sobre os seus modos de agir em sociedade, as conquistas políticas femininas como o voto, a necessidade da mulher educar-se e, a mulher unir-se ao homem para junto dele lutar em prol de seus interesses (defesa dos seus contra o racismo).

A imprensa negra analisava o comportamento dos membros de sua comunidade, no entanto, por questões de gênero e mesmo de raça, o controle sobre os modos da mulher eram ainda maiores do que aqueles destinados aos homens. As posturas que deveriam ser adotadas pelo feminino, contidas na *A Alvorada* foram pensadas pela figura masculina. No que se refere ao corpo da mulher negra, Nascimento (2008) reflete sobre três momentos significativos para a elaboração de construções históricas:

Corpos anônimos em intermináveis transformações, sempre pejorativas, manipulados ontem e hoje, quando avançamos o terceiro milênio. Milenares servidões. Corpos indesejáveis, porém utilizáveis. De besta de carga a cavidade agradável para o cio do senhor, depois a reprodutor de crias e, por fim, a objeto “exótico” para a delícia de olhos e de outras exigências dos turistas. O corpo da mulher negra ao largo de si mesmo. (NASCIMENTO, 2008 p.52)

As declarações que a autora fez, dizem respeito ao uso do corpo da mulher negra enquanto um objeto disponível para a criação de narrativas míticas. Nesse sentido, o papel de monitoramento sobre as posturas femininas era uma maneira encontrada de preservar e protegê-las do assédio dos homens brancos, que se aproximavam delas, muitas vezes, por conta de uma visão extrema de erotização exacerbada da mulher

negra. De acordo com Damasceno (2008) a articulação de categorias de raça e gênero, universalizadas, acabaram por criar uma iconografia de hipersexualidade da mulher negra que impera até hoje.

Ao que tudo indica, o jornal não ficava muito satisfeito com o namoro entre homens brancos e mulheres negras, como já referido, no primeiro item deste capítulo. Vários podem ser os motivos de tal descontentamento. Talvez temessem que a mulher negra fosse um objeto de prazer sexual do branco ou, os vissem como concorrentes seus na escolha por uma esposa. *A Alvorada*, em diversos momentos, demonstrou desaprovar as ideias de valorização da mestiçagem, então, poderia também ser uma razão as críticas proferidas. Nesse momento, algumas pesquisas pautavam o desaparecimento da população negra, apontando para a supremacia do branqueamento logo, eles se defendiam como podiam, nesse caso, incentivando a mulher negra a se manter longe dos brancos. Em uma de suas fofocas, o *Dr. Pescadinha* ironizou: “Pesquei a Silvina moradora na rua M.R. de forte conquista com um rapazinho branco. Juízo, olha que dá mistura, pode sair uma salada de fruta” (*A Alvorada*, 01/10/1933, p.01).

As narrativas contidas no jornal *A Alvorada*, na coluna de fofocas *Pesquei*, são um bom exemplo do excesso de “cuidados” destinados à mulher. Para Tavares “O *Dr. Pescadinha* representa o discurso de submissão da mulher, quando expressa quais os papéis sociais pretendidos para os homens e para as mulheres” (2007, p.08).

A ela era natural o espaço do lar, e fora dele sua postura deveria ser impecável. No entanto, ao verificar a situação das mulheres negras, nota-se uma conduta de comportamento muito mais rígida, pois além da moralização da família, que já cabia ao sexo feminino, a elas também se somava a responsabilidade pela moralização do seu grupo étnico, tendo aí uma tarefa tripla, a de superar um problema de gênero, de classe e etnia. (TAVARES, 2007, p.08)

A imprensa influenciava a maneira de pensar de seus leitores, ela ditava regras e padrões a serem seguidos pelas pessoas e, os impressos da população negra provavelmente tinham essa consciência. Ao estabelecer normas a serem seguidas pelas suas mulheres estariam distanciando-as de um condicionamento moral branco. Essa era uma estratégia para influir na maneira como os outros as perceberiam e também de defesa contra os olhares mais que atentos lançados sobre elas.

Todas as normas impostas a elas possuíam um caráter paternalista e bastante conservador, fruto da maneira como a sociedade via uma mulher considerada digna de ser respeitada naquela época. É preciso lembrar que as mulheres nesse período conquistaram alguns direitos, como, por exemplo, o voto. No entanto, ainda havia muito a ser conquistado (e mesmo hoje ainda há) em relação a sua liberdade e ao entendimento de que todas merecem ter respeito. Alguns textos publicados na imprensa negra possuíam por assinatura um nome feminino, mas isso não quer dizer que fosse escrito por mulheres, poderia ser um codinome, uma vez que, de fato, o predomínio dos integrantes era masculino. Na *A Alvorada*, depois da formação da *Vanguarda Frente Negra* (1934), se deu maior espaço para as mulheres no periódico e, provavelmente, elas também passaram a escrever no semanário nesse espaço destinado para elas.

Nesse sentido, os espaços negros aliados aos periódicos de cunho racial foram extremamente controladores sobre as posturas femininas.

Numa sociedade onde o racismo e o sexismo, como fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra (GONZALEZ, 2008, p.44).

Baseado nas narrativas efetuadas pelo *Dr. Pescadinha*, foi possível perceber que quatro eram as principais preocupações (e ao mesmo tempo, defesas) em relação às posturas a serem adotadas pelo feminino. Todas elas apontam para a feminilidade concebida de maneira racializada (XAVIER, 2013), como busquei demonstrar.

A primeira seria a vaidade. A mulher negra deveria cuidar de sua imagem, estar impecável, bem vestida, arrumada, mas sem exageros. Sua elegância refletiria no modo como os outros a veriam. Logo, aquelas mulheres que não cumpriam com o pré-requisito da vaidade e não se preocupavam com a sua imagem, estariam fora do padrão de mulher negra e, portanto, criticadas no semanário *A Alvorada*:

Pesquei a jovem Zaida Medeiros, da turma 7, andar com tanta preocupação com o seu admirador, que chega esquecer-se de se pentear quando vai aos bailes. Que imã tem esse mocinho, que a D. Zaida chega esquecer-se até da cabeça. (*A Alvorada*, 03/01/1932, p.06)

O segundo ponto focado pelo jornal era a bondade. Mas o que era entendido por ser uma pessoa boa? Nesse caso, a bondade estaria nas demonstrações de educação das mulheres para com as outras pessoas além das práticas de generosidade ao

próximo, como por exemplo, realizar a caridade e prestar auxílio a eventos deste gênero. Uma senhora que se mostrasse bondosa não teria a sua índole questionada. Não se enquadraria no perfil de uma mulher bondosa aquelas que tivessem atitudes maldosas com outras pessoas. Uma atitude maldosa poderia ser entendida por tudo que não fosse visto como bondoso, por exemplo, mexer com outras pessoas, rir delas, ofendê-las, menosprezar lhes, entre outras. O *Dr. Pescadinha*, que não deixava passar atitudes por ele condenáveis, publicou: “Pesquei no mesmo baile, a jovem Cecy e uma sua amiguinha, riram-se de umas meninas. Mocinhas, isso é a amostra da educação que possuem?” (*A Alvorada*, 20/03/1932, p.04). Muitos foram os comportamentos apontados como falta de educação.

A bondade feminina também seria expressa por aquela que desempenhasse o papel de boa mãe e esposa exemplar. Dedicar a sua vida ao lar era uma demonstração de generosidade uma vez que o futuro esperado para uma mulher era este. Além disso, constituir família era uma maneira de demonstração da resistência do (a) negro (a) (SANTOS, 2009b), logo, ela aparece constantemente nesses impressos tendo a figura da mulher um poder moralizante sobre essa.

Pesquei a Assunção, ir passear com o Tifica e uma criancinha lá pelo Fragata, só porque a família da jovem não consente a idílio. Mocinha, isso é feio, diminui-lhe em parte e deve atender sua família, porque ela procura coloca-la na cultura, de no futuro ser uma **virtuosa esposa e boa mãe** (*A Alvorada*, 18/06/1933, p.06, *grifo meu*).

A terceira característica empregada na construção de uma idealização da figura feminina tinha a ver com as posturas assumidas por elas em público. Nesse sentido, a mulher deveria ser a mais recatada possível. Quando uma mulher tinha atitudes que chamavam a atenção das outras pessoas, elas tinham espaço garantido na lista de criticadas do *Dr. Pescadinha*.

Pesquei três jovens na rua M. Rodrigues, zona Vila da Graça, domingo de manhã **dando risadas tão espetaculosas** que pareciam estar loucas. Cuidado meninas, isto devota falta de educação (*A Alvorada*, 03/02/1935, p.05, *grifo meu*).

Pesquei a jovem Olga (Coluca), no espetáculo do Fica Ahí, estar ao lado de seu eleito **numas gargalhadas ridículas**, quando em cena aberta. Mocinha, isso fica feio, pois foi notado por muitas pessoas que lá estavam e que tem educação (*A Alvorada*, 23/10/1932, p.05, *grifo meu*).

Em ambas as narrativas, as mulheres tomaram atitudes que chamaram a atenção das outras pessoas. Fazer escândalos e atrair olhares indiscretos era uma atitude feminina entendida pelo colunista como falta de educação.

Para as mulheres mais jovens, o tipo de postura que deveriam apresentar era o mesmo das mulheres mais velhas. Na coluna do *Dr. Pescadinha* é possível perceber que as meninas não deveriam ir brincar nas ruas. Essa atitude era muito mal vista, ainda mais se elas já não fossem mais crianças. Desde o início da vida, o sexo feminino era doutrinado ao cumprimento do papel de esposa, mãe e gerenciadora do lar. Destacou o cronista em sua coluna: “Pesquei duas mocinhas da Vila da Graça, quase esquina Moreira Cezar, passarem os dias inteiros, jogando ‘bilboquê’, correndo e pulando na corda. Meninas isso é feio, pois **porque não aprendem a bordar?**” (*A Alvorada*, 29/05/1932, p.05, *grifo meu*). A moral e o conservadorismo do homem negro ligado à mulher negra exigiam dela extrema feminilidade.

A passagem expressa acima demonstra um caráter bastante machista sobre quais os deveres destinados as mulheres. A sua fala denotou muito zelo sobre as meninas, uma vez que não as queria expostas na rua e sim em casa, realizando tarefas manuais. A sugestão do personagem coloca a mulher no ambiente do lar. O *Dr. Pescadinha* repetidamente proferiu conselhos como este. Outro caso, por ele narrado disse: “Pesquei a senhorinha Antonia, da mesma localidade, ir para casa dos vizinhos, para falar de pessoas que não se lembram dela. Se é falta do que fazer porque não costura as meias?” (*A Alvorada*, 13/03/1932, p.04). Novamente, é possível notar a percepção da mulher ligada a tarefas manuais que auxiliam ao espaço doméstico. Ao mesmo tempo, a atitude de fazer fofoca realizada pela moça, motivo pelo qual estava sendo reprimida, era maldosa, o oposto do que as mulheres deveriam ser. Uma mulher bondosa não faria fofocas.

Em outro momento, o *Dr. Pescadinha* se mostrou descontente com certa mocinha que em vez de esperar o seu pretendido lhe procurar, ia atrás dele. De acordo com sua moralidade, essa era uma atitude a ser tomada pelos homens e não pelas mulheres.

Pesquei uma certa mocinha, da rua Xavier Ferreira, ir todos os dias conversar com o Cabo Ventura, na janela do 2º Posto. Mocinha, isso é futurismo? Pois em vez de ele ir conversar em sua casa, você vai ao posto conversar com ele, isso não fica bem (*A Alvorada*, 25/12/1932, p.04).

Na visão de Oliveira, o intuito da coluna, assim como as demais de fofocas, não era de julgar as pessoas envolvidas ou, ridicularizá-los, mas de torná-los conscientes e orientá-los (2015). O *Dr. Pescadinha* se preocupava com a imagem da mulher negra e por isso partilhava de perspectivas paternalistas.

Ao mesmo tempo em que o jornal tratava de assuntos como a emancipação feminina, aconselhando as mulheres para que estudassem a fim de não serem “passadas para trás” pelos homens, também demonstrava descontentamento quando elas assumiam atividades desempenhadas, até aquele momento, quase majoritariamente pelos homens. O que reafirma um caráter conservador.

Pesquei a jovem Eloah, domingo, na direção do auto 720, ao lado do chauffeur Arruda e outro jovem, rumo das Três Vendas. Mocinha, na posição que você ia era perigosa, **por causa de algum desastre e mesmo para a senhorinha não fica bem** (*A Alvorada*, 20/03/1932, p.04, *grifo meu*).

Uma mulher dirigindo foi apontado como algo perigoso, afinal, essa era uma atividade vista como masculina e, portanto, ela estaria deslocada das atividades femininas. Conforme exposto no início deste capítulo, não há um conflito moral na cultura popular expressa através dessas folhas e sim uma dupla consciência entre os seus articulistas, influenciada pelas suas experiências.

O comportamento de uma mulher, de acordo com o que o *Dr. Pescadinha* escreveu em sua coluna, era totalmente idealizado. Ela agruparia aspectos da moralidade predominante como ser recatada, agir com extrema discrição, dedicada a família e aos demais em função de sua bondade; estaria sempre ligada a casa e ainda, seria bonita. E qual o entendimento que eles possuíam sobre o que era ser bonita? Primeiramente, a beleza estava vinculada as atitudes, em especial, ao enquadramento dessas mulheres dentro desse padrão de moralidade, atitudes e aparência andavam atreladas. Também era preciso a vaidade, como já mencionado nesse capítulo, sem exageros, apenas implicando nos cuidados sobre si.

No entanto, é possível observar que o jornal também se manifestava em prol da aceitação de elementos que remetessem à negritude, sendo que aqueles que buscavam escondê-los eram alvos da coluna. “Pesquei duas jovens frizarem o cabelo para desmanchar a ‘carapinha’. Mocinhas, porque não se conformam com o cabelo que Deus lhe deu?” (*A Alvorada*, 17/01/1932, p.04).

As lógicas conferidas pelos sujeitos, as escolhas por certos comportamentos adotados, os seus posicionamentos e posturas em relação as suas condutas sociais foram apontados nesse capítulo. Ainda assim, há uma infinidade de possibilidades a serem destacadas em relação a aspectos culturais e sociais presentes nesses semanários. Na *A Alvorada*, em especial, nas colunas de fofocas, foi possível notar muitas influências das ideias raciais. Essa naturalização da ideia de raça na sociedade marcou a vida cultural e social do grupo (retomarei a questão no capítulo 4).

Quando o jornal controlava ao extremo o modo de agir da população negra talvez seus redatores acreditassem estar assim contribuindo para a proteção contra os estigmas que lhes eram cunhados. Os periódicos negros também eram lidos por pessoas brancas (lembrando que muitos tratavam de assuntos do interesse da classe trabalhadora) e concorrentes. Nesse sentido, a moralidade padrão empregada nesses impressos, poderia, na prática ter sido bem mais flexível entre eles. De fato, certas cobranças de posturas provavelmente eram feitas, mas isso não significa que com a extrema rigidez na qual transparece.

Um exemplo são as alfinetadas às práticas religiosas de matriz cultural africana. Ora, o (a) negro (a) foi essencializado enquanto inferior e, tudo o que o (a) colocava próximo ao continente africano poderia contribuir para a proliferação do racismo. Reprimir as práticas religiosas de matriz africana talvez fosse um modo de demonstrar para os outros que eles estavam mais próximos da concepção de moralidade ocidental cristã. Rosa (2014), focado nos bairros negros de Porto Alegre, constatou que, durante esse mesmo período, era comum os moradores frequentarem espaços de religiosidade de matriz africana e cristã, adotando as duas práticas. Outra hipótese a ser levada em consideração é que de fato não concordavam com elas, mas nenhuma campanha contra a religiosidade africana foi promovida, sendo que apenas (e poucas) “alfinetadas” foram dadas, o que deixa algumas dúvidas que permitem as possibilidades levantadas.

A coluna *Pesquei* era muito rígida e conservadora, mas isso não significa que os demais espaços desse jornal também o eram. Além do que, a sua ironia na escrita poderia também ser entendida como um deboche às lógicas culturais da elite (uma vez que às vezes, ele exagera em seu controle). A moral era um elemento que estava muito

presente entre os (as) negros (as), pois demonstrava o quanto eles eram educados (ESCOBAR, 2010).

Os impressos contribuíram para a luta das mulheres negras pelos seus direitos, em especial, por mais respeito da sociedade. As mulheres elevariam o padrão moral de sua comunidade (XAVIER, 2013). Sendo elas responsáveis pela casa e pela família, elas teriam um papel fundamental na manutenção de uma boa moralidade.

Por mais que as lógicas pensadas para as mulheres negras fossem apropriações de ideias dominantes, na qual a sociedade as pensava para a mulher branca, é possível perceber dois pontos. O primeiro, de que apropriação não significa absorção ou ideologia do branqueamento, essa relação demonstra um diálogo com as lógicas sociais dominantes. Parece que a cobrança sobre o comportamento da mulher negra era maior em relação à mulher branca, por conta da necessidade de demonstrar o seu progresso moral. Em segundo, elas também forjam suas lógicas sobre moralidade, determinados aspectos que permitem a mulher branca obter respeitabilidade passam a ser apropriados pelas mulheres negras.

Por ora, entender que as lógicas conferidas pelos indivíduos demonstram a sua capacidade de forjar táticas de enfrentamento, de defesa e de luta contra o preconceito e, conceber que a busca pela respeitabilidade também era uma estratégia de sobrevivência foi o objetivo desse capítulo.

No próximo capítulo, apresento a imprensa negra cumprindo um papel de imprensa operária, além de demonstrar a participação do trabalhador negro nos debates da classe.

CAPÍTULO 3

ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS E IDEIAS PARA UMA CLASSE

“A emancipação dos trabalhadores tem que ser obra dos próprios trabalhadores” (*A Alvorada*, 25/09/1932). A citação empregada no título de um artigo de *A Alvorada*, cujo tema era a sindicalização das classes, era de autoria de Karl Marx e, muitas vezes, foi utilizada pelos impressos de imprensa operária (SCHMIDT, 2004). *A Alvorada*, em outros momentos, parodiou a frase escrevendo: “a emancipação do negro tem que ser obra dos próprios negros”, lema do jornal *A voz da Raça*, órgão da *Frente Negra Brasileira*. A oração também foi subtítulo na dissertação de Santos (2003), que estudou *A Alvorada*. As ideias refletidas na frase compõem a base de discussão deste capítulo, que se atém aos debates promovidos pelos periódicos negros em relação ao mundo do trabalho.

A experiência das pessoas lhes confere diferentes percepções e compreensões na maneira de perceber e de fazer-se a classe, seja “na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres” (THOMPSON, 2012, p.260). Classe é um acontecimento e não uma coisa dada. Ela tem formação não apenas econômica, a classe também se constrói culturalmente. No que se refere aos estudos que se voltam para o mundo do trabalho, a principal imprensa analisada geralmente é a operária (SCHMIDT, 2004). *O Exemplo* e *A Alvorada* se dedicaram aos interesses da classe trabalhadora, no entanto, as pesquisas envolvendo a temática operária geralmente não os levam em consideração.

Este terceiro capítulo está organizado em quatro tópicos. O primeiro trata a respeito do sindicalismo e de políticas, em torno da formação de sindicatos, em Porto Alegre e Pelotas. O segundo se debruça sobre as denúncias das condições de vida, em um momento de crise, apontando a vulnerabilidade do operariado. Diante das dificuldades vivenciadas, a população clamava por mudanças. O terceiro tópico, de cunho político, foca nas eleições para representante classista na Constituinte de 1934.

Nesse item poderemos entender as expectativas em relação a esse tipo de representação e a experiência posta em prática.

Como demonstrado no capítulo 1, os homens membros desses periódicos circulavam por diversos ambientes e organizações. Para além dos interesses das classes trabalhadoras, eles ainda formaram espaços que davam conta de assuntos específicos como, por exemplo, combater o racismo. Por fim, o capítulo encerra com uma organização exclusivamente negra, dedicada à classe dos homens de cor. Concluir com a atuação da *Frente Negra Pelotense* tem por intuito demonstrar que os sindicatos não deram conta de abarcar as propostas desta organização, por isso outros espaços como este se dedicaram a defesa política e social do (a) negro (a).

3.1 Sindicalismo, sindicatos e política nos escritos da imprensa negra

Nas primeiras décadas do século XX, havia uma crescente preocupação mundial com a questão operária. Com a assinatura do Tratado de Versalhes (1919), o trabalho passou a ser visto como um novo tipo de direito, que foi formalizado com a formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (GOMES, 2002).

No Brasil, a economia estava em crise e a política desacreditada. A população urbana passou a querer participar mais politicamente das decisões tomadas no país e, as agitações no meio operário exigiam mudanças nas relações de trabalho. Diante disso, alguns princípios liberais foram abandonados e o Estado passou a intervir nos assuntos trabalhistas. As relações de trabalho passaram por um processo de burocratização, que pode ser dividido em quatro fases: primeiro, da legislação previdenciária; segundo, das leis trabalhistas; terceiro, da legislação sindical e por fim, as leis que instituíram a Justiça do Trabalho (MATTOS, 2003).

A classe trabalhadora brasileira, em sua formação, possui diversas tradições e experiências que desencadearam em múltiplas maneiras de associativismo e organização (MATTOS, 2003). Uma das formas de organização dos trabalhadores foi a formação de sindicatos, isto é, de organismos sociais, que se destinam à defesa dos interesses econômicos e sociais dos componentes das suas respectivas categorias profissionais, individual ou coletivamente. Várias tendências políticas disputaram o

comando dos movimentos sindicais. A partir de 1930, diferente de outrora, que foi um período marcado por um pluralismo de associações, se iniciou “uma desarticulação e substituição por um padrão único de sindicalismo oficial” (PETERSEN; LUCAS, 1992, p.334).

No Brasil, o sindicato oficial foi criado em 1931, pelo decreto nº 19.770. A partir da lei de sindicalização, o movimento operário e as associações deveriam se desenvolver por um molde que era concedido e controlado pelo Estado. As associações passaram a ser organizadas por ramos de produção. No entanto, “parcela expressiva do setor organizado da classe trabalhadora não parecia disposta a trocar suas tradicionais entidades de classe pelos sindicatos oficiais controlados” pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) (MATTOS, 2003, p.13), criado em 1930. O MTIC, para angariar adesões voluntárias ao seu modelo de sindicato, passou a adotar estratégias como vincular a concessão dos benefícios das novas leis trabalhistas à representação por sindicatos reconhecidos. A lei de sindicalização passou a concorrer com os padrões de associações existentes ao mesmo tempo em que as reprimia.

Entre as especificidades brasileiras que interferem na compreensão da classe trabalhadora temos tanto a industrialização quanto um mercado de trabalho assalariado de formação tardia, em relação a outros países. Além da convivência entre escravizados, livres, libertos e imigrantes europeus (MATTOS, 2003), nesse processo de fomento da classe. As diferentes experiências dos indivíduos que compõem a classe trabalhadora brasileira geraram várias concepções sobre o trabalho.

O Exemplo e *A Alvorada* eram voltados para a classe dos homens de cor, mas também para a classe obreira. Os jornais dedicaram suas páginas a tratar de assuntos vinculados às relações de trabalho afirmando sua identidade de trabalhador. Os artigos dos semanários demonstraram a participação do homem negro nos debates existentes naquele contexto e, a sua inserção nos espaços destinados a classe. No caso da *A Alvorada*, por exemplo, grande parte de seus membros ocupavam lugares de comando nos sindicatos de Pelotas, o que lhes garantia respeitabilidade dentro da classe.

No início da década de 1930, *A Alvorada* apresentou algumas crônicas cujo objetivo era debater sobre o sindicalismo. As colocações em torno do tema foram

escritas por Rodolpho Xavier, que explicou o que seria o sindicalismo e a sua finalidade. Segundo ele:

O sindicalismo é um método de luta que procura reintegrar os trabalhadores não só no convívio das outras classes, como na posse do que realmente lhe pertence e que foi desviado de seu patrimônio por sucessivas gerações de detentores das riquezas sociais. Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 17/07/1932, p.01).

Apesar do convívio diário entre as diferentes categorias profissionais, este poderia não ser pacífico. Em outro momento, Rodolpho Xavier escreveu que, dentro da Liga Operária se procurou, por mais de uma vez, “organizar-se sindicatos que desapareceram devido aos ataques intempestivos às crenças religiosas e políticas de seus componentes” (*A Alvorada*, 27/12/1931, p.01). Nesse momento, havia uma circulação de diferentes ideologias políticas. Em relação à religiosidade, os valores morais da civilização ocidental estabeleciam como prática religiosa aquela de cunho cristão. Provavelmente, a falta de tolerância com outras religiosidades era o causador dos conflitos.

Siqueira (2009) observou, para o mesmo período, estatutos de clubes recreativos⁶², em São Paulo, que proibiam debater política e religião. Justifica o autor: “eram vistos como fatores de instabilidade para a administração e para a união dos sócios não somente nas associações recreativas” (SIQUEIRA, 2009, p.284).

A ênfase do sindicalismo no Estado consistia “na efetivação, ampliação e universalização dos direitos assegurados em lei e na preservação de um papel autônomo na defesa de interesses de classe para o sindicato” (FORTES, 1999, p.191). Para Rodolpho Xavier, o foco deveria ser a “defesa econômica e social do trabalhador ante a prepotência do capital” (*A Alvorada*, 27/12/1931, p.01).

Em relação aos fracassos das tentativas de sindicalização em Pelotas, Rodolpho Xavier estava convencido das causas: “falta de educação, de compreensão e de solidariedade” (*A Alvorada*, 27/12/1931, p.01). Pelotas era “a cidade gaúcha com o maior número de sindicatos reconhecidos em 1934” (LONER, 2005a, p.160).

⁶² Os clubes analisados por Siqueira (2009), localizados na região do Brás, Bom Retiro e Bexiga eram espaços de trabalhadores e também dedicados ao lazer. Entre eles estavam, por exemplo, Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiro (1900), Sociedade Recreio Artístico (1901), Círculo Recreativo Flor do Brás (1908), Éden Clube do Brás (1919).

Não é de agora que alguns operários, dentro de Pelotas, se filiaram aos sindicatos.

Aí, por [18]96 ou [18]97, portanto há 38 anos fundou-se a “União Operária Internacional”, cuja base assentava na sindicalização de classes, para combater a ‘Liga Operária’ que era uma ‘Liga’ de patrões. (...)

Em [18]99 fundou-se o centro 1º de Maio, sindicato dos chapeleiros.

Em anos subsequentes, diversas tentativas malograram-se: umas por conter ideias *extremistas*, outras por isto ou por aquilo, de maneira que aos “comodistas” nada lhes servia e interessava. (...)

Se não mantivermos os sindicatos com a pluralidade dos interessados, já que temos amparados pela lei, se não abrirmos mãos de vaidades e tolices, congregando nossos esforços merecemos que o governo decrete *A Escravidão do Trabalhador!* Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 09/09/1934, p.02).

O presidente da União Operária era Juvenal Moreno Penny, dono da *A Alvorada*. A União Operária tinha maior inserção na construção civil. Rodolpho Xavier era pedreiro e atuou no sindicato da classe. A União Operária e a Liga Operária não atuavam mais no movimento operário de Pelotas (LONER, 2005a). A Liga, de acordo com Rodolpho estava mais interessada em defender os patrões e, por isso a fundação da União, para oposição a ela. De 1930 a 1937, Pelotas teve o predomínio de três entidades de classe: a Frente Sindicalista Pelotense (FSP), o Círculo Operário Pelotense (COP) e a União Sindical de Empregados pelotenses (USEP). Em vários momentos Rodolpho Xavier e outros membros da *A Alvorada* circularam por esses locais, relatando assembleias, divulgando mudanças de gestão e, participando e organizando atividades culturais nesses espaços.

No início dos anos 1930, Rodolpho Xavier defendeu a atuação dos sindicatos oficiais. Disse ele: “sindicalizando-se todas as classes e oficializando-as por lei elas terão, indubitavelmente, apoio dos governantes em todas e quaisquer emergências” (*A Alvorada*, 27/12/1931, p.01). O entusiasmo frente ao reconhecimento de direitos para os trabalhadores o fez acreditar que se iniciava “uma era nova para as classes trabalhadoras, dentro do mecanismo econômico brasileiro” (*A Alvorada*, 27/12/1931, p.01). Nesse período, as lideranças sindicais gaúchas acreditavam “na política oficial do governo para os trabalhadores” e participaram “ativamente de sua proposta de organização sindical” (LONER, 2005a, p.146).

Rodolpho Xavier defendia a neutralidade política dos sindicatos e a identificação como trabalhador acima de divergências políticas. Disse ele: “somos dos que concordam com a política entre os trabalhadores, mas que seja um organismo à parte, uma

modalidade que nada tenha que ver com os interesses de classe dentro dos sindicatos” (*A Alvorada*, 17/02/1932, p.01). Em vários momentos de sua escrita ele aponta para um sindicato apolítico. De acordo com Fortes (1999) esse tipo de defesa foi reflexo dos acontecimentos anteriores a 1930. Primeiro, devido à influência de diversas tradições de pensamentos políticos. Em segundo, pelo acúmulo de experiências negativas que iam desde a formação de confederações rivais (em 1917 e 1918), as políticas divisionistas do PRR e, a adoção de ação direta violenta (1919 e 1923). O “apoliticismo” foi acompanhado pela “defesa da unidade dos trabalhadores e de uma ação sindical ‘dentro da lei e da ordem’, mas preservando autonomia na defesa dos interesses de classe” (FORTES, 1999, p.188).

Em relação às ideologias influentes no movimento operário, o Rio Grande do Sul difere de outros estados brasileiros. Aqui, os anarcosindicalistas se mantiveram hegemônicos quando no resto do país os comunistas o eram. Somente com a greve dos padeiros de 1933-34, os comunistas assumem a hegemonia no Estado, se tornando “a voz mais articulada entre as correntes do movimento operário” (FORTES, 1999, p.185).

Rodolpho Xavier também criticava a atuação dos sindicatos, por exemplo, indignado com a política nesse espaço, disse: “os sindicatos não melhoram as condições humilhantes de vida dos trabalhadores, apenas criam viveiros políticos profissionais” (*A Alvorada*, 17/02/1932, p.01). Mesmo insatisfeito com esse tipo de prática, ele reconheceu:

O operário isolado, individualmente, nada consegue nada obtêm, nem do capitalismo e nem dos poderes públicos. Por isso organizou-se, procurou uma base, identificou-se com as próprias necessidades e depois de muitas lutas e contratempos criou o sindicalismo como um dique às ambições insaciáveis de patrões e intermediários. Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 24/07/1932, p.01).

Rodolpho Xavier via o sindicato como um espaço essencial para a luta de classes, “sem essas organizações, puramente de classes, jamais o operariado conseguirá tomar posse das vantagens que lhe foram cedidas, ultimamente, pelo Ministério do Trabalho” (*A Alvorada*, 24/07/1932, p.01). A revolta dele era com aqueles que manipulavam os trabalhadores se aproveitando deles em benefício próprio. Por isso, Rodolpho Xavier alertou os companheiros:

O operariado, em geral, premido pelas maiores necessidades e sem pão

quotidiano, sem teto e nem agasalho porque não trabalhando não tem como pagar alugueis de casas e comprar vestuários, enfim, faminto e nu, não pode acreditar em organizações sindicais que tenham por escopo a politicagem, os interesses de seitas ou patronais e de todos os exploradores da boa fé de trabalhadores que pouco ou nenhum conhecimento tem das organizações sindicalistas. Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 17/07/1932, p.01).

As associações patronais na qual o trecho se refere eram aquelas organizadas por patrões, em sindicatos de classe, que depois da Constituinte de 1934, aumentaram significativamente devido à possibilidade de representação classista – aspecto que será retomado mais adiante no item 3.4. Sobre as associações classistas, Rodolpho Xavier escreveu:

Os sindicatos reconhecidos e por reconhecer, antes de **congressos retumbantes** para tratar de política sem ter eleitorado! Deveriam tratar da parte construtiva, com seus meios de ação, para defesa de interesses tais como: oito horas de trabalho, acidentes, salário mínimo, férias e pensões em caso de invalidez e velhice logo depois da Constituinte. Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 09/04/1933, p.01, *grifo do autor*).

Segundo Gomes, independente do tipo de liderança que estivesse na associação de classe, as principais demandas levantadas, além de questões salariais, era “carga horária de oito horas de trabalho; regulamentação do trabalho feminino (com normas que protegessem, por exemplo, mulheres em gestação) e dos menores; uma lei de acidentes do trabalho” (2002, p.18).

A Alvorada divulgou a fundação de diversos sindicatos em Pelotas, por exemplo, o dos pedreiros, serventes e classes anexas (27/09/1932). Em outro artigo, Rodolpho Xavier condenou a manutenção de organizações de mesma classe (uma oficial e outra não) por acreditar que elas dividiam os trabalhadores. Ele também defendeu uma maior aderência à sindicalização. Por se tratar de um texto longo, peço licença ao leitor para transcrever uma parte:

O operário inconsciente ou aquele que não quer se sindicalizar, é o único responsável pela sua situação.
A cada momento se ouve: “os sindicatos não prestam; para nada valem”.
Como os sindicatos hão de *prestar* para alguma coisa se dentro dos sindicatos se vê um número diminuto?
Como os sindicatos hão de *valer* para alguma coisa, se os que não estão sindicalizados são os que mais os desacreditam?
Outros, (e aqui onde está o impagável) querem que o sindicato resolva assuntos feitos de mútuo acordo, entre eles e patrões com prejuízo dos próprios interesses, quando os patrões deixam de cumpri-los.
Os que não são atendidos, em pretensas reclamações, os que julgam que os

sindicatos não têm valor, formam o conjunto de descredito e de obstáculos para que os sindicatos não produzam efeitos e não fortaleça a confiança dos sindicalizados.

Há um terceiro grupo, empavesado, e empavonado de amor próprio que raia ao ridículo, que pensam que sem a colaboração deles os sindicatos não subsistem e desaparecem...

Nesta trilogia de orientações é onde se deve procurar a abstenção, a frieza, o comodismo e desânimo que afetam alguns sindicatos.

O dualismo, isto é, dois sindicatos da mesma classe, sendo um reconhecido e outro não, desarticulam propósitos, ideias, atos bem-intencionados além de fomentar discórdias e insucessos geram a apatia e a desconfiança no seio das organizações sindicais.

Sindicatos não reconhecidos aparecem e desaparecem; portanto, as 'vítimas' não têm para onde apelar.

Sindicatos extremistas, também a lei não reconhece, pondo-os em quarentena e sob a vigilância da polícia...

Se não temos outro caminho, quando pela violência nada se conquista, é preferível estar com os sindicatos dentro da 'lei', do que fora da 'lei'. Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 26/08/1934, p.02).

Em sua escrita, Rodolpho Xavier favorece a adesão política ao sindicalismo oficial getulista, em parte, pelas razões já mencionadas, para manter os trabalhadores unidos em um sindicato único. Além disso, no século XX os “espaços de organizações dos trabalhadores em associações de lazer e sindicatos era alvo de controle policial constante” (SIQUEIRA, 2009, p.277). Outra hipótese para defender o sindicato oficial é a de que ele acreditava que os sindicatos legalizados seriam mais bem vistos socialmente e pela própria polícia, do que os demais.

Rodolpho Xavier era um trabalhador, sindicalista, militante e negro logo, a sua cor era um fator que influenciava nas suas experiências e no seu modo de pensar. Ser negro (a) poderia ser um fator de complicações com a polícia, lembrando que ela absorvia as influências das teorias científicas racistas que, por exemplo, apontavam para uma maior tendência criminosa das pessoas negras. Rodolpho estava escrevendo em um jornal negro, ou seja, dialogando com pessoas de cor. Defender uma instituição reconhecida pela lei poderia de certa forma evitar confrontos com a polícia e lhes afastar de sofrer a ação do racismo.

O *Exemplo* também se posicionou em relação à política nos sindicatos, defendendo que os operários deviam tomar parte na política para fazer valer os seus interesses. O artigo demonstrou insatisfação com a forma pacífica na qual os sindicatos vinham agindo:

Grande erro é assistir, seja quem for, sem interesse na vida política do país. Dizer, por exemplo, somos operários, não devemos ocupar-nos de política, é cometer gravíssimo erro com prejuízo dos nossos próprios interesses econômicos. Que é política senão um complexo de regras e princípios reguladores da vida em comum entre os indivíduos. (...) Devemos exigir higiene pública; que as nossas habitações e as oficinas onde trabalhamos sejam lugares dignos de criaturas humanas e não miseráveis cortiços onde o operário morre precocemente por falta de ar e luz. Devemos solicitar proteção ao trabalhador agrícola, principalmente, ao nacional, tão esquecido nos campos e em geral, sem instrução nenhuma, vivendo como animais entre as ervas daninhas e até perigosas. (...)

Se lançarmos um olhar para a existência de associações operárias do Rio Grande do Sul, o que vemos? A mais completa e criminosa pasmaceira. (...)

Vivemos completamente desorganizados, com prejuízos para os nossos próprios interesses. (...) Antônio Gonzaga (*O Exemplo*, 21/08/1927, p.01).

Em outra edição, *O Exemplo* publicou um artigo intitulado “sindicatos capitalistas”, tratando da formação de organizações, nos mesmos moldes dos criados pelos proletários; no entanto, em defesa dos interesses dos burgueses. O texto criticava o sistema capitalista, pela criação de mecanismos que sempre beneficiam os detentores das riquezas em prol da continuidade da exploração do proletariado.

Pois, não obstante, as classes produtoras, como falsamente se intitulam os capitalistas, procuram ainda mais forçar a alta de suas mercadorias, criando *trusts* e sindicatos, com o fim de impor os seus preços aos consumidores. Todos os dias, vemos os jornais noticiarem a fundação de sindicato de arroseiros, sindicato de charqueadores, sindicato de marchantes, de torradores de café, de fabricantes de banha, de padeiros e madeireiros, cujos fins todo mundo muito bem conhece.

Fundado ou reorganizado cada um desses sindicatos ou *trusts*, surge logo, fatalmente, a alta nos preços do produto que ele pretende defender, elevação esta muitas vezes ostensivamente anunciada nos jornais, como a demonstrar que ela obedece, não a uma lei natural na vida mercantil, mas a uma resolução decretada pelos magnatas, para fazer aumentar os lucros de sua indústria.

Enquanto isso acontece, o operariado, o funcionalismo público, os auxiliares do comércio, todas as classes pobres, enfim, se debatem em terríveis aperturas financeiras, sem poder enfrentar os orçamentos domésticos, mal grado restringir cada vez mais o consumo de sua família a miseráveis rações, habitando casebres insalubres, levando uma vida de privações e angústias.

Em muitos lares, cheios de crianças e mulheres, a fome anda rondando continuamente, criando uma raça de fracos e doentes, enchendo de tristeza o coração de pais e a sociedade, de inúteis e tuberculosos.

Façamos um apelo, em nome de todos esses desgraçados, em nome de todos os proletários, em nome do futuro da raça, façamos um apelo à razão e ao sentimento dos homens do governo rio-grandense, para que apanhem a causa do povo indefeso contra os assaltos do capitalismo desumano, que tudo sacrifica a sua insaciável ganância de lucros, as suas ambições de grandeza e de luxo. Agnello Cavalcanti (*O Exemplo*, 07/09/1928, p.01).

Muitos pontos podem ser levados em consideração. Primeiro, a atuação esmagadora do sistema capitalista. A criação de sindicatos pelos patrões acabava por

garantir a manutenção da mais-valia. Segundo, as condições de vida dos operários sujeitos ao sistema. A fome, o frio, a má alimentação e a miséria os colocam no papel de maior exploração e vulnerabilidade. Terceiro, a inserção do trabalhador negro na composição do proletariado rio-grandense.

Ao fazer um apelo no final do texto, o autor escolhe palavras como “em nome do futuro da raça”. Depois de narrar as dificuldades de sobrevivência do proletariado e primar pelo futuro dos *seus* a crônica pressupõe que as dificuldades do proletariado eram as dificuldades da população negra, pois o negro também era o operário (o que não significa que o operariado fosse composto somente de negros, mas sim que eram parte integrante da classe).

Dando continuidade ao capítulo, o próximo item se dedica às denúncias sobre as dificuldades nas condições de vida.

3.2 Carência e carestia, eis a situação operária

O Exemplo e *A Alvorada* narraram os efeitos da crise nos países de capitalismo periférico, como o Brasil, causada pelo final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e, posteriormente, pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque (1929), nos Estados Unidos. Esta conjuntura piorou as condições de vida dos trabalhadores, aumentando o desemprego e a miséria ao longo das décadas de 1920 e 1930. Na Europa esse novo contexto social possibilitou a ascensão de regimes totalitários (ARENDDT, 1989).

Apesar da crescente burocratização nas relações de trabalho, as condições de vida dos operários não obtiveram grandes melhoras. A depressão econômica ocorria em nível mundial e a situação operária foi marcada pela falta de empregos, salários rebaixados e carestia de vida. Em 1928, *O Exemplo* publicou, em relação aos gêneros de primeira necessidade, “os seus preços foram se elevando gradativamente, a ponto de duplicarem, triplicarem, quadruplicarem, numa ascensão vertiginosa, que parece querer atingir as nuvens (*O Exemplo*, 28/09/1928, p.01)”. Rodolpho Xavier lamentou pelos trabalhadores: “em todas as partes do mundo, sozinhos, desamparados, em umas partes mais do que noutras” (*A Alvorada*, 19/08/1934, p.01).

Nesse período, *A Alvorada* publicou alguns artigos, intitulados *Situação Operária*, acusando a precariedade das condições de vida dos operários. Novamente o interlocutor das crônicas foi Rodolpho Xavier. Ele foi um dos mais importantes articulistas do jornal, participou por anos do periódico e era bastante engajado. Mas não era o único a tratar de assuntos relacionados aos trabalhadores.

Ainda que o capitalismo no Brasil se distinga do praticado nos grandes centros urbanos mundiais, a situação de exploração extrema da classe trabalhadora não era muito diferente, pelo que demonstrou os periódicos. Na visão de Rodolpho Xavier, a culpa pela fome, desnutrição, miséria e doenças entre os trabalhadores era do capitalismo e dos capitalistas que gananciosos, só pensavam em seus interesses (*A Alvorada*, 16/09/1934, p.02). Sobre o sistema econômico, Rodolpho Xavier escreveu:

O capitalismo conhecedor profundo do jogo em que entra a crise de trabalho explora a derradeira gota de suor pelo mínimo das ofertas. Em paridade de condições, o homem livre está abaixo do escravo. O “senhor” garantia-lhe o teto, o vestuário e o alimento: o operário não ganha, quando trabalha, nem para uma nem outra necessidade. Se quiser viver com dignidade não pode. Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 19/08/1934, p.01).

Rodolpho Xavier condenava a atitude dos patrões que, baseados na falta de fiscais para inspecionar o cumprimento das leis trabalhistas, desrespeitavam as leis, por exemplo, explorando as mulheres e crianças. As mulheres negras no imediato pós-abolição ocupavam postos de trabalho principalmente destinados a cuidados. O aproveitamento de mulheres em outros ofícios se dava por conta de sua remuneração ser “pelo um terço a menos das diárias em competição com os homens” (*A Alvorada*, 26/08/1934, p.02). Em relação a essa diferença de gênero, Rodolpho Xavier escreveu: “precisamos do Estado, da decretação do salário mínimo e a proibição de diferença de salário, para ambos os sexos” (*A Alvorada*, 19/08/1934, p.01).

Ante a precariedade vivenciada pelos proletários naquele momento, Rodolpho Xavier apontou o governo como também responsável pela crise:

Sabemos que o trabalhador ante a perspectiva e alternativa de sucumbir à fome, ele e a família, se a têm, e a de espírito de solidariedade em defesa de interesses dos companheiros é subjugado pelo ‘prussianismo’ das leis do estômago.

Aos governos, embora lavem as mãos como Pilatos, cabem-lhes grandes responsabilidades pela crise que atravessamos.

Só no estado de S. Paulo o movimento imigratório, de 30 para cá, atingiu: *cento*

e quarenta mil e oitocentos e oito imigrantes!

Por aí se julgue o número dos que entraram dos 19 estados restantes...

Os dirigentes do Brasil, dentro desse período, além de não promoverem trabalho para os que não têm e que residem, introduziram elementos estrangeiros que estavam a braços com a miséria em suas pátrias para sobrecarregar ainda mais a miséria do próprio país!

Elementos que não *lavram um palmo de terra* e que em grande porcentagem se detêm pelas cidades, prejudicando aos nacionais em vista dos “capitais” ser integrados pelos estrangeiros e estes, em primeiro lugar darem trabalho e colocação a seus patrícios! Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 09/09/1934, p.02).

No artigo há uma série de elementos relevantes. Entre eles: a superação da solidariedade entre a classe frente à fome da família; a falta de políticas que acolhiam o trabalhador nacional que acabava ocupando um espaço secundário no mercado de trabalho, principalmente, nas empresas de estrangeiros, que davam preferência à contratação de seus pares; o agravamento da crise econômica causada pelo aumento da população; o excedente populacional que proporciona a formação de uma reserva de mão de obra, a qual buscando sua sobrevivência acaba por ser extremamente explorada pelos patrões.

As ligações étnicas entre os imigrantes facilitavam a criação de uma solidariedade entre a classe (BAK, 2003). As empresas estrangeiras davam preferência por contratar os seus patrícios. E os empregados brasileiros não recebiam o mesmo tratamento que os colegas imigrantes. Mas esse cenário estava mudando: “Cheios de promessas e esperanças, debaixo de uma crise medonha que nos apavora, esperamos, com a entrada do ano novo, a decretação de leis que amparem o braço trabalhador nacional” (*A Alvorada*, 03/01/1932, p.01). O trabalhador brasileiro passou a contar com a lei de nacionalização do trabalho que garantia pelo menos dois terços de trabalhadores brasileiros em todas as empresas.

A lei dos dois terços é, incontestavelmente, um dos passos mais agigantados que os trabalhadores nacionais conquistam, por intermédio da nova orientação dos homens de 3 de outubro. (...) O trabalhador nacional, por essa lei, será garantido nas oficinas, nas indústrias e no comércio e nas empresas estrangeiras que dão de preferência, 50 por cento dos lugares aos seus compatriotas em prejuízo dos filhos do país. Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 03/01/1932, p.01).

A lei, apelidada de “lei dos dois terços”, está vinculada ao aumento das tensões gerada pelo crescimento do movimento operário na Primeira República, além de marcar uma nova maneira de pensar o trabalhador estrangeiro no Brasil após a Revolução de

1930. A necessidade de promulgação de uma lei como essa leva ao questionamento sobre quais eram os espaços ocupados pelos trabalhadores nacionais (leia-se entre eles muitos (as) negros (as), inseridos na construção da classe trabalhadora brasileira).

Mesmo sem se mencionar a cor da pele dos indivíduos, estava em jogo uma prática racista, na qual se praticava exclusões, escolhas e predileções. Nesse caso, os critérios de seleção eram pautados pela cor da pele e pela nacionalidade, na qual os trabalhadores claros e estrangeiros eram os preferidos. Apesar disso, a tese de Rosa (2014), ao analisar o cenário de Porto Alegre, no final do século XIX e início do XX, demonstrou que africanos, seus descendentes e europeus estavam juntos nas primeiras agremiações operárias, conviviam nos bairros pobres, compartilhavam habitações coletivas.

Uma longa tradição historiográfica construiu uma imagem da classe trabalhadora e do mundo do trabalho que “na iconografia, no discurso público e na escrita histórica tem frequentemente sido presumido como branco e masculino” (ROEDIGER, 2013, p.31). No entanto, desde os anos 1980 alguns estudos têm incluído os trabalhadores negros e negras nos debates em torno do trabalho assalariado, como por exemplo, Chalhoub (1986) e Loner (2001). Ainda assim, ainda hoje sobrevive o “paradigma da ausência” em relação ao (a) trabalhador (a) negro (a) nos estudos do mundo do trabalho (NASCIMENTO, 2016; NEGRO; GOMES, 2006).

A escrita de trabalhadores negros em uma imprensa de cunho racial demonstra o lugar a eles destinado (um espaço racializado). As dificuldades, as queixas, as reivindicações, e as lutas cotidianas registradas nesses jornais, fontes dessa pesquisa, permitem compreender esse universo no qual se inseria o (a) trabalhador (a) negro (a) (principalmente os homens, pois são os que mais aparecem nesses dois jornais), parte essencial na compreensão do espaço urbano e industrial gaúcho. Os relatos dos periódicos demonstram que o operariado rio-grandense era composto de negros participativos, que se posicionavam, se manifestavam, criticavam e defendiam seus interesses.

A escrita foi o instrumento empregado que os coloca enquanto protagonistas desse estudo. Os autores dos artigos trabalhados se autodenominavam negros e escreviam para um público de trabalhadores negros. Assim, acionaram uma identidade

de classe e também racial. Nesse sentido, a classe e a raça, não devem ser vistas como categorias separadas. A cor acaba acionada nos impressos em momentos de confrontos com outros trabalhadores, em especial, com os estrangeiros. Ademais, a identidade do (a) trabalhador (a) negro (a) é acionada pela raça.

Além disso, nesses periódicos é possível perceber o trabalhador negro ocupando os mais diversos cargos e profissões no Estado. No caso do *O Exemplo*, eles referenciavam estimadas personalidades negras, de destaque em profissões liberais, tais como: advogados (o próprio Dário de Bittencourt se tornaria um), médicos e, também: funcionários públicos, militares, pintores, escritores, músicos e artistas. Dito isso, o capítulo passa a se debruçar sobre o processo de eleições de representantes políticos escolhidos nas bases dos sindicatos para a Constituinte de 1934.

3.3 Eleições classistas

Nas eleições de 1933, a representação profissional facultava a eleição de deputados classistas, escolhidos pelos sindicatos, órgãos e entidades profissionais, em diferentes regiões, para integrar a Constituinte. Esses representantes possuíam direito de voto e o poder de tomar decisões junto ao Legislativo, da mesma forma que os políticos tradicionais. No ano de 1932, houve um significativo avanço no sistema eleitoral brasileiro, se implantou o voto secreto e o voto feminino (SANTOS, 2003). Porém, outros ainda se encontravam excluídos desse processo como, por exemplo, os analfabetos (que durante o império podiam votar).

Os escritos publicados na *A Alvorada* e no *O Exemplo* evidenciam uma leitura da situação na qual os populares, visando uma transformação nacional de cunho político e social que lhes garantissem melhores condições de vida e ampliassem os seus direitos, teriam passado a manifestar sua descrença nos políticos e na política brasileira, por conta dos resquícios do clientelismo, isto é, dos apadrinhamentos que beneficiavam e privilegiavam alguns grupos. Manifestou Rodolpho Xavier: “organização e representação

de classes, eis a encenação que prometem levar ao tablado da política brasileira⁶³ (A *Alvorada*, 17/07/1932, p.01).

Nesse sentido, a representação classista seria uma estratégia para se atingir uma representação popular. Segundo Barreto, havia entre as organizações diretamente vinculadas ao poder, mais do que um desejo de promover “uma moralização do sistema político”, havia uma perspectiva de “alterar a composição institucional do Estado” (2002, p.09). No entanto, afirma o autor: “não pretendia ser um movimento de massas e sim, uma organização fechada e elitista, marcadamente nacional” (2002, p.11). A representação classista se manteve até a implantação do Estado Novo, pelo governo Vargas.

A partir de 1931, A *Alvorada* acompanhou os acontecimentos gerados em torno desse fato demonstrando a sua inserção política nos interesses dos trabalhadores de Pelotas. Justificou Rodolpho: “o assunto é vasto e complexo” (A *Alvorada*, 24/07/1932, p.01). No início, os artigos enalteciam os sindicatos e o seu papel, em parte, pela expectativa na relação sindical junto aos governos.

Assinado por Rui Topin, um artigo tratou da relação entre os sindicatos e as classes. “Proletário pelotense une-te”, dizia o título (A *Alvorada*, 11/06/1933, p.02). Essa era uma provável alusão ao *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels. A apropriação desta e de outras obras de Marx apareceu ao longo de várias edições da A *Alvorada*. O uso da frase provavelmente teve o intuito de conscientizar os operários a unirem-se contra sua exploração. O artigo tratava das lutas internas travadas nos sindicatos.

Realmente, por grande que seja a confusão ideológica existente no meio proletário, recém-despertado da letargia em que estava, por muito que lhe prejudique o desconhecimento do rumo a seguir para sua libertação, - ainda assim não há justificativa para desculpar esse **erro de consentir que seja quebrada a união de classe**, em uma luta estéril, injusta, que somente serve aos interesses da burguesia e enfraquece o proletariado! (A *Alvorada*, 11/06/1933, p.02, grifo meu).

A respeito das divergências nos sindicatos, o autor disse: “Temos assistido a lutas travadas entre proletários. Isto é um crime!” (A *Alvorada*, 11/06/1933, p.02). E, nesse mesmo texto foi ordenado aos operários: “Voltem aos sindicatos os camaradas

⁶³ Este texto consta no jornal sob o título de *Sindicatos*.

excluídos num momento de irreflexão” (*A Alvorada*, 11/06/1933, p.02). Nesse momento, o jornal serviu como um meio de acalmar os ânimos, publicando: “Harmonizem-se! Saiba cada um ceder um pouco no interesse da grande causa!” (*A Alvorada*, 11/06/1933, p.02).

As rivalidades e conflitos nesses espaços foram despertados pela possibilidade de que qualquer um dentro dele poderia ser indicado como delegado (primeira etapa para a eleição de deputado classista). Na visão de Rodolpho Xavier, alguns sujeitos se aproveitavam dessa oportunidade para ingressar no sistema político. E, quando conseguiam, deixavam de representar os interesses da classe em prol de seus interesses, trocando a causa operária para se corromper ao sistema. Esse tipo de prática Rodolpho chamava de “politicagem”.

As ambições são em maior ou menor parcela, atributos da espécie humana, com tudo, sobressaem, nas representações políticas pelo egoísmo na elevação de mando... Os atos governamentais têm sido adquiridos pelos reflexos da pressão das classes trabalhadoras do mundo inteiro, e jamais pela representação de politiquinhos quaisquer que sejam os rótulos empregados.⁶⁴ (*A Alvorada*, 09/04/1933, p.02).

No artigo *Representação de classe* (*A Alvorada*, 10/09/1933) o jornal dialogou com outros veículos de comunicação que expressaram suas opiniões a respeito dessa política, entre eles, o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã*, ambos de circulação na cidade de Rio Grande. A crítica denunciava o fato de que patrões (médicos, bacharéis...) formaram sindicatos para ocupar um espaço na política e defender seus interesses contra o trabalhador, assim poderiam se eleger deputados classistas. Seus interesses eram em defesa do capital e deles mesmos.

Carlos da Silva Santos⁶⁵ (1904-1989) era negro, oriundo da cidade de Rio Grande. Ele foi metalúrgico de profissão, posteriormente, formou-se em direito e exerceu carreira política. Entre as organizações operárias por ele fundadas estavam: o Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Rio Grande e a Liga Operária Riograndina. Já entre os espaços étnicos fundou, ainda na mesma cidade, o Centro Cultural Marcílio Dias (1936). No ano de 1934 ele foi o delegado dos metalúrgicos no processo de eleição classista. Tendo sido eleito deputado estadual (por meio das eleições classistas) em 1935,

⁶⁴ Este texto possui o título *A politicagem e os sindicatos*.

⁶⁵ Em relação à trajetória de Carlos Santos, ver Clemente, Barbosa (1995);

exercendo seu mandato até 1937. Ele se tornou o primeiro operário negro a ser eleito Deputado Estadual. Posteriormente, se manteve na política, tendo sido na década de 1960, pelo PTB, o primeiro negro empossado no cargo de governador do Estado. Durante sua carreira política, se dedicou a questões operárias e raciais.

Carlos Santos e *A Alvorada* trocaram correspondências em alguns momentos. Em 1932, *A Alvorada* publicou um artigo de autoria dele, intitulado “negros, sociedade e família” (05/05/1932). Quando os membros do jornal fundaram a *Frente Negra Pelotense*, Carlos Santos queria saber mais sobre a atuação da organização e foi logo se declarando irmão de sangue. Carlos Santos foi convidado a ser delegado da organização, mas recusou a oferta alegando que não tinha tempo para tal.

A *Frente Negra Pelotense* teve um importante papel no Estado. Sua atuação não se limitava a cidade de Pelotas e, é fazendo alguns apontamentos em relação a essa organização que esse capítulo se encerra.

3.4 Educai vossos filhos: a atuação da *Frente Negra Pelotense*

A *Frente Negra Brasileira* (FNB) foi um movimento⁶⁶ social e de organização negra que teve início na cidade de São Paulo (GOMES, 2009). Os membros da organização pleiteavam a integração das populações negras em todos os segmentos sociais da vida brasileira e protestavam contra o preconceito racial. Sua fundação é datada em 16 de setembro de 1931 e seu primeiro presidente foi Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978), que ocupou o cargo até junho de 1934, dando lugar a Justiniano Costa, presidindo-a até sua extinção. No ano de 1936 a FNB foi registrada como um partido político⁶⁷ (PEREIRA, 2014) e, em 1937, quando Vargas encerrou as atividades eleitorais no país, pondo fim aos partidos, a FNB acabou extinta.

De acordo com Domingues (2007), a Frente Negra Brasileira não nasce “da noite para o dia”, ela foi o resultado do acúmulo de experiências organizativas dos negros no pós-abolição. O uso da inferência à nacionalidade brasileira no nome da Frente

⁶⁶ Para Domingues (2007) a *Frente Negra Brasileira* foi um movimento de massas, já para Gomes (2005) ela não foi.

⁶⁷ *A Alvorada* considera que a inscrição da *Frente Negra Brasileira* como um partido político foi uma grande vitória (*A Alvorada*, 29/09/35).

demonstra o caráter nacionalista, ao mesmo tempo em que reivindica a cidadania do negro brasileiro. A partir de 18 de março de 1933, seus integrantes passaram a produzir o seu próprio jornal, *A Voz da Raça*, divulgando suas ideias.

A *Alvorada* divulgou entre os seus leitores a fundação da Frente Negra Brasileira (*A Alvorada*, 28/02/1932). Meses depois Dário Nunes, então diretor da folha, recebeu uma carta de um de seus leitores pedindo para que o jornal desse a sua opinião sobre a fundação de organizações como a FNB. A carta, publicada no semanário, era um protesto contra a FNB e nesse mesmo caderno eles expressaram sua opinião sobre o fato. O principal argumento contra a FNB era de que “devemos combater o preconceito pelas nossas condutas públicas e particulares, e pela educação que damos as nossas famílias, para entrarmos em qualquer recinto de cabeça erguida, e não, por meio de separações sociais ou coletividades” (*A Alvorada*, 28/02/1932, p.03). Como resposta *A Alvorada* expressou:

No nosso entender (podemos errar) essa associação contará com o apoio geral porque, é certo, que estando a frente desse movimento reivindicador os maiores intelectuais da raça etiópica paulista, não se irá provocar uma revolução nem se irá desrespeitar os nossos irmãos pelo simples fato da diferença da pele. Se o ilustre patricio Sr. Simeão M. Silva conhecesse a história da nossa vida pelotense nos daria razão.

Aqui, não vai longe o tempo, o negro não tinha direito a entrar em um café qualquer, numa confeitaria, num cinema, nem os filhos de negros podiam entrar para os nossos ginásios a não ser que se procurasse um pistolão⁶⁸!

No Rio Grande, houve época em que na praça não era permitido ao negro passear na mesma calçada com a raça branca. Aqui no sul, ainda existem lugares, alias pequenos, onde a raça negra não tem direito a coisa alguma.

Tem razão o missivista, lembrando que o Brasil vive sob o regime democrático, cuja constituição garante a todos a mesma igualdade, os mesmos direitos.

Isso não altera que o preconceito predomine no cérebro de muita gente. (...)

A Frente Negra Brasileira – desculpe-me o talentoso missivista – não é uma afronta à raça branca, mas sim uma demonstração de quem nem sempre deve existir no nosso país o antigo regime das épocas coloniais. (...) Desde 1888, ano da abolição, até hoje, não se conseguiu apagar esse borrão [a escravidão] fazendo com que todos os brasileiros se amassem mutuamente sem distinção de cores. (*A Alvorada*, 28/02/1932, p.03).

Na mesma ideia de fundação de Frentes Únicas, esse tipo de organização se espalhou por Salvador, Pelotas e Pernambuco. No Rio Grande do Sul, a *Frente Negra Pelotense* (FNP) foi fundada a 10 de maio de 1933, por José Aauto Ferreira da Silva, Carlos Torres, Juvenal Penny, Humberto de Farias e Miguel Barros, todos integrantes da

⁶⁸ Essa expressão se refere a alguém que possa indicar e dar boas referências de outro alguém.

A Alvorada. Por conta do preconceito racial em Pelotas, especialmente, pela rejeição de crianças negras em escolas (um espaço extremamente racializado), esses homens viram a necessidade de criar uma entidade forte para combate ao racismo.

Essa Frente não era vinculada a de São Paulo, mas mantinham contato. Em relação à peculiaridade da Frente de Pelotas, tinha um caráter mais sindical, inclusive mantendo alianças com organizações classistas (GOMES, 2009; LONER, 1999). Ela apresentava uma dupla militância em associações raciais e de classe.

Para ser sócio era preciso ter mais de 16 anos. A diretoria da *Frente Negra Pelotense* só poderia ser ocupada por negros, mas aceitavam até 10% de sócios de outras “raças”. Entre os objetivos da organização constava: reunir todos os negros ministrando-lhes ideias, ensinamentos nobres e altruísticos; procurar condições de melhoria intelectual dos associados; amparar os sócios com possível assistência hospitalar; realizar palestras e conferências, todas as ações possíveis para elevar o homem negro; organizar bibliotecas e cursos de alfabetização; pleitear a admissão de elementos de cor aproveitável nos ginásios.

O jornal noticiou como uma grande vitória da FNP, na cidade, a matrícula gratuita do jovem Raimundo Cupertino Xavier no Colégio Pelotense (*A Alvorada*, 27/01/35). Depois da Fundação da FNP, *A Alvorada* abraçou uma forte campanha pela educação, aconselhavam a população negra a educar-se, dialogando com os jovens e com as famílias. Eles condenavam o analfabetismo e, acreditavam que a educação seria capaz de valorizá-los assim como a sua cultura. *A Alvorada* também contribuiu para a educação com suas crônicas e poesias, por exemplo. Em alguns momentos, chegaram a apontar que os problemas nas relações sociais gerados pela racialização seriam superados com a educação: “quereis que vossos filhos sejam felizes, e que futuramente não haja distinção entre brancos e pretos? Mandai-os educar convenientemente” (*A Alvorada*, 15/01/1933, p.01).

De acordo com Siqueira (2009), a necessidade de criar escolas e bibliotecas era parte do esforço de associações negras, em resposta à falta de acesso à educação para os seus. Sobre a educação, *O Exemplo* manifestou: “O povo precisa de instrução antes de tudo. E a instrução que não é privilégio de ninguém, tanto se bebe numa escola

pública e particular, num ginásio, católico, maçom ou protestante, na faculdade oficial ou não oficial!” (*O Exemplo*, 13/12/1929, p.02).

Na verdade, o artigo publicado defendia a liberdade profissional. Os curandeiros estavam sendo impedidos de entrar em hospitais, nos quais somente os médicos estavam autorizados a atuar. Esse fato gerou diversas crônicas no jornal e muita revolta. Entre seus argumentos estava o fato de que os médicos também faziam testes com as pessoas, às colocavam em risco e nem sempre acertavam. Os saberes populares estavam sendo menosprezados pela ciência e, *O Exemplo* demonstrou sua insatisfação com o fato. Ainda em relação à educação, nesse momento também era uma preocupação das associações operárias (FORTES, 1999).

Entre os membros da FNP estavam: Waldemar R. da Silva, Alexandre Correia, Francisco Paula Alves da Fonseca, Humberto de Freitas, José Penny, Celso Davila Selas, Miguel Barros, Paulo Santos Casado, Jose M. Falcão, Balduino Oliveira, Joaquim Pedro Cardoso, Dirceu Alves, João Baptista Bernarbé, Fernando Vargas, Julio Ribeiro, Carlos Torres, José Auto Ferreira da Silva, Ivo Porto, Juvenal Penny, Rodolpho Xavier, Armando Vargas, João Ribeiro, João A. Rodrigues, Manoel I. Lima, Julio Ribeiro. Além de Alberto Souza e José Maria da Silveira Falcão; José Gomes Falcão e Lourival Louchang, Carlos Falcão, Tenente João Bueno, Alberto Souza, H. Valdemar Gonçalves da Silva, José M. da Silveira. Todos esses nomes foram divulgados pela *A Alvorada* (18/11/34, 10/11/35).

A sede provisória da organização se situava na Rua General Argolo, 145 (*A Alvorada*, 07/01/1934). A FNP fazia suas reuniões em sedes de entidades negras, como, por exemplo, nos Clubes culturais *Fica Ahí pra ir Dizendo* e *Está tudo certo*. Ela também organizava festivais no Círculo Operário Pelotense.

A FNP se fez representar no I Congresso Afro Brasileiro, por Miguel Barros (*A Alvorada*, 11/11/34). *A Alvorada* apresentou um relatório completo do I Congresso Afro-Brasileiro, em Recife, onde foi criado o Instituto Afro-brasileiro em 15/11/34 (*A Alvorada*, 13/01/35). Ainda em sua viagem pelo Recife, Miguel Barros ajudou a fundar a Frente Negra Pernambucana.

Por conta da data de 13 de maio, a FNP visitava os centros negros em Pelotas e orientava para que mantivessem suas bandeiras a meio mastro em homenagem ao dia.

Ao completar dois anos da FNP, Humberto de Freitas escreveu um artigo lembrando a luta pela igualdade dos negros e contra o racismo. Afirmou ele que a Frente Negra tinha por escopo ser a entidade máxima dos negros (*A Alvorada*, 12/05/35).

A FNP criou, em 1934, a *Vanguarda Frente Negrina* cujo objetivo era batalhar pela sede permanente da Frente. Nesse mesmo ano, a FNP se ocupou com a organização de uma legião feminina, que escrevia artigos, publicados na *A Alvorada*. Nessas crônicas fizeram críticas a mulheres e homens negros que não fortaleciam as organizações da raça. Elas consideravam que a luta era árdua, mesmo assim acreditavam na necessidade de tentar.

A Frente Negra Pelotense realizou diversas atividades que auxiliaram na valorização e reconhecimento da população negra, atuando tanto em espaços culturais quanto em ambientes destinados aos trabalhadores. Ela foi mais uma das estratégias de defesa dos interesses dos (as) negros (as) em relação à obtenção de seus direitos básicos, tais como a igualdade e a educação.

O próximo capítulo se dedica a entender um pouco mais a maneira como os integrantes dos dois jornais operacionalizavam a categoria raça. Essa última parte contém algumas reflexões a respeito das ideias de determinismos associados à raça.

CAPÍTULO 4

VOCABULÁRIO E QUESTÕES RACIAIS

Recentemente, o pós-abolição era visto na historiografia apenas como um marco cronológico. Atualmente⁶⁹, vem sendo construída a concepção de que se trata de um contexto de manutenção de condições existentes no período escravista. A manutenção de continuidades é resultado do caráter incompleto da efetivação da cidadania e da igualdade para os negros após a Abolição da escravatura. O pós-abolição é concebido enquanto um momento histórico de construção e busca pela liberdade (MATTOS; RIOS, 2005). Portanto, cronologicamente, ele só terminaria quando tivéssemos o fim de estruturas como formas de tratamento e mentalidades que levam ao preconceito racial, e também, a imposições de barreiras sociais à população negra.

Gomes (2005) destacou que é preciso entender as lógicas conferidas pelos sujeitos. Os estudos que vem sendo desenvolvidos com base nessa perspectiva demonstram que existem formas de resistência que são cotidianas⁷⁰, para além daquelas por meio de conflitos. A imprensa negra, por exemplo, se insere nessa compreensão. O campo de emancipações e pós-abolição busca, numa perspectiva social e cultural, entender as organizações, as estratégias de sobrevivência nas

⁶⁹ A mudança na percepção do pós-abolição vem sendo construída por estudos que contribuíram para a formação de um campo epistemológico específico na historiografia brasileira. Em 2013, na cidade de Natal-RN, durante a realização de uma ANPUH, foi fundado o GT Emancipações e pós-abolição, estabelecendo-se também em sedes estaduais. O manifesto de fundação do GT Emancipações e pós-abolição nacional e as bases de fundamentação do campo, presentes no manifesto, estão disponíveis no blog do GT: <https://emancipacoeseaposabolicao.wordpress.com>

⁷⁰ Em 2011, Flávio Gomes e Petronio Domingues reuniram alguns artigos, no livro *Experiências da Emancipação*, que auxiliam a entender a perspectiva de observar o protagonismo negro apontando para diferentes experiências. No ano de 2012, em evento, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), participaram vários pesquisadores que se propuseram a pensar o pós-abolição no Atlântico. Desse evento nasceu uma coleção em três volumes de textos que debatem política, cultura e sociedade. Denominada de *História do pós-abolição no mundo atlântico*, a coleção de 2014 contempla textos de diferentes pesquisadores que estão se dedicando ao campo. A criação do GT é fruto de uma demanda e do aumento de pesquisas vinculadas ao tema.

escolhas de negros (as). Para isso, a questão da cor é fundamental, no entanto, nem sempre ela se faz presente nas fontes (MATTOS, 2013).

A cor da pele é uma característica fenotípica que pode variar. Ela é um aspecto parcial da aparência física que é tomada como indicativo da pertença racial, a partir das tonalidades da pele. Ou seja, ela se torna uma metonímia para a explicação de uma ideia racial. Cor não é a mesma coisa que raça, mas uma característica dela, ou seja, é usada para expressar raça (ROSA, 2014). Já a raça é uma categoria construída historicamente na qual as diferenças sociais se estabelecem a partir da pressuposição de diferenças biológicas.

De acordo com os estudos realizados pelos historiadores identificados com o campo de emancipações e pós-abolição é importante e fundamental dar conta de perceber como as categorias raciais passaram a ser acionadas e, como elas se faziam. Isso porque refletir sobre a historicidade desses conceitos possibilita compreender alguns dos problemas existentes ainda hoje devido ao impacto das crenças raciais. Nesse sentido, este capítulo apresenta a imprensa negra como um mecanismo de debate a respeito dessa ideia, destacando como os membros da comunidade que circundavam esses jornais operacionalizavam com algumas categorias raciais.

A primeira parte do capítulo foca nas discussões sobre as ideias de raça e o emprego do termo. Já a segunda, apresenta como a cor era acionada dentro do vocabulário racial utilizado pelos jornais negros estudados. O terceiro tópico se concentra nas denúncias de racismo que foram veiculados nesses impressos. Por fim, apontamentos sobre o modo como os membros dessa imprensa se autodenominavam encerram as observações do capítulo.

4.1 Diálogos em torno da categoria raça

A escravidão na América foi pautada por uma questão racial e se sustentou com base nela. No entanto, com a extinção dessa instituição, as influências raciais continuaram atuando nas relações sociais. Scott (2005), em seu estudo sobre a Louisiana e Cuba, foi pioneira em comprovar que com o final da escravidão a noção de raça não desapareceu, pelo contrário, continuou e acabou se ampliando. Assim, a

categoria raça se tornou fundamental para a compreensão das dinâmicas da história da América. O artigo da autora foi significativo por demarcar uma nova forma de pensar no qual a racialização passou a estar no centro dos estudos de emancipações e pós-abolição.

Por racialização, se entende como as categorias raciais são construídas e transformadas ao longo do tempo e, como elas são disputadas pelos sujeitos sociais. Trata-se de um processo de categorização social a partir de traços de distintividade racial, traduzida na utilização generalizada da noção de raça (SCHUCMAN, 2012).

Raça é uma construção social⁷¹ que circunda vários atores historicamente inscritos em contextos que garantem inteligibilidade à categoria. A raça⁷² e os seus sentidos somente existem nos sistemas sociais em que há uma “hierarquização das populações, baseada em características físicas e em outros elementos sociais e culturais atribuídos a essas características” (SILVA, 2010, p.31).

A raça possui uma história e uma historicidade. Ela não é uma categoria fixa. O significado hoje atribuído ao conceito não é o mesmo que se tinha outrora, e essas mudanças estão ligadas a lutas sociais. A raça, geralmente, era empregada para justificar a inferiorização social do negro e os empecilhos ao livre exercício de sua cidadania⁷³.

O surgimento da noção de raça no Brasil foi um processo complexo, bastante difícil de datar com precisão já que tal noção estava sujeita às variações contextuais e às múltiplas apropriações por diferentes grupos sociais conforme suas buscas por distinção e suas conveniências políticas; sua emergência pode ser apreendida a partir de diferentes temporalidades e pontos de vista, justamente porque ocorreu de forma disseminada, da base ao topo do edifício social. (ROSA, 2014, p.10-11)

A raça foi objeto de muitas reflexões entre os intelectuais, que lhe atribuíram diversas ressignificações tanto em âmbito nacional quanto internacional (HOFBAUER, 2006). Por exemplo, o I Congresso Afro-brasileiro (1934) e o II Congresso Afro-brasileiro

⁷¹ Esse entendimento é partilhado por autores como: Maggie, Rezende (2001).

⁷² No que se refere às origens do termo, ver Hofbauer (2006).

⁷³ Em relação à luta pelo reconhecimento da cidadania ver Mac Cord (2012).

(1937)⁷⁴ continham em seus programas debates teóricos sobre a categoria (SILVA, 2010). Nesse momento, muitas pesquisas esparsas em relação a práticas africanas e afro-brasileiras foram produzidas, e se tornaram importantes para o desenvolvimento da historiografia e das ciências sociais.

Os periódicos negros dialogaram com essa categoria. Eles também se apropriaram dela, ressignificando-a enquanto um critério aglutinador, que seria capaz de fortalecer politicamente a população de cor na busca por melhores condições de trabalho, de vida e de cidadania (GUIMARÃES, 2002). Assim, continuar utilizando a categoria raça passou a ter um sentido político, “não mais compreendida com significados depreciativos, inferiorizantes e ‘naturais’, mas como um fator de união para atingir determinados objetivos” (ROSA, 2014, p.285).

Nos jornais estudados, *A Alvorada* e *O Exemplo*, o debate em torno da raça ocorre em diversos momentos. Por exemplo, ao denunciar casos de preconceito e ao se defender de sua suposta inferioridade. Um dos sentidos conferidos à raça pelos impressos se assemelhava ao que hoje se entende por etnia⁷⁵. Naquele momento, ainda não havia uma separação clara entre os dois conceitos que não eram concebidos com o mesmo sentido obtido hoje. Raça e etnia não eram vistas como distintas. Com isso, é possível perceber um processo de racialização das nacionalidades. Por exemplo, quando esses periódicos faziam uso de vocábulos como “raça etiópica” (*A Alvorada*, 16/07/1933; *O Exemplo*, 30/06/1922) e “raça africana” (*A Alvorada*, 14/05/1933).

O Exemplo inúmeras vezes denunciou o preconceito racial, em especial no Rio Grande do Sul (muitos casos ocorridos na cidade de Pelotas). O jornal chegou a publicar que este era o Estado “em que mais impera este impatriótico, feio e absurdo preconceito de casta” (*O Exemplo*, 03/07/1927, p.01). Neste mesmo artigo, o jornal afirmou que “não se discute, porém, a supremacia de nenhuma raça. Comenta-se a sua igualdade, só” (*O Exemplo*, 03/07/1927, p.01).

⁷⁴ O II Congresso Afro-brasileiro foi realizado em Salvador, no ano de 1937, e entre seus membros estavam: Dante de Laytano, Arthur Ramos, Edson Carneiro, Aydano do Couto Ferraz, Reginaldo Guimarães, entre outros.

⁷⁵ Etnia é demarcada por uma coletividade sociocultural, ou seja, está vinculada a uma cultura própria, por exemplo, manifestada através de costumes e língua. Em relação ao conceito de etnia ver: Poutignat e Streiff-Fenart (2011), Silva e Silva (2009).

No que se refere às discussões raciais, o semanário se mostrou bastante informado dos acontecimentos internacionais, em especial, dos Estados Unidos. Diversos foram os casos de matérias copiadas de outros veículos de comunicação, como acontece com um artigo, retirado do último editorial da revista *A verdade*:

QUESTÕES DE RAÇA

Ainda não se aquietaram os espíritos revoltados pelas reformas sociais ocasionadas pela grande guerra, no velho continente, e já os horizontes tornam a turvar-se com a perspectiva de uma nova luta, possivelmente, mais temível, pelos precedentes históricos e pela fundamentação das causas pelas quais algumas dezenas de milhões de homens bater-se-ão em futuro próximo. Trata-se da instituição dos direitos da raça negra, ora discutida pelas classes interessadas na grande República Americana. (...) Mais de uma vez temos demonstrado pelas colunas desta revista, as desastrosas consequências dos preconceitos sociais e religiosos, e mais uma vez, realçaremos tais inconvenientes, como fatores perigosos na vida futura das sociedades, ainda apegadas a estas aberrações morais que constituem o eterno entrave à comunhão universal.

A luta destas raças remonta a época dos semitas e arianos, há alguns milhares de anos. (...)

Hoje, porém em pleno século da reivindicação de direitos, em que a força das leis não mais se revela pelas leis da força, não é justo que se perpetue este estado de coisas, em flagrante constante com os princípios de liberdade, pelos quais a raça negra também tem cooperado grandemente, com a mais nobre abnegação. (*O Exemplo*, 06/03/1921, p.01).

De subtítulo do artigo estava escrito “perspectiva de uma nova guerra”. Ao fim da Primeira Guerra Mundial, diante da insatisfação com as reformas sociais implantadas, a incompletude dos direitos da cidadania negra fazia com que os ânimos exaltados aumentassem entre a população negra de diversos países. Segue o texto:

Na história de todos os países, o sangue dos negros tem regado os solos libertos das tiranias dinásticas, ou das instituições opressoras, entretanto, na maior parte deles, esta raça constitui um elemento a parte, sem direitos, sem cuidados, sem garantias. (*O Exemplo*, 06/03/1921, p.01).

O descontentamento com o imperialismo e o colonialismo, e de outros métodos autoritários utilizados pelas grandes potências na submissão de outros povos, esteve presente, não apenas nesse, como em outros cadernos do *O Exemplo*. Esta posição pode ser interpretada como sendo um reflexo do descontentamento frente à retaliação do continente africano por parte das grandes potências capitalistas que vinha sendo feita desde final do século XIX e que gerou uma série de conflitos. Nesse trecho foi enfatizado um dos principais problemas enfrentados pelos (as) negros (as) no pós-abolição, que é a sua cidadania incompleta.

Tanto *O Exemplo* quanto *A Alvorada* demonstraram através de seus textos que acreditavam na superação do racismo na sociedade brasileira, mas nunca negaram sua existência de fato. *A Alvorada* era mais dura na sua visão e percepção do racismo, em relação ao periódico porto-alegrense. O racismo ocorre de diferentes formas nas relações sociais e *O Exemplo*, em diversos casos, apontou que a realidade norte-americana era bem mais cruel do que a brasileira.

Essas comparações eram baseadas em modelos nacionais pré-concebidos. Tratava-se de uma construção discursiva que foi legitimada pela ciência (SILVA, 2010). É preciso lembrar que no Brasil, a segregação racial não foi amparada pelas leis, mesmo estando institucionalizada, diferentemente do que ocorria nos Estados Unidos, por exemplo. No entanto, as interpretações em cima dessas comparações exigem muitos cuidados, afinal, tratava-se de duas realidades completamente diferentes. Em nenhum momento os redatores do *O Exemplo* negaram que o preconceito racial fazia parte da realidade brasileira, mas apontavam que as relações sociais norte-americanas conseguiam ser ainda mais cruéis do que no Brasil. Ainda tratando dos Estados Unidos afirmavam:

A seleção é de tal ordem que os negros se agruparam em pontos determinados do território, constituindo o seu mundo a parte, vivendo como estranhos em sua própria pátria. (...)

Desde então foram fundadas sociedades esportivas, literárias, científicas, salientando-se entre estas últimas, notáveis universidades. (...)

E eis que de súbito, surge com considerável prestígio e violência, com real sucesso, a *International Negro Conference*, realizada em agosto do corrente ano, em New York, com adesão de alguns milhões de homens.

Pouco antes, em uma reunião no Madison-Square Garden, o Sr. Marcus Garvey, diante de mais de vinte mil pessoas, assim se expressou:

A raça negra está resolvida a não mais sofrer. Chegou o momento para os 40 milhões de negros da África reclamarem e não perguntarem à Inglaterra, à França, à Bélgica, e à Itália: porque estas aqui? Mas de dar-lhes ordem de sair. O que é bom para o branco, continua o orador, é bom para o negro: isto é, a liberdade, a independência e a democracia. Não temos escusa a dar, nenhum compromisso a propor. Se os ingleses reclamam a Inglaterra, os franceses a França e os italianos a Itália, como sua pátria natal, os negros reclamam com o mesmo título a África e derramarão seu sangue para obtê-la. Redigiremos uma Declaração de Direitos pra todas as raças negras, com uma Constituição para governar os seus destinos... A mais sangrenta de todas as guerras está ainda para vir, quando a Europa ensaiar as suas forças contra a Ásia. Será, então, a ocasião para os negros, o momento de tirar a espada, a redenção da África. (*O Exemplo*, 06/03/1921, p.01).

Marcus Garvey⁷⁶ (1887-1940) era jamaicano e viajou por muitos países, tendo residido em Londres e nos Estados Unidos, de onde foi deportado. Garvey lutou pelo resgate do orgulho em ser negro e foi um ativista do movimento nacionalista negro. Ele é conhecido por ter idealizado o movimento de “volta para a África” e foi considerado o primeiro herói nacional da Jamaica. Continua o artigo:

E o Dr. Du Bois, que dirige a opinião de cerca de duzentos milhões de representantes dessa raça, declara abertamente em sua recente publicação que é preciso seja concedido mais um pouco de consideração as raças de cor, sob a denominação de *negroides*, constituídas pelas populações das Índias Orientais e parte da China, pois esta maioria há tanto tempo oprimida, suprimida e explorada, começa a ter consciência ao mesmo tempo da maneira intolerável por que é tratada e da sua formidável força.

E eis como se toldam, novamente os horizontes do futuro, simplesmente pela absoluta falta de aplicação de um rudimentar princípio de moral cristã que deveria alicerçar o edifício político-social dessas grandes democracias coroadas ou constitucionais, que tantas vezes tem se servido dos símbolos cristãos para incitar os seus soldados a lutar pela liberdade dos povos... (*O Exemplo*, 06/03/1921, p.01).

A questão central debatida no texto era a cidadania negra. Dois grandes nomes internacionalmente conhecidos por conta de suas lutas pelos direitos dos negros são citados nesse texto. O primeiro, já mencionado, Marcus Garvey, enquanto o segundo, W.E.B. Du Bois (1868-1963) nasceu nos Estados Unidos e era de origem ganesa. Ele se dedicou à justiça social e racial, tendo escrito ao longo de sua vida algumas problematizações sobre raça⁷⁷ e, sobre o descobrimento do ser negro e sua consciência (HOLT, 1995). Ele tentou conceituá-la em oposição à concepção biológica, percebendo-a como um conceito sócio histórico (APPIAH,1997). Entre as suas estratégias para vencer o preconceito estava a negação das diferenças entre brancos e negros. Du Bois lançou as bases intelectuais e práticas do movimento pan-africano⁷⁸.

Ainda abordando as tensões raciais em âmbito internacional, *O Exemplo* publicou “o despertar da raça negra” (10/07/1921). Disse que se tratava de uma “guerra surda

⁷⁶ Mais informações a respeito de Marcus Garvey podem ser encontradas em Garvey (1968).

⁷⁷ Entre os importantes livros escritos do historiador estão Du Bois (1999) e (2010).

⁷⁸ O pan-africanismo propõe uma unidade entre as pessoas negras espalhadas pelo mundo devido à conjuntura diaspórica. Também a cooperação entre as nações africanas no que se refere à política e economia. O movimento auxilia na formação de uma consciência de organização entre as pessoas negras na luta por seus direitos. Também participam desse movimento Booker T. Washington e Edward Blayden. O pan-africanismo acaba se dividindo por influência de vertentes políticas. Sobre o pan-africanismo ver Decraene (1962). No Brasil, Abdias do Nascimento foi o difusor do Pan-africanismo, ver: Nascimento (2002).

das raças, o conflito latente entre o homem preto e o branco” (*O Exemplo*, 10/07/1921, p.01). O colonialismo e imperialismo foram retomados:

(...) Os negros têm velhas contas a saldar, contas seculares de opressão e crueldade.

A propósito, lancemos um olhar retrospectivo, embora rapidamente, ao passado do negro, desde os remotos tempos em que se pôs em contato. Só conhecemos um país inteiramente negro, que tem vida política realmente autônoma, em todo o Universo; nenhum outro país há que goze independência.

Meia dúzia de potências europeias retalhou entre si o continente negro. Rio de sangue tem fluído até aqui, para que o domínio espoliativo do branco chegue até o ponto a que chegou a nossos dias.

Na América, poderemos assinalar agrupamentos negros com soberania própria, no Haiti e São Domingos; não se pode dizer que nessas repúblicas o negro exerça a sua autoridade política, com legitimidade étnica. Há influências exteriores que na prática restringem a influência do negro, por considera-lo inferior as exigências da liberdade e da independência política.

Mal grado as declarações dos direitos sociais e políticos que as constituições de vários países estabelecem sobre a igualdade dos homens sem distinção de cor, o preto é sempre olhado com desprezo pelo branco. É posto a margem, não se cogita dela; para o negro estão reservados o mesmo que nos tempos de antanho – os destinos na cabana do Pai Tomaz, sopra trombone, toca tambor, quem dança é o branco; carrega bagagens, como as mulas e, o branco cavalga; e segue os olhos a uma mulher branca é perseguido a pão como um cachorro. (*O Exemplo*, 10/07/1921, p.01).

O artigo faz referência à união dos negros e negras nas lutas por seus direitos. Mesmo falando da realidade norte-americana, com base no *O Exemplo* e *A Alvorada*, é perceptível que havia aqui no sul esse mesmo desejo.

No Brasil, (além da não homogeneidade de percepções raciais, ideias, experiências...) existe um grande problema em unir os (as) negros (as), que dialoga com a formação de sua identidade. Para Souza (1983) ninguém nasce negro, as pessoas se tornam negras na medida em que assumem essa identidade. Assim como a raça, a identidade também é uma categoria discursiva que acaba criando uma polaridade. No Brasil, não é uma tarefa fácil determinar quem de fato é negro. Geralmente, essa vinculação está relacionada com a manifestação fenotípica da cor da pele escura (MUNANGA, 2004). A força do ideário do branqueamento cria a inclusão e a exclusão daqueles que permeiam a polaridade negro x branco. Nogueira (2006) escreveu sobre as diferentes percepções sobre o preconceito racial nos Estados Unidos e no Brasil, entendendo o primeiro como de origem e o segundo como de marca. No texto, o autor aponta, através de doze itens, as diferenças na forma como eles se manifestam.

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é *de marca*; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é *de origem*. (NOGUEIRA, 2006, p.292)

No ano de 1934, na cidade de Recife, em Pernambuco, foi realizado o I Congresso Afro-brasileiro, ocorrido no Teatro Santa Izabel, entre os dias 11 a 16 de novembro. O congresso foi idealizado por Solano Trindade⁷⁹ e encabeçado por Gilberto Freyre (1900-1987). O encontro tinha a importante proposta de estudar a trajetória do negro e sua contribuição no processo de formação da identidade sociocultural do país. Ao discutir sobre a formação da identidade nacional, os participantes dialogavam com o conceito de raça e cultura, através de debates sobre escravidão africana, problemas de aculturação do negro, variações antropométricas raciais e, mesmo, do livro *Casa Grande e Senzala*, de Freyre (1933). Alguns autores partilhavam das concepções teóricas defendidas pelo autor, enquanto outros discordavam dele por Freyre ser um defensor da mestiçagem biológica e cultural como um fator fundante do tipo social brasileiro. Entre os que discordavam do autor estavam todos aqueles que foram formados pela chamada “Escola de Nina Rodrigues⁸⁰”.

Miguel Barros, pintor pelotense, viajou para Recife como representante da *Frente Negra Pelotense*. Ele discursou no Congresso, sendo muito ovacionado. Também, divulgou seu trabalho artístico, ajudou na fundação de uma Frente Negra em Pernambuco (já tendo a experiência da FNP) e, foi correspondente da *A Alvorada* durante sua estada na cidade. Ao se referir a Miguel Barros a imprensa lhe impôs a alcunha de “mulato”, a maioria dos membros do Congresso eram brancos. Entre outros nomes de participantes estavam: Ulysses Pernambuco (psiquiatra), Cícero Dias (pintor), Noêmia Mourão (pintora), Di Cavalcanti (pintor), Ernani Braga (maestro), José Lins do

⁷⁹ Solano Trindade (1908-1974) era poeta, militante, folclorista, teatrólogo e pintor. Ele participou da Fundação da Frente Negra pernambucana (1936), que posteriormente se tornou o Centro de Cultura Afro-brasileiro (1937) e do Teatro Experimental do Negro (1944). A respeito dele, ver: Melo (2009), Camargo (2009) e Trindade (1961).

⁸⁰ Nina Rodrigues (1862-1906) testemunhou todo o processo social do imediato pós-abolição. O médico e antropólogo se dedicou a estudar aspectos culturais africanos (imbuídos das ideias de sua época, acreditava que a língua e a religião de matriz africana, por exemplo, estavam fadadas a desaparecer). Entre os seus discípulos que deram continuidade a obra de Nina Rodrigues estavam Artur Ramos e Edson Carneiro (WEIMER, 2013). Em relação a Escola Nina Rodrigues, ver Corrêa (1998) e Gomes (2008).

Rego (escritor), Mario de Andrade (poeta), Jorge Amado (escritor), Câmara Cascudo (advogado e antropólogo), Roquette-Pinto⁸¹ (médico e antropólogo), Arthur Ramos (psiquiatra), Edson Carneiro (escritor), Melville J. Herskovits (antropólogo), Adhemar Vidal (escritor), Alfredo Brandão (médico e historiador), babalorixás e ialorixás de Recife.

Eventos como este motivaram o debate em torno de questões culturais, sociais e políticas envolvendo a população negra durante as primeiras décadas do século XX (GOMES, 2009). Também foram espaços para denúncias de abusos contra a população negra. Como a universidade ainda estava em processo de formação, o Congresso se esforçou para sistematizar o que havia sido produzido até então sobre a cultura afro-brasileira. Dessa experiência foram publicados dois volumes com os trabalhos apresentados, *Estudos afro-brasileiros* (1935) e *Novos estudos afro-brasileiros* (1937).

A ideia de raça se mostrou extremamente influente nas diversas áreas de pesquisa científica desenvolvidas naquele momento. Ao mesmo tempo em que alguns trabalhos refutavam a degeneração (genética e hereditária) do negro e do mestiço, outros reafirmaram essa perspectiva, além de legitimar a política de branqueamento. Assim, o Congresso não conseguiu romper com a visão de que uns grupos eram superiores a outros, o que acabava de certa forma reforçando os preconceitos na percepção sobre a população negra. Durante o Congresso, foi discutida a adoção do termo cultura, em detrimento de raça. Hoje, essa substituição é vista como contraditória e complexa, uma vez que a cultura permite um amplo leque de possibilidades interpretativas (SILVA, 2010) e acaba se distanciando do que a raça expressa.

Na década de 1930, o uso de raça entrou em um processo de abandono por conta das críticas levantadas contra o conceito, que criaria uma visão de que ao utilizar raça estaria se incitando o racismo (HOFBAUER, 2006). *A Alvorada* (O Exemplo já tinha deixado de existir nesse momento) continuou empregando em seus textos a categoria raça.

A Alvorada publicou um artigo a respeito do congresso, refutando a ideia de inferioridade do negro, tão debatida naquele momento. Segundo eles, as qualidades

⁸¹ O pesquisador previu “o desaparecimento no negro no Brasil” em cerca de 100 anos, ou seja, até 2012, não haveria mais negros no Brasil. Essa previsão foi feita com base nos censos que cada vez mais apontavam menos negros no país (HOFBAUER, 2006, p.214).

morais e intelectuais não são definidas pela cor da pele e, nem pelas vestimentas (o que pode ser entendido como uma crítica às discrepâncias entre as classes sociais). Pelo Congresso ter ocorrido em Pernambuco, Rodolpho Xavier (autor do texto) acreditava, com exceções, que a mentalidade do negro no sul estava mais atrasada em relação ao negro do norte do país. O texto defendia que residia no próprio negro o problema da inferioridade, não no sentido de que este fosse de fato portador dela, como o faziam acreditar, mas por conta daqueles membros da comunidade que acatavam e absorviam essa ideia e não se levantavam contra ela.

1º CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO

Tudo quanto se relaciona com a raça negra, dentro de sua evolução cultural e educacional, procuramos haurir conhecimentos com as possibilidades que se nos antolham, porquanto não são de pigmentos, nem de indumentárias dos indivíduos que se aquilatam as qualidades morais ou intelectuais.

Por isso temos acompanhado com vivo interesse o desdobrar da atuação do I Congresso Afro-Brasileiro, cujo Congresso refletindo a mentalidade de seus promotores esparge luz nos cérebros incultos e por vezes obcecados de grande parte da raça mestiça, oriunda da raça africana.

Dos elementos de que se constituem autênticas mentalidades, é a maior garantia para a irradiação do movimento pernambucano por diversos Estados do Brasil.

Raça considerada *inferior*, por letrados e por analfabetos, o negro, indubitavelmente, tem de reagir ao preconceito provindo das senzalas, das moendas e dos cafezais.

A causa primordial reside nele próprio, pois, pelo ativismo, julga-se um ser *inferior* e deixa-se rebaixar sem a noção de que, humanamente, as qualidades fazem o indivíduo e não a cor.

Instruindo-se e educando-se, auxiliando os irmãos de raça que ostensivamente procuram libertá-lo de preconceitos aviltantes, o negro deve formar alas ao lado da Frente Negra de Pelotas.

Precisa varrer da subconsciência o servilismo que lhe faz parte do cérebro, e sem o qual se considera imponente para vencer na vida sem auxílio de castas protetoras...

A mentalidade negra do sul do Brasil, salvo exceções, cotejada com a mentalidade negra do norte ainda está bastante atrasada.

A inferioridade do negro acompanha-o desde o berço, entra pela vida adentro e talvez não desapareça nem na tumba! (...)

Enquanto a mocidade negra *chuta, saracoteia, bambaleia-se*, Miguel Barros, entra pelo cenário da vida, torna-se conhecido e faz reconhecer que a raça negra ainda não mergulhou no pessimismo, que ainda vibra estuante de energias não contaminadas pela *inferioridade* de que nos fazem portadores e responsáveis diretos pelo atraso da evolução étnica do povo brasileiro. Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 23/12/1934, p.02, *grifos do autor*).

O jornal explica que estava acompanhando o Congresso, através de Miguel Barros, representante da Frente Negra Pelotense. Ele era o responsável direto pelas atividades culturais do movimento *frentenegrino* de Pelotas. E, durante o Congresso, teve uma atuação de destaque em suas falas em defesa da população negra.

A população mestiça era uma preocupação da *A Alvorada* que manifestou o desejo de alcançá-la para juntos unir suas forças em prol das reivindicações da população de cor. Miguel Barros era mestiço e *A Alvorada* enfatiza o fato de ele ter escolhido ficar ao lado dos negros, em artigo publicado no semanário:

MIGUEL BARROS

Abeberado por outros assuntos, isto é, de transcendental monta para os que mourejam, como nós, sob o guante da exploração, desviamos-nos por momentos de uma campanha pela qual nos batemos há cinco lustros, campanha racial e cuja flâmula tremula, hoje, ova temente, nas hostes *frentenegrinas* de Pelotas.

Quem julgaria que de um pugilo de jovens sem a maturidade indispensável para cometimentos graves, surgisse, vertiginosamente, a equação que existe entre a raça ariana, mestiça e a negra, e, procurasse defendê-la do menosprezo em que é tida e julgada?

Quem julgaria que o seu nome reboasse numa extremidade em que quase sempre aporta o maior número de navios que escalam, tanto do Brasil para a Europa, como do velho continente para o novo?

Quem julgaria que um representante da raça negra, do extremo-sul, figurasse na terra de Henrique Dias e em que eram notados, por estrangeiros, que os melhores artifices eram “negros” porque os lusos e seus descendentes não coravam de adestrar-se nas artes e profissões por terem à mão, com facilidade, o elemento escravo?

É admirável uma instituição que dignifica – e mais admirável ainda o desprendimento, a ação sem subterfúgios, sem esmorecimentos de Miguel Barros, pelo erguimento de uma raça que José do Patrocínio qualificou de ingrata quando disse: “o negro é o maior inimigo do próprio negro”.

Quem julgaria que Miguel Barros, neto de africanos, com futuro promissor, tendo a perspectiva de libertar-se do “sangue inferior” que circula em suas veias e a facilidade de seleção por meios do matrimônio, fazendo desaparecer a sua origem, preferisse ser “negro” a passar por galha entre pavões!

Há pouco lemos: “já nos basta à dura experiência da assimilação da *raça negra* que, junto com a selvagem, nos transmitiram o temperamento contemplativo e abstrato”.

Afrânio Peixoto, referindo-se às inferioridades dos elementos africanos e selvagens e a influência que eles tem exercido no nosso caldeamento, pondera com a autoridade de seu nome, que muito ainda sofrerá a nacionalidade, com a adoção desses *seres inferiores* ao ambiente, a que são, trabalhosamente, chamados e que não deixam por isso de *perturbar* na sua *evolução*.

Realça, neste Congresso Miguel Barros, não só a raça negra de Pelotas, como toda a raça negra do Rio Grande do sul. Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 02/12/1934 p.02, *grifos do autor*).

A ideia de uma raça negra e de homens de cor foi uma estratégia adotada que também se construiu na imprensa. As relações ocasionadas pela noção de raça são mais complexas do que a diferença entre origem (EUA) e cor (Brasil). O caso de Miguel Barros, por exemplo, permite perceber de que forma os coletivos negros exercitavam a dialética entre essas hierarquias e o auto-pertencimento étnico-racial.

Nesse momento, *A Alvorada* não registrou mais informações sobre a participação de Miguel Barros em Recife, no entanto a sua fala ficou registrada nos Anais do Congresso. Ele se manifestou em defesa do elevamento moral, intelectual e social do negro (GOMES, 2008).

O vocábulo raça, nos artigos dessa imprensa, muitas vezes era acompanhado de menções à cor da pele. Nesse caso, a raça era empregada junto com “preta” (*O Exemplo*, 10/06/1921), “negra” (*O Exemplo*, 06/03/1921) ou “branca” (*A Alvorada*, 20/12/1931), também “mestiça” (*A Alvorada*, 23/12/1934) ou “ariana” (*A Alvorada*, 02/12/1934).

Em outro artigo escrito para *A Alvorada*, Rodolpho Xavier, apoiado na antropologia da época, dialogou com a raça, novamente contrapondo à visão de inferioridade do negro. Essa era uma grande preocupação manifestada nas páginas da imprensa negra e por isso em muitos momentos, os redatores se defenderam. O foco do texto era a instrução para a população negra. Rodolpho não deixa de ressaltar a necessidade do negro se organizar em associações que não visassem somente o lazer (fato ao qual ele era bastante crítico).

O VALOR DA INSTRUÇÃO

“A conclusão dos cientistas no campo da antropologia é que todos os seres possuem qualidades homogêneas e, dando-se a todos os seres humanos uma oportunidade para se desenvolverem, tornando-se indivíduos superiores”.

São palavras do professor Randell que apoiado nos principais antropologistas, afirma: “que não há raças e nem indivíduos superiores, e que as raças são iguais; que os vocábulos superior e inferior não se aplicam absolutamente as raças e que somente existe dentro das raças – branca, preta e amarela indivíduos superiores e inferiores”. (...)

Compete aos negros combater esse círculo vicioso de ideias, reintegrando-a no seu verdadeiro papel como raça que é física, moral e intelectualmente igual a outras raças julgadas superiores.

Compete ao negro desenvolver o espírito por meio da instrução, fundando associações aonde só não se trate de danças e esportes, mas, também, de pura espiritualidade como costuma fazer a raça branca homenageando o talento e o estudo. (...)

Os que vão se destacando por meio dos estudos fogem do convívio da raça, como o diabo da cruz, para enfileirar-se a raça branca não só constituindo família como se relacionando em sua camada social, por temer que entre os seus irmãos de raça sejam apedrejados!

Essa “seleção” que se observa em alguns elementos da raça negra indo constituir família em raça que julga superior a sua, nada mais é do que um estado mórbido de pouca mentalidade que pressupõe o negro “indigno” de constituir-se em família! (...)

O ódio de raças já existente contribuiu para que o negro conservando-se puro, sem mestiçagem esteja antropologicamente, demonstrando que não é em nada

e absolutamente inferior ao branco quanto à inteligência na adaptação das ciências, das artes e da literatura. (...)

Dentro destes princípios – o da instrução e da cultura, é que se fundou em S. Paulo a Frente Negra Brasileira (...) para instruir e educar elementos ignorantes, e pô-los em pé de igualdade, moral e intelectualmente ao lado das outras raças.

Os que vêm por um prisma que não é a realidade, objetam que a Frente Negra Brasileira vai contribuir para separação de raças; vai contribuir para reavivar o passado de uma raça que foi escravizada por outra, originando ódios, perturbando a harmonia existente de “pretos” com “brancos”; esquecendo-se, que a obra dos paulistas é (...) altamente patriótica atendendo-se a disseminação do ensino no seio de massas. (...)

A mestiçagem de nada vale, quando não se tem o espírito cultivado. Tanto vale o branco, como o negro ignorante. Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 19/02/1933, p.01).

No texto, o militante aborda a autoestima do negro, tentando abrir-lhe os olhos para o fato de que ele não é inferior, como alguns o julgavam e, que era portador de muita capacidade, tanto quanto os brancos. Rodolpho Xavier condenava a atitude de alguns negros que se afastavam dos seus, dando preferência à companhia dos brancos. Por fim, o autor defendia que a criação de um espaço como a *Frente Negra Brasileira*, que reivindicava o estudo da população negra, perpassava a sua cidadania, uma vez que seus integrantes estavam em busca de seus direitos e, atingido esse objetivo estariam contribuindo patrioticamente para a nação, pois reduziriam os analfabetos do país.

As discussões raciais existentes na década de 1930, em especial as ideias de Gilberto Freyre, não eram desconhecidas pelos membros da *A Alvorada*. Desde o início do século XX, havia debates sobre uma suposta superioridade do mestiço sobre o negro. Entre os defensores dessa visão estava, por exemplo, o médico João Batista Lacerda⁸² (HOFBAUER, 2006). O contexto seria seguido por uma valorização do mulato ou mestiço na formação da identidade nacional. O reconhecimento da mestiçagem entre as camadas populares se diferia daquela concebida pela elite: criavam seus próprios discursos em relação à mestiçagem que não aquela imposta de cima para baixo. Nesse caso, por exemplo, no final do artigo a respeito de Miguel Barros, Rodolpho Xavier demonstra que a mestiçagem não era uma solução para os problemas nas relações sociais provocados pela racialização.

⁸² Lacerda defendia a miscigenação como algo positivo, pois os traços da raça branca se sobreporiam aos das outras raças (HOFBAUER, 2006).

Ainda há muito mais a ser estudado envolvendo essa questão, diga-se de passagem, bastante complexa e que perpassa todo esse capítulo (assim como perpassou os anteriores). Este tópico se encerra para dar início a algumas colocações sobre a aparição da cor no vocabulário racial, tema do próximo item.

4.2 A cor no vocabulário racial

Os caracteres fenotípicos, que se referem às classificações raciais na atribuição de lugares sociais mais ou menos elevados a pessoas negras, brancas ou mestiças, só adquirem um sentido racializado quando são concebidos em contextos históricos nos quais a raça possui estatuto de cientificidade (SILVA, 2010). No caso do Brasil, a construção da raça obedeceu a uma lógica classificatória baseada na cor da pele. É possível acessar a raça por outros caminhos. No entanto, a cor se tornou um dos “principais atributos raciais” (ROSA, 2014, p.47).

A designação de cor cunhada nos negros era associada a estereótipos negativos (WEIMER, 2008). Descontentes com as formas como se tornavam visíveis, eles passaram a ressignificar as qualidades raciais pejorativas atribuídas à cor da pele escura. Para a imprensa negra, evocar a cor também era uma maneira de aglutinar os negros de forma política e racial.

A preocupação “retórica” dos jornalistas negros era justificável; afinal, o emprego das palavras não estava dissociado das relações de poder, ou seja, da política; era preciso combater o emprego de um vocabulário revelador de concepções de mundo, de desigualdades, de hierarquias e de certas permanências. (ROSA, 2014, p.259)

Os apontamentos que envolviam a cor da pele não se limitavam apenas a uma oposição entre os negros e os brancos, eram bem mais complexos. Isso porque a identidade de cor é permeada de tensões, como já referido no capítulo 2 dessa dissertação. Assim, as diferentes tonalidades da cor da pele geradas pela miscigenação foram assuntos na imprensa negra em diversos momentos. No texto a seguir, por exemplo, publicado no semanário de Pelotas, em 1934, Rodolpho Xavier expôs alguns dos motivos de conflitos existentes entre pretos e mulatos.

O “preto” sempre desconfiou, e ainda desconfia, do “mulato”? Por quê? Porque tal desconfiança vinha, e vem do sangue de seus avós... o “negro mina”, “Nagô”, “Moçambique” e “Benguela”, (ainda alcançamos esse tempo!) desde que a “crioula” aparecia com filho “mulato” a repudiava e dizia que o neto tinha sangue de “judas”, tinha sangue de gato porque era filho de “branco”!

A seu turno, o “mulato”, inconscientemente, procurava mais o convívio dos brancos do que o de seus avós, pois se estes o repudiavam, aqueles os aproveitavam para a “mestiçagem” pelo direito de posse que tinham de suas liberdades. Daí a conclusão.

O “mulato” consciencioso compreendeu, e compreende, que a sua raça é a negra; o “negro” também compreendeu que pela lei fatal de evolução etnológica, o “mulato” não teve e nem tem a culpa de nascer “mulato”...

Deve se atribuir, em grande parte a desarmonia existente, a apatia e indiferença que reinam no seio da raça negra à inconsciência que os insensibilizou para o surto de seu próprio progresso, retardando a evolução da raça por não saberem dar valor à inteligência e ao estudo, pelo espírito apoucado que tinham, fazendo com que vissem em cada defensor de sua raça, embora “mulato”, um inimigo racial! (...) Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 15/04/1934, p.01).

O preconceito de cor, por vezes, fazia com que o mestiço adotasse a estratégia de se afastar dos negros e de uma possível identidade negra, sendo também um dos reflexos do ideário do branqueamento, entre outras razões para essas complexas relações. Aqueles que possuíam sua pele mais escura buscavam conscientizar aos mulatos mais claros de que estavam mais próximos de ser negro do que branco, no que se refere ao tratamento que lhe seria concedido pela sociedade. Dessa forma, o jornal ao fazer essa conscientização investia na cooperação entre os “não-brancos”. O artigo aponta para um estranhamento nas relações entre mulatos e pretos, ao destacar o modo como, no passado, os mestiços eram vistos por aqueles que tinham origem apenas africana. De acordo com Rodolpho Xavier, não tinha mais sentido as gerações atuais nutrirem divergências com os mestiços sendo essas, frutos da ignorância.

Vários foram os momentos de tensões causadas pelas distintas tonalidades da pele que ficaram registrados nas páginas desses periódicos. Ainda em relação às diferentes tonalidades de pele, uma coluna de fofocas da *A Alvorada*, intitulada de *Os Espiões*, publicou em 1932 que a jovem Nira, durante uma festa no E.T.C. (*Clube Cultural Está Tudo Certo*), deixou de dançar “mais de meia hora para botar pó”, em tom irônico a coluna indagava-a: “Mocinha, será que quer ficar mais clara para poder conquistar o jovem Gasparzinho” (*A Alvorada*, 10/04/1932, p.03).

Os exageros no uso do pó de arroz foram empregados em diversos momentos do pós-abolição. Um dos casos mais conhecidos, são os de jogadores de futebol que não

eram aceitos por conta de sua cor, mas que por serem bons com a bola, utilizavam o pó de arroz no intuito de clarear a sua pele e atingir a aceitabilidade (LOPES, 2004).

Em outro texto, o jornal tratou a respeito de uma festa de mulatos que permitia a entrada de brancos, mas “coibia” a entrada de “negros de tez da cor do ébano”. Humberto de Freitas, autor do artigo, colocou a todos como “irmãos de raça”. Ainda, escreveu que: “somente uma pessoa de cor, mista, pretenciosa e sem cultura, poderá deixar-se convencer que, por ter ‘abertinha’ a sua cor, não é negra!” (*A Alvorada*, 14/02/1932, p.03). Humberto de Freitas denunciou na imprensa:

Repercutiu dolorosamente no seio da sociedade etiópica pelotense, a pretenciosa atitude dos dirigentes de certo grupo bailante que, deixando-se embair por uma falsa maneira de selecionar, não observaram no indivíduo, o valor moral, mas sim, como justificativa dos seus “escrúpulos” sociais, basearam-se na diferença das cutículas. E, nas suas condenáveis investigações etnológicas, acharam “defeitos” morais e “contagiosos” nos negros de tez da cor do ébano... ser preto - no besunto destas pessoas - é ser um indivíduo inferior aos indivíduos de outras raças. (*A Alvorada*, 14/02/1932, p.03)

Esse caso gerou muita repercussão no *A Alvorada*, fato já referido no Capítulo 2. A respeito dele, Rodolpho Xavier, em outra edição do jornal, comentou: “Pelo que nos diz o Sr. Humberto de Freitas, o tal grupo bailante que o excluiu de seu meio, aliás, composto de mulatos, um moço por ser de cor preta, provavelmente julga que ‘pó de arroz ilude a natureza’” (*A Alvorada*, 06/03/1932, p.01).

Contribuir para o fim das distinções de cor foi destacado pelo *O Exemplo* como um de seus objetivos. Publicou o jornal: “Nós, que penetramos no vasto campo das lutas pela existência, alistamos no grupo batalhador em prol de um santo ideal – a igualdade de todos os brasileiros, sem distinção de cor” (*O Exemplo*, 10/12/1928, p.01). Ainda registraram a necessidade de combater ao “proceder infame de muita gente que se esquece, de que o preto tem o mesmo direito e lhe assiste os mesmos deveres” (*O Exemplo*, 10/12/1928, p.01). Nessa colocação, eles enfatizaram a cor ao mesmo tempo em que se impunham enquanto cidadãos, ao acionar “direitos e deveres”. Devido a esse objetivo, os redatores afirmam: “*O Exemplo* presta um serviço de são patriotismo, uma obra de benemerência. Combater o preconceito de cor é trabalhar pela grandeza do Brasil” (*O Exemplo*, 10/12/1928, p.01).

Neste mesmo sentido, em 1929, o jornal *Correio do Povo* veiculou a notícia de um crime ocorrido na cidade de Montenegro, posteriormente reproduzido nas páginas do *O*

Exemplo, por Espiridião Calixto, que comentou o fato enraivecido. Tratava-se de um caso de homicídio, e, após reproduzir o relato do *Correio*, Calixto comentou:

Essa usura em não gastarem conosco os vocábulos de que é rica a língua portuguesa para qualificar ou determinar os indivíduos, conforme a ação que pratiquem, limitando-se, apenas, ao trato: o preto Fulano, a mulata Cicrana ou o negro Beltrano, ao referirem-se a fatos em que estejamos envolvidos, faz-nos sentir a falta de educação cívica dos nossos ilustrados patrícios; e avaliarmos a vantagem que adversa para fortificar a corrente da fraternidade patriótica entre os brasileiros, do ódio de raça voltado aos negros nos Estados Unidos da América do Norte, onde desprezando a qualidade do caráter, analisam antropologicamente os indivíduos para, se descobrirem que lhes corra pelas veias uma gota sequer, de sangue africano, negam-lhes todas as regalias constitucionais, repudiando lhes do convívio social. Se o mesmo aqui se usasse seria praticada a virtude cristã de amar o próximo como a nós mesmo e estaríamos livres de compartilhar da falta de brio nacional dos nossos patrícios, observada na vacilação da comissão julgadora do concurso de beleza, deixando de optar pela miss fluminense para enviá-la ao julgamento final na América do Norte, a fim de poupar-lhe a decepção de uma recusa por ser mulata ou mameluca. Bem como não teríamos notícia como esta, na qual sendo os personagens, pelos modos, brasileiros, com a exceção de um português, encontrar-se no meio deles uma preta, que não se fica sabendo se é russa, siberiana ou polaca: é de cor preta; e acham que disseram tudo! Esperidião Calisto (*O Exemplo*, 19/08/1929, p.01).

As palavras empregadas por Espiridião Calisto, tais como “patrícios” e “brasileiros” apresentam um caráter nacionalista. O uso dessas palavras estava vinculado a uma busca por uma cidadania plena, em especial, no alcance de direitos como liberdade e igualdade. No texto do autor é possível notar como se davam os conflitos das relações sociais: o que para uns estava essencializado, para outros era motivo de muita ofensa. No final do artigo, disse ele que ao inferir nuances de cor escura de uma pessoa parece que muito já foi dito sobre ela. Essa colocação demonstra como a imprensa foi um espaço racializado. Diferente de outros posicionamentos apresentados no jornal (e aí é notório que não há uma homogeneidade entre eles na forma de pensar), Esperidião confronta mais duramente as questões raciais.

No texto, ele apresenta como uma prática norte-americana o estudo antropológico em busca dos seus antepassados e coloca que se este fosse feito no Brasil, as relações sociais se tornariam mais amenas haja vista que muitos perceberiam que lhes correm pelas veias sangue africano. Além disso, a crítica também registrou um caso de racismo dentro de um espaço de beleza, na realização de um concurso, no qual a Miss

Fluminense deixou de ser escolhida, nas palavras do autor, por ser “mulata” ou “mameluca”.

A cor é uma das características que mais demonstra no convívio o caráter racial, tanto nas relações sociais quanto nas crônicas escritas pela imprensa negra estudada. E é principalmente em cima dessa característica física que o racismo se manifesta.

4.3 Debatendo sobre o racismo

O conceito de raça manipulado pela intelectualidade deve ser entendido num contexto mundial de desenvolvimento científico e social do racismo moderno, no qual categorias racializadas são operadas (SILVA, 2010). O racismo é uma concepção bastante antiga e consolidada. No entanto, o racismo aqui referido trata-se do entendimento moderno do conceito, ou seja, aquele que aponta para “as desigualdades entre os seres humanos fundamentadas na diferença biológica” (GUIMARÃES, 2008, p.64).

A fim de não cometer anacronismos, esclareço que a palavra racismo já existia. No entanto, da mesma forma que não havia muitas explicações teóricas sobre o significado de raça nesse momento, não estava explícito o que de fato se tratava o conceito de racismo. Durante a década de 1920 ele dificilmente aparece nas escritas do *O Exemplo*, e o mesmo acontece, no início da década de 1930, com a *A Alvorada*. Eles empregaram expressões tais como “preconceito de cor”, “ódio de raças”, “preconceito racial” e “discriminação racial”. Nesse caso, independe a nomenclatura aplicada uma vez que o sentido compreendido era o mesmo do conferido ao racismo, como é possível notar:

O ÓDIO DE RAÇA

Em certa ocasião, o Sr. Dr. Martins F. dos Santos escreveu estas belezas, que aqui transcrevemos:

“O homem é o mais ingrato dos animais. O brasileiro, o mais ingrato dos homens, o negro o mais ingrato dos brasileiros. No Brasil, o negro sempre respondeu com ingratidão a generosidade dos que o procuravam favorecer. – Aristóteles acertava, classificando os homens em turmas, que nasceram para obedecer. Negro é negro e branco é branco!” – e o Sr. Dr. Martins Francisco era paulista, e fez figura de destaque no regime passado, no qual foi “trunfo” na política do país, e como não conseguiu ter sempre o negro debaixo do vergalho, saiu-se com essas terríveis palavras, através das quais se vê, claramente, o seu ódio a essa raça de fortes, que sepultou, durante muitos anos, as atrocidades

desses tiranos, que se julgavam, e ainda se julgam, pertencentes a uma raça Divina! (*O Exemplo*, 23/10/1921, p.01).

O racismo é uma relação de poder e de dominação, por meio dos quais determinados privilégios são mantidos a quem pertencente à determinada raça, entendida por superior às demais (HOFBAUER, 2006). O racismo justificado pela ciência é um fenômeno socialmente disseminado, de caráter estrutural. No contexto brasileiro, o racismo não foi pautado em lei. No entanto, fez e faz parte das práticas sociais e dos discursos. A segregação operava nas vivências diárias. Por exemplo, entre as políticas de controle racial, estava a imigração. No Brasil, ela foi pautada, entre outras razões, por um desejo estético de embranquecimento da população, ou seja, foi uma imigração selecionada⁸³, cujo critério de seleção era étnico (foram escolhidos europeus de regiões específicas do continente). Continua o artigo do *O Exemplo*:

Vem agora, autor paulista, de conluio com um pernambucano, e apresentam a Câmara dos senhores deputados, da qual são membros ilustres, um odioso, vergonhoso e desumano projeto de lei, proibindo a entrada de imigrantes de cor preta, no território desta grande Pátria da Liberdade, onde há lugar para todos os que querem vir trabalhar nestas ubérrimas terras. (*O Exemplo*, 23/10/1921, p.01).

Albuquerque (2009) demonstra em sua obra que a construção da ideia da inexistência da discriminação racial de direito no Brasil foi acompanhada de políticas discriminatórias. Voltando para o período em que a escravidão ainda era vigente, a autora destaca uma lei de 13 de maio de 1835 na qual se estabeleceu a deportação de africanos libertos, após a Revolta dos Malês, na Bahia. Segundo Albuquerque, a racialização passava a entremear as intervenções estatais e as políticas governamentais (2009). Após a Abolição da escravatura, novamente projetos de leis pautaram a proibição da entrada de imigrantes de cor preta no Brasil, em parte por influência dos discursos de embranquecimento e do determinismo condicionado à “raça” negra. Por exemplo, o Decreto Lei de 1890 debate a imigração de europeus e proíbe a de africanos (HOFBAUER, 2006).

Há tempo, que não muito longe, o senhor governador de um Estado, do norte, se negou a nomear, para um lugar, a um bacharel em direito, e para justificar o seu

⁸³ A esse respeito ver: Skidmore (2012), Seyferth (1996), Ramos (1996).

patriotismo – sai-se com esta: - “eu não nomeio gente de sua cor para esses lugares!”.

Assim, contaram os jornais do Rio. E aquele autoritário governador, talvez não saiba que foi ali, naquele grande estado da federação brasileira, que se tornou célebre, pelo seu valor e patriotismo, um homem de cor preta, e que se chamava Henrique Dias! – E o contágio contaminou também o chefe da Nação, o qual, orgulhoso de sua brancura, mandou que excluíssem de fazer parte de um vaso de guerra, que partia para os Estados Unidos da América do Norte, todos os marinheiros de cor! (*O Exemplo*, 23/10/1921, p.01).

Em relação ao racismo nos Estados Unidos, *O Exemplo* narrou, em outro momento: “Tamanho é o predomínio do preconceito anti-negrista que nenhum chefe político dos Estados Unidos se aventurou, até hoje, a romper decididamente contra ele” (*O Exemplo*, 30/03/1924, p.01).

Retomando ao texto, ele está repleto de casos de racismo, chamados por eles de “ódio de raças”, entre eles, a inferiorização racial dos (as) negros (as), a proibição de imigrantes negros (as) no Brasil, as tensões nas relações de trabalho, a segregação nas relações sociais. Conforme segue:

Toca a vez, agora, a missão de “*football*”, que partiu para a Argentina, a fim de disputar o campeonato sul-americano, também foram excluídos, todos os jogadores de cor, de fazer parte dessa missão. Desta vez não sei quem foi o autor de tamanha vergonha, com tal procedimento. (...)

Um indivíduo, que quer ofender a outro, basta chama-lo de “negro”, para que esteja a ofensa feita! E aí está o procedimento altamente infame nos jornais, que atacam a candidatura à presidência da República, do Sr. Dr. Nilo Peçanha – como nada podem dizer do eminente estadista, que é uma glória de sua pátria – tentam rebaixa-lo, chamando o mulato beirão, pernóstico, mestiço, moleque, e outras belezas, próprias só de gente mal educada. Da mesma forma procede um jornalista, aqui, do sul, quando quer achincalhar os companheiros políticos, diz isto:

“Maragato em festa de pica-pau, faz papel de negro em festa de branco: é o primeiro que apanha e o último que come!” é com estes exemplos canalhas que outros os imitam, havendo desses degradantes procedimentos nas escolas, nos cafés e nos hotéis. (*O Exemplo*, 23/10/1921, p.01).

O artigo publicado em *O Exemplo* demonstra em diferentes vieses a atuação do racismo. Primeiro, através da manutenção de uma mentalidade que limita a liberdade do (a) negro (a). Em segundo, por conta da ideia de que, ao adquirir o *status* de cidadão, haveria uma tensão nas relações sociais com o branco, uma vez que esses não aceitaram a igualdade entre eles. Terceiro, pela imposição de adjetivos pejorativos para se referir ao (a) negro (a). Em outro momento ao se referir à liberdade *O Exemplo* escreveu que ela “não se implora de joelhos” (07/09/1929, p.01).

A proibição da entrada de imigrantes de tez escura no Brasil também recebeu destaque nas páginas da *A Alvorada*. Na década de 1930, o sul dos Estados Unidos passava por um momento de grande dificuldade gerada por uma praga nas plantações de algodão, que acabou agravando a crise econômica que vinha vivendo o país. Com isso muitos negros migraram para as cidades do norte e para outros locais (XAVIER, 2013).

EMIGRAÇÃO DE NEGROS

Já que falamos em correntes emigratórias, por estas colunas, há sete para oito anos que o deputado Cincinato Braga apresentou a câmara de deputados um projeto proibindo a “emigração de pretos”.

Ficou, então, sabendo a raça negra que um deputado eleito pelo concurso de seu voto, considerava ela inadapável e nociva ao próprio meio que o amamentou e educou!

Houve, no próprio recinto da câmara, duas envergaduras morais e políticas que se enojaram de semelhante projeto, taxando-o, o Dr. Joaquim Luiz Osório de “um atentado aos direitos dos homens e dos cidadãos e um atentado a constituição e que o Brasil, que aboliu a escravidão, não pode ter preconceito de raça”.

Foi mais além ainda o deputado Álvaro Baptista “declarando estar profundamente admirado que houvesse quem trouxesse ao parlamento, um projeto que desonra as tradições liberais, desonra a tudo e a todos e, que o projeto não fosse considerado objeto de deliberação”.

O puritano de uma figa, Cincinato Braga, vendo-se rudemente atacado por todos lados alegou em sua defesa que se assim procedia, era devido a emigração partir dos Estados Unidos e como tal nos preparava para o futuro, diplomaticamente, embaraços de suma gravidade... (*A Alvorada*, 20/12/1931, p.01).

Esse texto escrito por Rodolpho Xavier encerra falando sobre o local ocupado pelos negros no Brasil em função da atuação do racismo:

Bem fez o “Pretão” de Gustavo Barroso, que depois que se achou em Paris ao lado das francesas não quis mais voltar ao Brasil, “para namorar as cozinheiras e isso mesmo com a concorrência dos soldados do exército, dos fuzileiros navais e dos galegos das vendas”.

Ele bem sabia que era negro, um negro bem retinto, porém um negro de bela estampa que as francesas gostavam e que as brancas nacionais não sabiam apreciar... Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 20/12/1931, p.01).

Com o título de “porque é preta não serviu”, *O Exemplo* (25/04/1926 p.01) transcreveu um artigo, publicado inicialmente no *Correio do Povo*, em 22/04/1926. O relato apontava para o caso ocorrido na Escola de Enfermeiros do Rio de Janeiro, na qual, uma moça, classificada no primeiro lugar em concurso, não pôde realizar a sua matrícula pelo motivo de ser preta.

Esse não foi o único espaço que o negro era proibido de frequentar. *A Alvorada* publicou uma denúncia recebida através de carta, na qual relatava que os negros, assim como as meretrizes, estavam proibidos de sentar nos bancos da praça. Essa medida foi imposta pela prefeitura da cidade de São Leopoldo.

PRECONCEITO NÃO EXISTE?

(...) O que existe em São Leopoldo é um mal entendido **o negro não foi rebaixado, foi equiparado às meretrizes!**

Quando aqui no Rio Grande do Sul, terra legendária pela conquista de liberdades, aparece, lá de quando em quando, um feitor de senzalas arvorado em autoridade civil o que não se passará por esse Brasil além?

Se a celeberrima “medida” da prefeitura não atingiu aos militares de cor, do exército, porque bem sabiam que nas classes armadas são um por todos e todos por um e se tal “medida” os atingisse, talvez, tivesse feito do logradouro público uma lição para futuros prefeitos...

É antiga a ojeriza para com os **negros**, nas praças públicas.

Vem antes de 13 de maio. Serão morféticos?

Será que eles ao sentarem-se nos bancos, deixam-nos manchados?

Nenhuma, nem outra coisa: simplesmente por serem negros!

Desde que tenha cor preta é inferior, e isto, só isso basta.

Não importa que o branco seja bronco, e o negro inteligente: o negro, por forma alguma, não poderá sentar-se nos bancos das praças, mas, o branco, pode sentar-se nas poltronas da Prefeitura...

E dizem, a bola cheia, que não há preconceito, que o preconceito nunca existiu.

Se não houvesse preconceito de cor no Brasil não veríamos, a cada passo, pelas colunas de jornais, casos como este que profligamos e que atestam a pouca inteligência e nenhuma cultura de quem lavra semelhantes atos públicos.

(...) Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 11/02/1934, p.01, *grifos do autor*).

Uma das características da escrita de Rodolpho Xavier era a utilização da ironia, como é perceptível, quando ele pergunta se o fato dos negros não puderem sentar nos bancos da praça tem a ver com o fato deles os deixarem manchados. Tratava-se de um assunto extremamente sério: era mais um caso de racismo com as pessoas de cor da pele escura.

No Vale do Rio dos Sinos, região metropolitana de Porto Alegre, se localizam diversos municípios, entre eles São Leopoldo e Novo Hamburgo. O primeiro Clube cultural negro da região (Associação Esportiva, Cultural, Beneficente Sociedade Cruzeiro do Sul), foi fundado em 1922, na cidade de Novo Hamburgo (MAGALHÃES, 2017). Magalhães (2017) abordou a presença negra no Vale dos Sinos, região conhecida predominantemente como teuto-brasileira, apontando seu pluralismo étnico. Em sua pesquisa a autora destacou a intolerância racial no pós-abolição e a maneira como a população negra buscava conquistar o seu espaço nessa sociedade.

Além de São Leopoldo, outras cidades também foram denunciadas na imprensa negra em casos de racismo. *O Exemplo*, em 1927, focou em casos racistas ocorridos na cidade de Pelotas (nesse ano o periódico *A Alvorada* não estava em circulação). O fato que causou o maior descontentamento foi a proibição de que um engenheiro e professor negro, do Rio de Janeiro, que estava de passagem pelo estado e, se deslocou até Pelotas, no intuito de conhecer o Theatro Sete de Abril, mas acabou barrado pelo porteiro seguindo ordens do dono (*O Exemplo*, 14/08/1927), como já mencionado no capítulo 1 desta dissertação. Sobre esse fato, o jornal declarou desconhecimento por parte dos “estrangeiros”, donos da companhia, sobre a igualdade de direitos entre negros e brancos (*O Exemplo*, 31/07/1927). Em relação ao ocorrido, um dos escritos apontou:

COMO É ALARDEADO EM PELOTAS O DETESTÁVEL PRECONCEITO DE RAÇAS E DE CORES

É inacreditável o que se passa atualmente em Pelotas, a formosa cidade do sul do nosso glorioso Estado, muito justamente denominada – a Princesa do Sul.

Pelotas, por qualquer lado que se a encare, honra sobremodo o progresso do nosso Estado.

Prospera em suas variadas indústrias como um povo culto e operado, é imensamente estranhável que alimente em seu seio um arraigado preconceito de cores, de há muito banido dos centros de elevada cultura social.

Pois a dura verdade é que esse preconceito banal existe em pelotas e agira acaba de irradiar ao Theatro 7 de Abril, ali situado, de uma maneira assaz curiosa!

Naquele Theatro trabalha presentemente a Companhia Negra de Revistas, pois justamente nesta ocasião é que figura nos cartazes distribuídos o seguinte:

Balcão, na 2ª ordem, sem distinção de raça ou cor... 5\$000.

É preciso que os homens cultos de Pelotas meditem na situação pouco honrosa em que os está colocando a firma proprietária do Theatro 7 de Abril, composta de indivíduos supinamente ignorantes, isentos de qualquer senso prático e portanto, incapazes de avaliar quanto esse alarmante preconceito prejudica a fama de adiantamento de que goza Pelotas.

Pelo amor de Deus, senhores de responsabilidades em pelotas, aconselhem a esses estrangeiros desaforados a não continuar a rebaixar a bela cidade. (*O Exemplo*, 03/07/1927, p.02).

O Exemplo (24/07/1927) publicou uma enorme lista de instituições e pessoas de Pelotas que manifestaram solidariedade ao jornal no combate pelo preconceito de cor na cidade, entre os nomes estavam: a Liga de futebol José do Patrocínio, G.S. União Democrata, Sport C. Monteiro Lopes, Grêmio R. 24 de Junho, G.C. Chove não molha, C.C. Quem ri de nós tem paixão, C.C. Depois da chuva, C.C. Fica ahí pra ir dizendo,

Humberto de Freitas, Armando Vargas, Carlos Torres... Esses três últimos nomes eram de homens da *A Alvorada*.

Depois de Pelotas, a cidade de Bagé também figurou nas páginas dessa imprensa tendo exposto o racismo local. O acontecido foi primeiramente divulgado no periódico *A Manhã*, que circulava em Bagé. Uma sociedade musical que percorria o estado realizando concertos tentou se hospedar em um hotel na cidade, mas o dono negou que dois membros dessa sociedade ali permanecessem por serem homens de cor preta.

O PRECONCEITO DE CORES EM AÇÃO

(...) O incidente a que nos vimos referindo, deu-se com os laboriosos cidadãos Luiz Joaquim Pereira e Olegário Casanova, muito conhecidos nesta cidade, onde residem e são elementos de valor na arte musical.

Infelizmente, em nosso estado, frequentemente se reproduzem desses fatos aviltantes para a nossa nacionalidade, de negar-se hospedagem a brasileiros dignos, simplesmente por serem de cor preta, apesar de que tais fatos sempre se verificam em casa de 3º ordem, como estamos informados ser esse hotel de Bagé.

Aqui mesmo, na capital, existe a sala de espera dos bicheiros, que se disfarça sob o sugestivo nome de “América” onde ser “venturoso” proprietário, estrangeiro audaz e provocante, dá ordens, aos seus caixeiros, de que somente sirvam homens de cor nos lugares escuros de seu escuso estabelecimento.

É tão mesquinho e abusivo esse procedimento, que só vale a pena registra-lo, para justificar, perante a opinião pública a represália que, forçosamente, mais dia menos dia, será feita a atos afrontosos como o de que nos estamos ocupando, e que tanto compromete nossos foros de fraternidade e civilização. (*O Exemplo*, 22/05/1921, p.02).

Inúmeros casos foram repudiados pelos impressos e, não somente no Rio Grande do Sul, igualmente em situações ocorridas em outros estados. Uma matéria de título “a escravidão preconizada às claras em Belo Horizonte”, o jornal apontou para a manutenção do “pensamento escravocrata” (*O Exemplo*, 21/05/1922, p.02). Um jornalista da referida cidade afirmava que enquanto as pessoas abastadas se veem as voltas com os arranjos de casa, andam pela cidade “aos magotes, negras e mulatas, transformadas em melindrosas, de laço na hirsuta carapinha e sapatos de salto à Luiz XV”. A esse respeito respondeu o semanário: “ignora esse homem que os brancos, os pretos e os mulatos que aqui vivem estão sob a égide da igualdade”. O tal jornalista ainda aconselhou a polícia de Belo Horizonte a “meter as raparigas no xadrez, raspando-lhes a cabeça, a máquina” (*O Exemplo*, 21/05/1922, p.02).

Por fim, *A Alvorada* questiona a atuação do racismo e se defende em relação a ele.

O PRECONCEITO DE CÔR, NO BRASIL, SÓ NÓS, OS NEGROS, O PODEMOS SENTIR

Por todos os ângulos do Brasil, onde existem negros, há tal ou qual ojeriza contra a fundação de um centro homogêneo de vistas na consecução de reerguimento moral e intelectual de uma raça que desde a sua introdução como elemento escravo, e até o presente social e civicamente falando, tem vivido aviltada pelo simples fato de ter a “cor” mais adusta.

Porque motivos, os negros não podem fundar centros de cultura?

Porque motivos, os negros, não podem libertar-se da inferioridade em que são tidos por meio de seus próprios elementos?

Temos os mesmos deveres que todos os cidadãos brasileiros, porém nem sempre os mesmos direitos. (...)

Isto de assoalhar que neste ou naquele Estado não ha preconceito de cor, é tecla muito batida. A prova tem se em São Paulo, pioneiro dos Estados do Brasil, em tudo e por tudo.

Se lá não existisse preconceito de cor e não fosse preciso combatê-lo, não fundariam a “Frente Negra” (...).

Enquanto da Bahia marchavam batalhões patrióticos, “Voluntários da Pátria”, da raça negra para a Campanha do Paraguai os negros do Rio Grande do Sul com as faces e as costas lanhadas enriqueciam pelo seu braço os escravagistas.

Quando o negro do Rio Grande do Sul se libertou, a Bahia já tinha duas gerações de libertos.

Essa balela de “separação” de raças e apregoada a cada canto, é muleta que não tem préstimo para aleijados...

Parodiando Karl Marx diremos:

A emancipação dos negros tem que ser obra dos próprios negros. (...) Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 21/05/1933, p.02, *grifo meu*).

Rodolpho Xavier não foi o único negro a cruzar ideias comunistas e antirraciais, entre outros exemplos, estava Edson Carneiro, jornalista político que defendeu os direitos dos negros e do operariado baiano (ROSSI, 2011).

O título do texto já faz uma colocação bastante profunda. Por mais que as formas de discriminação sejam cruéis, ninguém a sente da mesma forma que quem as sofre. E mesmo o racismo afetando a qualquer pessoa que se importe, quem é privilegiado pela sua branquitude jamais terá a dimensão de quanto ele fere. No texto é possível notar o quanto a cor se vincula à ideia de raça. Os mesmos preconceitos gerados em torno da população negra são levados para os seus espaços, suas ideias, suas práticas, sua cultura, sua religiosidade... Por fim, o texto deixa evidente qual o tipo de liberdade que os negros (as) possuíam na sociedade, quais os espaços a eles destinados e, que cidadania era essa a eles concedida pós-1888.

4.4 Autodenominações

Ao se apropriarem da imprensa e fazerem uso próprio dela, os redatores desses periódicos participaram do contexto de debate sobre os sentidos da cor e da raça. Os significados e usos empregados pela cor e pela raça são operados social e politicamente. O uso do vocabulário racial implicava em critérios de seleção, escolhas e predileções acionados pela cor, nacionalidade, origem.

No que se refere a sua identificação por conta dos nuances da pele, os membros de *O Exemplo*, em sua maioria, eram pardos, enquanto os membros da *A Alvorada*, negros. Essa diferença pode estar vinculada a ocupação de um espaço social diferente do ocupado pelos demais, pois o pardo poderia ter certo prestígio social que os negros não tinham, ou seria uma maneira de embranquecer os indivíduos. Mas também pode estar ligada ao afastamento de alcunhas que o vocábulo “negro” lhes proporcionaria, conforme exposto na introdução dessa dissertação. A afirmação da cor está vinculada a uma identidade e, pode ter sido uma escolha, mas é provável também que tenha sido imposta.

De acordo com Weimer (2013) existe uma multiplicidade de significados que podem ser assumidos pela categoria. E a denominação parda pode estar vinculada à mestiçagem ou mesmo à ascensão social. As pessoas poderiam mudar de cor dentro desse sistema já que essas categorias são construções históricas, logo não seriam fixas. Pardo pode ser também um distanciamento da escravidão, uma classificação que agrupa o social e o racial. O vocábulo pardo (a) tinha uma abrangência maior que mulato (a) e mestiço (a).

Nesses dois periódicos havia uma multiplicidade de formas de se identificar, muitas delas empregadas ao longo dessa dissertação. O vocabulário presente na imprensa era uma escolha de seus autores, da mesma maneira que o uso de codinomes. Através dos termos por eles empregados, novamente é notório que a racialização estava presente em suas vidas. Entre os codinomes adotados, vários remetiam à cor, por exemplo, “*Creoulo Leuguim*” (*A Alvorada*, 07/01/1934), “Negro” (*A Alvorada*, 22/01/1933), “João Moreno” (*A Alvorada*, 20/12/1931), “Moço Negro” (*A Alvorada*, 28/08/1932). Os dois últimos nomes foram de autores de poemas publicados na *A Alvorada*. Já o termo “crioulo”, apesar de apontar que remetia a cor, também

possuía outros significados: “poderia definir sucessivamente condição social, lugar de nascimento, ascendência africana e cor” (XAVIER, 2013a, p.141).

No que se refere ao vocabulário empregado no diálogo com o leitor de seus cadernos havia a construção de uma identidade nacionalista, em dois níveis: no primeiro, através da ligação com uma origem regional, por exemplo, “exponente intelectual da raça em Pelotas” (*A Alvorada*, 07/02/1932) e “raça negra de Pelotas” (*A Alvorada*, 02/12/1934); no segundo, o nacionalismo era acionado em termos mais gerais, tal como “negro brasileiro” (*A Alvorada*, 07/02/1932).

Na interação com o leitor, os articulistas tiveram o cuidado de se inserir e buscar uma união entre a população negra, inclusive através da escolha do vocabulário empregado em seus textos. Neles se encontram termos como: “compatriotas de raça” (*A Alvorada*, 25/12/1932), “irmãos de cor” (*A Alvorada*, 19/02/1933) e “nossa gente preta” (*A Alvorada*, 10/07/1932).

A imprensa negra operou com diversas categorias raciais. Nesse sentido, os seus impressos permitem conhecer um pouco mais sobre a historicidade de certos conceitos. Além disso, no capítulo expus as redes intelectuais negras, transnacionais, através da divulgação de debates mundiais entre colonialismo, imperialismo e racismo, a partir da militância de Marcus Garvey e Du Bois, por exemplo.

Ao longo da dissertação tentei evidenciar os diferentes nuances no qual a raça poderia estar presente, seja nas relações sociais, pessoais ou profissionais, por isso, mesmo que de maneira sutil a raça esteve em todos os capítulos. Porém, nessa parte ela se tornou a protagonista, pois foi dedicada a tratar um pouco mais do assunto, haja vista a sua complexidade e a importância que a sua influência deteve sobre as experiências e as escritas dos autores desses jornais. Os membros de *A Alvorada*, por exemplo, não se limitaram apenas em denunciar os casos de racismo. Eles participaram de debates teóricos com intelectuais, como ocorreu com o envio de um representante da *Frente Negra Pelotense*, Miguel Barros, ao I Congresso Afro-Brasileiro.

Os seus escritos tiveram um papel fundamental na conscientização e valorização do (a) negro (a). Em seus debates, eles operacionalizaram as categorias que conheciam, ao mesmo tempo, demonstrando que não estavam condicionados pelo

determinismo racial. Apesar das quatro divisões presentes nesse capítulo, não há limites nas interações de cor, raça, racismo e denominações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação era perceber as relações pautadas pela racialização, em momentos que não necessariamente fossem de conflitos. Para isso foi necessário ir além das denúncias de racismo, buscando, por exemplo, no próprio vocabulário empregado na imprensa negra. O modo pelo qual a raça mais se manifestava era com base na cor. Além disso, nesse período estava se criando uma valorização do mestiço como componente da identidade nacional. E, a população negra não foi mera expectadora desses fatos, tendo expressado a sua opinião.

O primeiro capítulo da dissertação teve um caráter de apresentação, no intuito de familiarizar o leitor com as fontes, o contexto e os cenários abordados. Essa familiaridade também foi construída com a transcrição de diversos textos dos impressos. Além disso, nesse início tentei demonstrar que se tratava de um estudo sobre imprensa negra que levou em conta os sujeitos envolvidos no seu processo de elaboração. Dando continuidade, o segundo capítulo tratou de alguns aspectos sobre a sociabilidade negra que permitiram conhecer práticas e estratégias adotadas por essas comunidades. Naquele momento, empreendi um diálogo com as ideias e os comportamentos apropriados através dos impressos. E, salientei que dentro das hierarquias raciais também estavam presentes as hierarquias de gênero.

A problemática de classe é o tema do terceiro capítulo, já que ser trabalhador também era um elemento que envolvia as vidas dos redatores desses jornais e para o qual eles se dedicaram. O terceiro capítulo, somado aos demais, tenta romper com estereótipos e diminuir as rotulações, demonstrando que os personagens envolvidos nessa imprensa eram plurais e complexos. E por fim, o último capítulo desta dissertação retoma e consolida um debate que sutilmente foi sendo construído ao longo da dissertação. Com foco na categoria raça, foi possível notar desde formas menos claras pelas quais ela era acionada, numa sociedade racializada e, outras nem tanto.

A formação de um campo de estudos que se dedica a história social do (a) negro (a) se relaciona com um contexto de movimentos sociais reivindicatórios, que vem alcançando alguns ganhos políticos como, por exemplo, as cotas. Pensar os estudos de pós-abolição não é compreendê-los como um legado da escravidão e sim pensar que

existem conexões entre eles. Por exemplo, a manutenção de uma memória da escravidão dissimulada entre as pessoas, com o intuito de incutir entre alguns, um lugar social de inferioridade, ou uma posição de subalternidade que lhes foi imposta durante a escravidão. Esse campo de estudos busca pensar os problemas da liberdade a partir dos significados que foram conferidos pelos próprios sujeitos que por ela atravessaram.

O ato de escrever colocava aos negros a possibilidade de serem autores, de expressar o seu pensar e de se posicionar publicamente. Assim, os articulistas da imprensa negra acabaram rompendo com a ideia de um destino já selado. Eles fugiram do determinismo, buscando alternativas possíveis ao seu condicionamento. Durante a pesquisa, em momento algum se ousou falar pelos sujeitos sociais envolvidos (já que não é preciso que ninguém fale pelos negros). Porém, tentei demonstrar que a imprensa negra ainda é uma fonte pouco explorada pela historiografia e que, através dela é possível perceber uma série de elementos na compreensão da história social do negro.

Em *A Alvorada* e em *O Exemplo*, a raça aparece não apenas nas relações conflituosas, mas na convivência “pacífica” com as pessoas, isto é, nas relações sociais. A imprensa negra promovia um diálogo com o meio, mas também se posicionava em busca de alternativas a ele. Através dos escritos foi destacado o caráter nacional de enfrentamento, no reconhecimento do negro brasileiro pela sua cidadania e pela sua igualdade de direitos.

No Rio Grande do Sul, ainda sobrevivem muitos estereótipos em relação à população negra, de certa maneira por influência das construções históricas, que tomaram predominantemente por branca a formação étnica do Estado. A desconstrução de uma imagem de uma raça branca como superior ao *ser negro* é um caminho que tem sido feito a passos lentos e por isso a necessidade de pesquisas que reflitam sobre esse fato.

Na medida em que há um *empoderamento* de espaços que antes lhes eram negados, atuando como protagonistas e agentes históricos, os (as) negros (as) têm contribuído muito para que possamos repensar e conhecer as suas histórias. No entanto, ainda há muito a ser feito para a reconstrução de outras narrativas que possam dar o devido lugar de destaque a eles.

Collins (2012) e (2016) escreveu que é preciso ter a experiência para poder falar sobre algo. Entendo as palavras da autora e creio que a falta delas tenha acarretado que alguns detalhes possam ter passado sobre meus olhos sem que eu os tenha notado e que outras pessoas acabarão percebendo. Ciente das minhas limitações, acabei não me aprofundando na imensa diversidade de elementos a serem analisados pela imprensa negra que ainda podem ser estudados. Mesmo não sofrendo diretamente a ação do racismo por conta da minha branquitude, isso não significa que ele não me afete, não me constranja, não me cause dor.

Durante minhas leituras (seja da bibliografia ou mesmo dos dois jornais) para a realização dessa pesquisa, aprendi muito e estou convencida de que ainda tenho muito para aprender. Em relação à contribuição social da minha pesquisa acredito que também está vinculada a um dever social: contribuir para o combate ao racismo. Mesmo percebendo a circularidade dos integrantes dessa imprensa, me detive sobre a sua escrita, mas estudar a trajetória deles, nos vários locais que frequentavam e atuaram permite demonstrar outras histórias sobre a população negra e, novamente, contribuir para a compreensão de quanto eles eram plurais. Além disso, a atuação da racialização pode ser percebida nas relações de convivências através de outras fontes, que não necessariamente seja a imprensa negra.

ANEXOS

IMAGEM 1: Francisco de Paula Brito⁸⁴.

Fonte: GODOI, 2014.

IMAGEM 2: Jornal *O Mulato ou O Homem de cor*, 1833, n.1, p.01.

Fonte: Acervo Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital.

⁸⁴ É provável que a imagem que retrata Paula Brito tenha sido feita após sua morte.



IMAGEM 3. Dário de Bittencourt.

Fonte: *O Exemplo* 04/01/1925 - Acervo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.



IMAGEM 4: Aurélio V. de Bittencourt.

Fonte: *O Exemplo* 06/01/1921 - Acervo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.



IMAGEM 5: Felipe Batista da Silva.

Fonte: *O Exemplo* 02/01/1924.

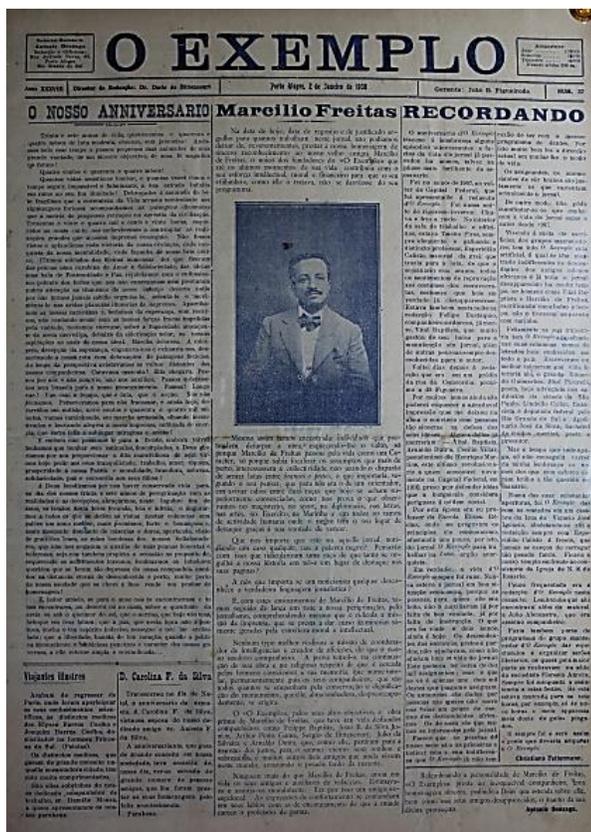


IMAGEM 6: jornal O Exemplo 02/01/1930.

Fonte: Acervo Digital do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

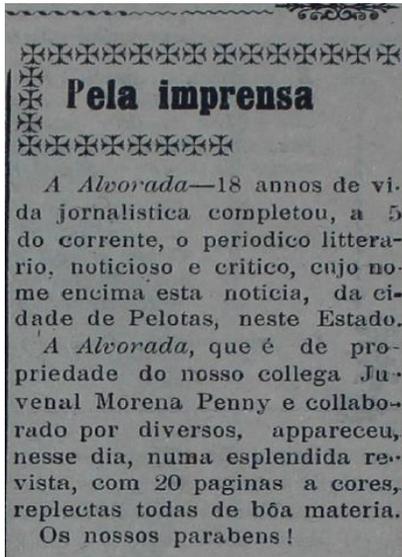


IMAGEM 7: Nota do O Exemplo em homenagem ao aniversário da A Alvorada.

Fonte: O Exemplo 21/05/1921, p.02.



IMAGEM 8: Dr. Durval Moreno Penny.

Fonte: *A Alvorada*, 14/01/1934, p.03.



IMAGEM 9: Juvenal Moreno Penny.

Fonte: *A Alvorada*, 14/01/1934, p.03.

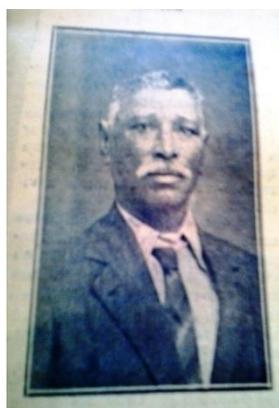


IMAGEM 10: Rodolpho Xavier.

Fonte: *A Alvorada*, 07/01/1934, p.03.



IMAGEM 11: Armando Vargas.

Fonte: A Alvorada, 05/11/1934, p.03.



IMAGEM 12: Pintura de Miguel Barros.

Fonte: A Alvorada, 05/05/1932, p.11.



IMAGEM 13: jornal A Alvorada 03/03/1912.

Fonte: Acervo Histórico da Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

LISTA DE FONTES

Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense

Fundo: Jornais

A Alvorada, de 1931 a 1935.

Arquivo Histórico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Fundo: Jornais de Porto Alegre

O Exemplo, de 1920 a 1930.

Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital

Fundo: Periódicos

O Homem De Cor, 1833.

A voz da Raça, 1933.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina; MATTOS, Hebe; LONER, Beatriz Ana; MONSMA, Karl. **Histórias do Pós Abolição no mundo Atlântico: Identidades e projetos políticos**. V.1. Niterói: Ed. UFF, 2014.

_____. **Histórias do Pós Abolição no mundo Atlântico: O mundo do trabalho: Experiências e luta pela liberdade**. V.2. Niterói: Ed. UFF, 2014.

_____. **Histórias do Pós Abolição no mundo Atlântico: Cultura, relações raciais e cidadania**. V.3. Niterói: Ed. UFF, 2014.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008.

_____. Pelotas na primeira metade do século XIX: uma cidade que a historiografia rotulou ou esqueceu. In: **Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: UFSC, 2007. Pp.01-17.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALVES, Lúcio Xavier. Rodolpho Xavier: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas (1931-1935). **Monografia de Conclusão de curso** (Licenciatura em História). Pelotas, UFPEL, 2005.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites. Século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na Greve de 1906, em Porto Alegre. In: **MÉTIS: história & cultura**. – v.2, n.4, pp.181-224, jul./dez. 2003.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.

BARRERAS, Maria J. L. **Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura autoritária gaúcha**. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 1998.

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. O código eleitoral de 1932 e a representação das associações profissionais. **História em Revista**. Pelotas, v.8, pp.07-26, 2002.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. **Estudos Afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983. Pp.129-156.

BEM, Emmanuel de. População. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório (orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. Pp195-197.

BOHRER, Felipe Rodrigues. A música na cadência da História: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição. **Dissertação de Mestrado** (História). Porto Alegre: UFRGS, 2014.

CAMARGO, Oswaldo de. **Solano Trindade, Poeta do Povo**. São Paulo: Ed. Laboratório do curso de editoração, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difel, 1962.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências. **Dissertação de Mestrado** (História Econômica). São Paulo, USP, 2009.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Pp.76-96.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão - Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das letras, 2012. 2ed.

_____. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

_____. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos de 1980. **Cadernos AEL: trabalhadores, leis e direitos**. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, 2009, v.14, n.26, 1º sem. 2009.

CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. **Carlos Santos, uma biografia**. Porto Alegre, PUCRS, 1995.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes. (Org.) **Feminismos negros: Una antología**. Madri: Traficantes de Sueños, 2012, pp.99-134.

_____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n.1, pp.99-127, jan. – abr., 2016.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. **Além da Escravidão**. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**. A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.

COSTA, Ana Paula do Amaral. Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade de Rio Grande (1880-1894). **Dissertação (Mestrado em História)**. Pelotas: UFPEL, 2013.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. **Carnavais e outras f(r)estas**: ensaios de história social da cultura. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

CUTI. Quem tem medo da palavra negro. **Revista Matriz**: uma revista de arte negra. Porto Alegre: Grupo Caixa preta, novembro de 2010. Pp.01-13.

DAMASCENO, Janaina. O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotentote. In: **Anais do Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência e poder**. Florianópolis, UFSC, 2008. Pp.01-07.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 1998. 3ª ed.

DECRAENE, Phillippe. **O Pan-africanismo**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1962.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo: Selo negro, 2008.

_____. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. v.12, n.23, 2007, pp.100-122.

_____. **Uma história não contada**. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

DU BOIS, W.E.B. **As almas da gente negra**. São Paulo: Editora Lacerda, 1999.

_____. **The Philadelphia Negro**: a social study. New York: Cosimo, 2010.

ENGEL, Magali. Educação, sanitarismo e eugenia: o negro e a construção da identidade nacional nos debates científicos da Primeira República (1889-1930). In: ABREU, Martha et al. **Histórias do Pós Abolição no mundo Atlântico**: Identidades e projetos políticos. V.1. Niterói: Ed. UFF, 2014. Pp.47-61.

ESCOBAR, Giane Vargas. Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. **Dissertação de Mestrado** (Patrimônio Cultural). Santa Maria: UFSM, 2010.

FERTIG, André. Valente vingadores: os guardas nacionais rio-grandenses como símbolos do Império do Brasil. **Escritas**: Revista do curso de história de Araguaína. [s.l.], v.2, abr. 2015. Pp.01-25. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1146> Acesso em dezembro de 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. O legado da raça branca. V.1. São Paulo: Globo, 2008. 5 ed.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. **Cadernos AEL**. V.06, n.10/11, 1999. Pp.173-219.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 4ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schimidt, 1933.

GARVEY, Amy Jacques. **Garvey and Garveyism**. Londres: Collier – Macmillan, 1968.

GILL, Lorena Almeida; GIL, Marcelo Freitas. Espiritismo. In: LONER, Beatriz Ana; _____; MAGALHÃES, Mário Osório (orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. Pp.112-114.

GODOI, Rodrigo Camargo de. Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861). **Tese de Doutorado**. Campinas, UNICAMP, 2014.

GOMES, Arilson dos Santos. A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em porto Alegre – RS (1931-1958). In: **Anais do 4º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba, PR: UFPR, 2009. Pp.01-20.

_____. A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em porto Alegre – RS (1931-1958). **Dissertação de Mestrado** (História). Porto Alegre: PUC-RS, 2008.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política** (1888-1937). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Experiências da Emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Guerreiras de natureza**: mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro, 2008. Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira. Pp. 29-47.

GUTIERREZ, Ester. J.B. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011. 3ªed.

GUIMARÃES, A. S. A.. **Classes, raça e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo, 2002.

_____. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Afro-Ásia**. 2003, n.29/30. Pp. 247-269.

_____. **Preconceito racial**: modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBBSAWM, Eric. **História social do jazz**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

_____. Não basta a história de identidade. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

_____. O fazer-se da classe operária (1870-1914). In: **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre a história operária. 5 ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp.279-304.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. In: **COMPÓS**, Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, dez. 2006. Pp.01-12.

HOLT, Thomas. Marking: race, race-making, and the writing of history. **The American Historical Review**. V.100, n.1, pp.01-20, 1995.

JESUS, Gilmar Mascarenhas. Esporte e mito da democracia racial no Brasil: memórias de um Apartheid no futebol. **Lecturas: Educación Física y Deportes** [Revista Digital]. Ano 4, n.14. Buenos Aires, Junho 1999. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd14b/apart1.htm>>. Consultado em 16 de janeiro de 2016.

KÜHN, Fabio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011. 4ed.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**. São Paulo: EDIC, 1998, n.16 fev., pp.25-38.

LONER, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: **2º Encontro de Escravidão e liberdade no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2005. Pp.01-17.

_____. As frentes sindicais do interior e a Forgs na década de 30. **Métis: história e cultura**. 2005a, v.04, n.07, pp.145-168.

_____. Bibliotheca Pública. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório (orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. Pp.32-34.

_____. Classe operária: mobilização e organização em Pelotas (1888-1937). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Tese de Doutorado** (Sociologia), vol.1 e 2. 1999.

_____. Clubes carnavalescos. In: _____; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório (orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. Pp.72-74.

_____; AQUINI, Daniel. Economia. In: _____; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório (orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. Pp.100-102.

LOPES, José Sérgio Leite. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: BATALHA, Cláudio M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de Classe**. Campinas, Unicamp: 2004. Pp.121-163.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. 2ed.

MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2012.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Associativismo negro no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017.

MAGALHÃES, Mário Osório. Banco Pelotense. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; _____ (orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. Pp.26-27.

_____. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Ed. UFPel: Co-edição Livraria Mundial, 1993.

_____. Princesa do Sul. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; _____ (orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. Pp.205-206.

MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcellos. **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Coleção Leitura.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. 3ed.

_____ ; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. Coleção Descobrimdo o Brasil.

MELO, Maurício de. O encontro da cultura popular e os meios de comunicação na obra de Solano Trindade – os anos em Embu das artes (1961 O 1970). **Dissertação de Mestrado** (Comunicação). São Paulo: USP, 2009.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; CARVALHO, Daniela Vallandro; VARGAS, Jonas Moreira; SANTOS, Sherol. Entre irmandades e Palácios: a trajetória de um Negro Devoto e Burocrata (o caso Aurélio Viríssimo de Bittencourt – 1848-1919). In: **V Mostra de Pesquisa APERS** – Produzindo História a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2007. Pp.169-180.

MOUTINHO, Laura. **Razão, “cor” e desejo**: Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, PUCRS, 1999.

_____. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

MÜLLER, Dalila. Hotéis. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório (orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. Pp.139-140.

MUNANGA, Kabenguele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, jan./abr. 2004, vol.18, n.50. Pp.51-56.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Brasil na mira do Pan-africanismo**. Salvador: CEAO, EDUFBA, 2002.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.29, n.59, pp.607-626, set.-dez. 2016.

NASCIMENTO, Gizêlda Melo. Grandes Mães, reais senhoras. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008. Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira. Pp.49-63.

NEGRO, Antonio Luigi. Rodando a baiana e interrogando um princípio básico do comunismo e da história social: o sentido marxista tradicional de classe operária. **Revista Crítica Histórica**. Ano 3, jul. 2012, n.05, pp.11-25.

_____; GOMES, Flávio dos Santos. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo social**. Revista de sociologia da USP. 2006, v.18, n.01, pp.217-240.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**. Revista de sociologia da USP. 2006, v.19, n.01, pp.287-308.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. Padrões comportamentais definidos para os negros de pelotas através do periódico *A Alvorada*, 1932-1935. In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis-SC, UFSC, 2015. Pp.01-15.

_____. Primeiro a alfabetização depois a formação de um jornal: alunos negros de destaque nas aulas noturnas fundam *A Alvorada*, em Pelotas. In: **Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-RS**. Ensino, direitos e democracia. Santa Cruz – RS, UNISC, 2016. Pp.01-10.

PADOIN, Maria Medianeira; ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins**: perfil biográfico, discursos e atuação na Assembleia Provincial. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013. (Série Perfis Parlamentares; n.13.)

PEREIRA, Amílcar. A circulação de referenciais e as lutas contra o racismo no início do século XX. In: ABREU, Martha et al. **Histórias do Pós Abolição no mundo Atlântico**: Identidades e projetos políticos. V.1. Niterói: Ed. UFF, 2014. Pp.76-96.

PERES, Eliane. "**Templo de Luz**": os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875 – 1915). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. Pelo “aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”: a demanda por instrução na imprensa negra porto-alegrense no pós-abolição. In: **Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional**. Curitiba-PR, UFPR, 2015. Pp.01-15.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da República**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1990. Coleção Síntese Rio-Grandense.

PETERSEN, Sílvia R. F. A renovação da historiografia e o tema da vida cotidiana: desfazendo alguns equívocos. In: MAUCH, Cláudia e outros. **Porto Alegre na virada do século XIX: cultura e sociedade**. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. da UFRGS/Ed. da ULBRA e Ed. da UNISINOS, 1994. Pp.112-125.

_____. O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/EDUNISC, 1995. Pp.30-39.

_____; LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Ed. Universidade UFRGS/Tchê: Porto Alegre, 1992.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. De pele escura a tinta fresca: a imprensa negra no século XIX. **Dissertação de Mestrado (História)**. Brasília, UNB, 2006.

_____. **Imprensa Negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010. Coleção Consciência em debate.

POUTIGNAT, Phillipe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. 2ªed.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, Ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. Pp.59-82.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RODRIGUES, Jaime. Diagnóstico dos males. In: **O infame comércio**. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da Unicamp, 2000. Pp.31-68.

ROEDIGER, David R. E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça. FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz (orgs.). **Cruzando fronteiras: novos olhares**

sobre a história do trabalho. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. Pp.27-59.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Além da invisibilidade: história social do racismo em porto alegre durante o pós-abolição (1884-1918). **Tese de Doutorado** (História Social). Campinas: UNICAMP, 2014.

_____. A administração pública imperial e as origens da invisibilidade negra no Rio Grande do Sul escravista. In: **Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba-PR, UFPR, 2015. Pp.01-15.

ROSSI, Gustavo. O intelectual feiticeiro. Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. **Tese de Doutorado** (Antropologia). Campinas: UNICAMP, 2011.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. 3 ed.

SANTOS, José Antônio dos. Estratégias étnicas e trajetórias de intelectuais negros. In: **Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis-SC, UFSC, 2013. Pp.01-14.

_____. Intelectuais negros e imprensa no Brasil meridional. **Ìrohìm**. Brasília, ano XI, n.16, abril-maio de 2006.

_____. Inventário de si. O Arquivo Dario de Bittencourt (1901-1974), local onde se cruzam biógrafos e biografias de intelectuais negros. In: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, UFC, 2009. Pp.01-10.

_____. O *Curriculum Vitae* como vestígio do passado. Dario de Bittencourt (1901-1974), uma eminência duplamente parda. In: **Anais do IX Encontro Estadual de História** da ANPUH-RS. Porto Alegre, UFRGS, 2008. Pp.01-12.

_____. Prisioneiros da História: trajetórias de intelectuais na imprensa negra Meridional. **Tese de Doutorado** (História). Porto Alegre: PUC, 2011a.

_____. **Raiou a Alvorada**: Intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957). Pelotas. Ed. Universitária, 2003, v.7.

_____. Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil. **Historiae**. Rio Grande, 2 (3), 2011. Pp.143-160.

SANTOS, Sherol dos. Apesar do cativo: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824). **Dissertação de Mestrado** (História). São Leopoldo: UNISINOS, 2009b.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa**: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. **Tese de Doutorado** (Psicologia). São Paulo, USP, 2012.

SCOTT, Rebecca J. Raça, Trabalho e ação coletiva em Louisiana e cuba, 1862-1912. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; _____. **Além da Escravidão**. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Pp.133-200.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, Ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. Pp.41-58.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em pelotas (1820-1943). **Dissertação de Mestrado** (História). Porto Alegre: PUCRS, 2011.

_____. Invertendo a lógica: considerações teóricas sobre as mudanças nos significados da cor por lideranças negras a partir do processo de racialização no pós-abolição do extremo sul do Brasil (1931-1935). In: **Anais do 6º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional**. Florianópolis- SC, UFSC, 2013. Pp.01-20.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique (orgs). Etnia. In: **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009. 2ªed.

SILVA, Sarah Calvi Amaral. Africanos e afro-descendentes nas origens do Brasil: raça e relações raciais no II Congresso Afro-brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso sul-rio-grandense de história e geografia do IHGRS (1940). **Dissertação de Mestrado** (História). Porto Alegre: UFRGS, 2010.

_____. Reflexões sobre intelectuais, lideranças negras e os lugares sociais dos afro-descendentes no período pós-abolição. In: **Anais do XI Encontro Estadual de História – ANPUH-RS**. História, memória e patrimônio. Rio Grande: FURG, 2012. Pp.993-1007.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 14ed.

SIQUEIRA, Uassyr de. Clubes Recreativos. Organização para o lazer. In: AZEVEDO, Elcine; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUN, Sidney. **Trabalhadores na cidade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. Pp.271-312.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOVIK, Liv Rebecca. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

TAVARES, Viviani dos Santos. DR. Pescadinha em cena. **Trabalho de conclusão de Curso**. Pós-graduação em História do Brasil. Pelotas, UFPel, 2007. Disponível em: Núcleo de Documentação Histórica (NDH-UFPEL).

TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)**. São Leopoldo, UNISINOS, 2007a.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária I: A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. 2ed.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TRINDADE, Solano. **Cantares ao meu povo**. São Paulo: Editora Fulgor, 1961.

VARGAS, Jonas M. **Os barões do charque e suas fortunas**. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

WARE, Vron (org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/ Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade**. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição. São Leopoldo: Oikos, 2008.

_____. A gente da Felisberta. **Tese de Doutorado** (História Social). Niterói, UFF, 2013.

XAVIER, Giovana. Esculpindo a “Nova Mulher Negra”: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1895-1904). **Cadernos pagu**. V.40, jan.-jun. 2013. Pp.255-287.

XAVIER, Regina Célia Lima. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no Pós-abolição. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe. **Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos**. Volume 1. Niterói: Editora da UFF, 2014. Pp.119-152.

_____. Ser negro no Rio Grande Do Sul – construção de identidades e cidadania. In: **Anais do 6º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional**. Florianópolis-SC, UFSC, 2013a. Pp.01-11.

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da Liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. **Anos 90**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, v.15, nº27, 2008, Pp.161-187.

_____. Pedagogias da Imprensa Negra: entre fragmentos biográficos e fotogravuras. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 60, abr./jun. 2016. Pp.215-229.